

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

QUE OBJETIVIDADE PARA A CIÊNCIA DA HISTÓRIA?
O Índio Brasileiro e a Revolução Francesa à luz da teoria da história, de
Rüsen a Hayden White

Ana Carolina Barbosa Pereira

Orientador: Prof. Dr. Estevão C. de Rezende Martins

BRASÍLIA

2007

ANA CAROLINA BARBOSA PEREIRA

QUE OBJETIVIDADE PARA A CIÊNCIA DA HISTÓRIA?

*O Índio Brasileiro e a Revolução Francesa à luz da teoria da história, de
Rüsen a Hayden White*

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília como requisito para a obtenção do grau de mestre em História. Defendida em 27 de abril de 2007, perante banca examinadora composta pelos professores Luiz Sérgio Duarte da Silva (UFG), Berenice de Oliveira Cavalcante (PUC/Rio) e Estevão Chaves de Rezende Martins (UnB).

BRASÍLIA

2007

*Dedico este trabalho à minha avó,
à minha mãe e às minhas
sobrinhas. Símbolo maior de
minha própria historicidade
expresso em nossa cadeia de
gerações.*

AGRADECIMENTOS

Apresentam-se, no que se segue, os resultados da pesquisa desenvolvida com vistas à obtenção do grau de mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília. Para a realização da pesquisa contei com o apoio financeiro de uma bolsa de estudos fornecida pela CAPES, de benefícios concedidos pela Universidade de Brasília (como o auxílio moradia e alimentação), sendo todos de importância decisiva para minha permanência em Brasília e, conseqüentemente, para a viabilização deste trabalho.

Várias pessoas contribuíram, por meio de sugestões e críticas, para a realização desta investigação. Agradeço ao professor Carlos Oiti Berbert Júnior, com quem estudei na Universidade Federal de Goiás, quem primeiro me despertou o interesse pelo conhecimento histórico e pela teoria da história, e com quem venho mantendo diálogo de extrema importância para meu amadurecimento intelectual. Agradeço ao professor Luiz Sérgio Duarte da Silva com quem também estudei na Universidade Federal de Goiás e que desde então tem me acompanhado nas minhas reflexões. O diálogo freqüente com Luiz Sérgio tem sido importantíssimo na definição da minha posição sobre a teoria da história. Agradeço à professora Libertad Borges Bittencourt, quem me apresentou às idéias de Afonso Arinos de Melo Franco. Agradeço à professora Eliesse dos Santos Teixeira Scaramal e ao amigo Arthur Oliveira Alfaix Assis, os quais mui atentamente leram meu pré-projeto de pesquisa, contribuindo decisivamente para sua realização. Agradeço também à professora Berenice Cavalcante pela atenção com que respondera aos meus e-mails.

Agradeço imensamente ao meu orientador, Professor Estevão Chaves de Rezende Martins, pela enorme atenção com que me ouvira e orientara neste processo investigativo, mostrando-se sempre disponível. A ele agradeço, sobretudo, pela possibilidade de crescimento intelectual e profissional, decorrentes das aulas e orientações, todas de riqueza impressionante e de importância decisiva para o desenvolvimento de minhas reflexões.

Agradeço à minha família, especialmente à minha avó Erondina, à minha mãe Lúcia, à minha irmã Juliana e ao meu amigo Marcos que entrou para a família.

Agradeço também às amigas Dumara de Lima, Eneida Alice, Giovana Rocha Veloso, Júlia Braz, Juliana Lopes Magalhães, Rosana e Thaís Teixeira, pelas contribuições diretas ou indiretas para minha pesquisa, várias delas resultantes dos inúmeros debates travados na Colina (UnB), ambiente propício. Aos

amigos Adnilton, Anderson Batista de Melo, Caetano de Carli, Fernando Dominience, Glaubert, Jeansley,
João Marcelo Madureira e Rodrigo Marquez.

SUMÁRIO

<i>Agradecimentos</i>	4
<i>Resumo</i>	8
Apresentação	9
Capítulo 1: A Origem do Debate	13
1.1 Os gregos e nós.....	15
1.2 A especialização da história como ramo autônomo do saber científico.....	21
1.3 O paradigma narrativista como alternativa ao modelo nomológico de explicação histórica.....	27
• <i>Os modelos “nomológico”, “hermenêutico” e “narrativo”</i>	28
Capítulo 2: O que se perde e o que se ganha no ato de narrar: a narrativa em <i>Meta-História e Razão Histórica</i>	38
2.1 “Imaginação construtiva”: a essência <i>poética</i> do conhecimento histórico....	40
• <i>Uma análise formalista da obra histórica</i>	49
• <i>Modalidades tropológicas, modos de consciência</i>	56
2.2 Construção histórica de sentido: tarefa e função da narrativa histórica.....	62
• <i>O que está em jogo na produção de sentido pela narrativa histórica?</i> ...	70
• <i>Pretensões de validade e metodização do pensamento histórico</i>	74
Capítulo 3: Por que a História <i>pode e deve</i> ser objetiva?	81
3.1 O que se entende por objetividade?.....	84
• <i>Como pode a história ser objetiva?</i>	91
3.2 Por que a história <i>deve</i> ser objetiva?.....	96
• <i>Os riscos de uma análise formalista da obra histórica</i>	98
Capítulo 4: <i>O Índio Brasileiro e a Revolução Francesa</i> à luz da teoria da história de Jörn Rüsen	108
4.1 A “Matriz disciplinar” de Jörn Rüsen.....	110

4.2 Por uma “aplicação” da matriz disciplinar de Rüsen.....	112
4.2.1”Perspectivas de interpretação”.....	112
• <i>A trajetória da família Melo Franco no Brasil</i>	114
• <i>Afonso Arinos de Melo Franco: um jovem liberal humanista</i>	118
• <i>O índio brasileiro entre a Revolução Francesa e a Identidade Nacional</i>	126
4.2.2 “Interesses”.....	130
4.2.3 “Método”.....	132
4.2.4”Formas de representação”.....	133
• <i>Os argumentos</i>	134
• <i>Os dois eixos de análise</i>	136
4.2.5 “Funções de orientação”.....	138
4.3 Uma formalização da matriz disciplinar aplicada em <i>O Índio Brasileiro</i>	141
Considerações Finais	144
Referências Bibliográficas	149

RESUMO

Este trabalho discute a viabilidade de um novo conceito de “objetividade” para a ciência da história, a partir da teoria da história de Jörn Rüsen. Para apresentar o conteúdo deste conceito partiu-se de uma contraposição de Rüsen a H. White, entendidos como dois dos maiores representantes do paradigma narrativista e, ao mesmo tempo, como detentores de duas teses mutuamente excludentes. Primeiramente (cap. 1) é apresentada a “origem” do debate narrativista na história. Em seguida (caps. 2 e 3) são, respectivamente, apresentadas e contrapostas uma à outra as teorias de Jörn Rüsen e Hayden White. Por fim (cap. 4), ilustra-se a viabilidade da matriz disciplinar da ciência histórica proposta por Jörn Rüsen, mobilizando-a para a interpretação de um texto historiográfico, *O Índio Brasileiro e a Revolução Francesa*, escrito por Afonso Arinos de Melo Franco.

Palavras-chave: narrativa histórica, objetividade, Rüsen

ABSTRACT

This work discusses the viability of a new “objectivity” concept for the science of the history, starting from the theory of Jörn Rüsen’s history. To introduce the content of this concept it arises from an opposition of Rüsen to H. White, understanding them as two of the largest representatives of the narrative's paradigm and, at the same time, as detainers of two theses mutually excluding. In the first chapter the “origin” of the narrative’s debate is presented in the history. Soon after, in the chapters 2 and 3 they are, respectively, presented and opposed each other Jörn Rüsen’s and Hayden White’s theories. Finally, in the last chapter, the viability of the mold’s discipline of the historical science proposed by Jörn Rüsen is analyzed, applying her for the interpretation of a historical text, *The Brazilian Indian and the French Revolution*, written by Afonso Arinos de Melo Franco.

Key-words: historical narrative, objectivity, Rüsen

APRESENTAÇÃO

Pensar o estatuto do texto histórico, bem como o ofício dos historiadores, exige de todo profissional da história uma reflexão sobre cada uma das etapas e implicações da produção do conhecimento histórico. Uma tal reflexão tende a um movimento de contínuo retorno à prática historiográfica. Da historiografia parte todo exercício reflexivo “meta-histórico” e a ela retorna no modo de reflexão adicional. A historiografia é, simultaneamente, o resultado da pesquisa histórica e o campo mesmo de reflexão sobre o sentido produzido por esse modo particular de produção de conhecimento. Refletir sobre os procedimentos próprios a um saber histórico-científico significa, pois, uma avaliação contínua de suas condições e possibilidades. Uma análise que não cessa e que, antes de tudo, é indispensável a todo profissional da história. Trata-se, enfim, de interrogar-se não somente sobre o instrumental disponível, mas, sobretudo, sobre o sentido (ou sentidos) produzido pela narrativa historiográfica. Dessa forma, fala-se, aqui, da historiografia como “laboratório” da ciência histórica.¹

Assim entendida, a obra historiográfica transforma-se, automaticamente, em fonte. Como campo de pesquisa da teoria da história, as interrogações direcionadas à narrativa historiográfica distanciam-se de seu conteúdo factual propriamente dito, e aproximam-se do conteúdo epistemológico próprio à ciência histórica. É, pois, um meta-discurso. Assim, perguntas como “pode o historiador apreender algo do

¹ O termo “laboratório” fora utilizado por Arno Wheling em seu artigo “Historiografia e epistemologia histórica”, e muito se aproxima do que dissemos acima. Vale lembrar, o termo laboratório é utilizado “[...] sem nenhum travo fiscalista, porque se trata da possibilidade de aplicação das categorias e dos procedimentos epistemológicos a determinado tipo de fontes – as obras historiográficas – com caráter de exercício intelectual, que contribua para o refinamento teórico do campo.” WHELING, Arno. “Historiografia e epistemologia histórica” In: MALERBA, Jurandir (org.). *A História Escrita: teoria e história da historiografia*. São Paulo: Contexto, 2006, p. 175.

passado?” ou, “em que consiste a especificidade do método histórico?”, ou ainda, “qual o sentido produzido pelo conhecimento histórico?” e “pode a história ser objetiva?” se apresentam como a essência da reflexão histórica meta-teórica.

Reflexões desta natureza são responsáveis por imprimir um contorno específico ao campo e, além disso, ao se articularem com reflexões anteriores compõem um quadro de referências que se amplia pelo acúmulo de conhecimento.

Com base nestas considerações as páginas que se seguem são o resultado de um exercício reflexivo, cujo ponto de partida fora dado pela pergunta: “é a história uma ciência?”.

Como sabemos, inúmeros são os caminhos que podem conduzir o pesquisador à prática da pesquisa efetiva. Rüsen afirma estar, na origem deste “impulso”, um certo número de *carências de orientação*, as quais se configuram em *interesse* pelo conhecimento histórico. De acordo com este princípio, o impulso dado a esta pesquisa é resultado de um debate informal travado entre colegas (dentre os quais eu me incluo) da Universidade Federal de Goiás, em 2004, cujo tema era exatamente a cientificidade ou “não-cientificidade” da história. Lembro-me bem de, naquele dia, sentir-me bastante incomodada pela opinião, quase unânime, de que a história não era uma ciência. Talvez parte do meu incômodo seja explicado pelo próprio contexto em que eu me encontrava. Recém-formada em “História”, ainda que sem muita clareza, me identificava como “historiadora” e, portanto, como “cientista”. Lembro-me, também, da recorrência à teoria de Hayden White como suporte para a argumentação que tanto me causara desconforto.

Timidamente orientada por aquela pergunta, interessei-me pela teoria da história de Hayden White, até então apenas superficialmente conhecida por mim. Soma-se a isso a leitura concomitante de *Razão Histórica*, de Rüsen. O confronto entre as duas teorias

sugeriu uma incompatibilidade entre os argumentos apresentados por ambos os autores, no que diz respeito à objetividade histórica, resultando no ponto de partida da pesquisa.

Entretanto, era ainda o foco de todas as preocupações a “objetividade” na ciência da história. É certo que não havia, inicialmente, uma associação direta entre aquele “incômodo originário” e uma reflexão sobre a objetividade. Esta fora percebida e desenvolvida ao longo da prática da pesquisa. De todo modo, ainda que intuitivamente, sentia a necessidade de “submeter à prova” uma obra historiográfica.

Após inúmeras sugestões, foi-me apresentado por Libertad Borges Bittencourt, Professora do Departamento de História da Universidade Federal de Goiás (UFG), o livro *O Índio Brasileiro e a Revolução Francesa: as origens brasileiras da teoria da bondade natural*. O que inicialmente parecia ser mero “laboratório”, ganhara vida própria, seduzida que fui pela narrativa de Afonso Arinos. Alertada pela Professora Libertad da originalidade da obra e do seu pouco conhecimento do público brasileiro, senti-me instigada a analisá-la.

Seguindo este caminho, o trabalho fora dividido, após inúmeras sugestões e orientações dos Professores Estevão Martins, Luiz Sérgio Duarte e Carlos Oiti Berbert Júnior, em quatro capítulos.

Assim, no primeiro capítulo buscamos realizar uma reflexão sobre a origem do paradigma narrativista na história (ao qual pertencem J. Rüsen e H. White), como um modelo de interpretação alternativo ao modelo nomológico de explicação causal.

O capítulo segundo estuda, com alguma minuciosidade, as teorias de Jörn Rüsen e Hayden White, conforme apresentadas em *Razão Histórica* e *Meta-História*. A incompatibilidade entre os argumentos apresentados por ambos os autores é sugerida pelo título do capítulo “O que se perde e o que se ganha no ato de narrar”. Conforme pretendemos apresentar, esta incompatibilidade resulta de um enfoque diferenciado da

prática narrativa. Assim, enquanto Hayden White parece preocupar-se com o que se perde no ato de narrar, Rüsen parece, ao contrário, ocupar-se daquilo que se ganha pelo mesmo ato.

O capítulo terceiro procura analisar as implicações da análise formalista proposta por Hayden White que, a nosso ver, desencadeia uma série de conseqüências epistemológicas e pragmáticas para o conhecimento histórico, as quais de modo algum podem ser ignoradas. Por essa razão, neste capítulo nos dedicamos a uma reflexão sobre a categoria “objetividade”, orientados pela idéia de que a história não somente pode como deve ser objetiva.

Tem-se, assim, a passagem para o último capítulo, que busca desenvolver uma análise da obra de Afonso Arinos *O Índio Brasileiro e a Revolução Francesa* à luz da matriz disciplinar da ciência histórica desenvolvida por Jörn Rüsen. Muito mais que mero exercício de aplicabilidade, o capítulo quarto resulta de um trabalho de reconstituição de alguns dos caminhos traçados por Afonso Arinos, mais precisamente, pelo “jovem Afonso Arinos”, dos quais pudemos extrair informações significativas para a compreensão das idéias apresentadas na obra em destaque. Trata-se, por conseguinte, daquele trabalho “arqueológico” tão caro à pesquisa em história das idéias.

Contudo, a pesquisa não se encerra com uma conclusão. Longe disso, inúmeros são os questionamentos que dela ecoam, como também são vários os questionamentos que permanecem em aberto. Assim, o que pretendemos com este trabalho é, tão somente, contribuir, em alguma medida, com uma reflexão adicional sobre o estatuto do conhecimento histórico produzido pelos historiadores profissionais.

CAPÍTULO I

A ORIGEM DO DEBATE

Interrogar sobre os fundamentos próprios à disciplina histórica conduz-nos, inevitavelmente, a um problema de longo alcance. De onde se deve partir? Deve-se ter como ponto de partida o momento em que a história se constitui como especialidade acadêmica ou deve-se revisitar os antigos para, a partir deles, identificar os traços inaugurais do ofício dos historiadores?² Já Marc Bloch nos alertou sobre o risco e encantamento de um certo “mito das origens”. Há, no entanto, uma reveladora relação de continuidade entre “nós” e os “antigos”, isto é, entre a escrita da história antiga e contemporânea, que justifica um breve espaço dedicado à análise do processo de constituição da *historia* como novo gênero narrativo e, não obstante, da posição ocupada pelo *histor* como novo mestre da verdade. Obviamente não se pretende, com isso, apresentar uma história da disciplina histórica, mas uma apresentação das afinidades percebidas entre os modos antigo e atual de construção da narrativa histórica, em torno da questão da verdade. Uma vez que a história da ciência da história é marcada pela busca e, não raro, pela recusa à verdade, buscaremos apresentar o processo de constituição de um novo modo de discurso que, pouco a pouco, pretendeu afastar-se e desvincular-se do gênero literário, por buscar a *verdade* de seu conteúdo.

Certamente, realizar-se-á este retorno como parte de um exercício reflexivo sobre as condições do fazer historiográfico contemporâneo. Esta necessidade se impõe,

² Este problema foi abordado por Arno Wehling da seguinte forma: “Deveriam ser admitidos no ‘laboratório’ os conteúdos historiográficos produzidos pela historiografia grega e romana, pela crônica medieval e moderna, pela crítica renascentista? Ou a análise epistemológica dever-se-ia restringir à história autoproclamada científica dos séculos XIX e XX, já que os demais momentos não tinham tal preocupação vinculando-se a outros valores, critérios ou paradigmas?” WEHLING, Arno. “Historiografia e epistemologia histórica” In: MALERBA, Jurandir. *A História Escrita: teoria e história da Historiografia*. São Paulo: Contexto, 2006.

sobretudo, quando se percebe um mal-estar vivenciado, atualmente, pela ciência histórica, que tem mobilizado grandes esforços dos especialistas do campo, tendendo ora a conclusões pouco otimistas quanto ao *status* epistemológico do conhecimento histórico, ora à indicação de possíveis caminhos para a superação de alguns impasses. Diante desse quadro, a perspectiva aqui adotada orienta-se pelos seguintes questionamentos: pode a história ser objetiva?; se pode, como deve-se proceder? Trata-se, por conseguinte, de uma reflexão sobre a própria racionalidade histórica, do *status* a ela conferido na contemporaneidade.

Entretanto, num contexto no qual a defesa da objetividade do conhecimento histórico-científico parece ser necessária e, paradoxalmente, “mal vista”, deve-se ter o cuidado de explicitar nossa perspectiva: a objetividade do conhecimento histórico somente é possível se se partir de uma pretensão de cientificidade que contemple a subjetividade dos historiadores e o vínculo com a vida prática. Caso contrário, correr-se-ia o risco de produzir um conhecimento histórico-científico “duro” e, portanto, estéril quanto à práxis humana da qual emerge e à qual retorna.

Sendo a busca pela verdade da narrativa histórica mais antiga do que possa parecer, um retorno à figura do *histor* se justifica pela percepção das continuidades e rupturas que, simultaneamente, nos afasta e aproxima de um “momento inaugural” do gênero histórico. Uma vez que a emergência da *historia* como novo gênero de discurso se dá por oposição aos demais gêneros literários, tomaremos este “momento inaugural” como evidência das fronteiras tênues que separam realidade e ficção, no discurso histórico, desde o momento em que se constitui como um modo específico de narrativa. Tema sobre o qual os gregos originariamente se ocuparam -na tradição do pensamento ocidental- e sobre o qual também os historiadores contemporâneos têm se ocupado.

Nesse sentido, trata-se de uma reflexão sobre a própria “ambivalência do discurso histórico, sempre tensionado entre o real e a ficção”.³ É, pois, a partir dessa relação que se pretende refletir sobre a origem do paradigma narrativista na história com vistas a uma posterior análise⁴ dos diferentes sentidos atribuídos à narrativa historiográfica por Jörn Rüsen e Hayden White, entendidos como dois dos maiores expoentes deste paradigma.

Nesse sentido, optou-se pela divisão deste capítulo com base numa tríplice reflexão: a) quanto à emergência do discurso histórico, que se pretendia distinguir do discurso literário por pretender verdade; b) quanto ao processo moderno de constituição da história como disciplina acadêmica especializada; c) quanto ao processo de constituição do paradigma narrativista na ciência histórica. Com isso pretende-se oferecer um quadro histórico genérico a partir do qual, acredita-se, pode-se perceber uma certa continuidade quanto ao “princípio elementar” de diferenciação entre os discursos *histórico* e *fictional*, balizada pela pretensão de verdade.

1.1 Os gregos e nós

O problema da obsessão da cultura ocidental em atribuir um sentido universal à humanidade é entendido, por José Carlos Reis, como o resultado da generalização das interrogações sobre sua identidade como “um problema do homem universal”.⁵ Isto se dá, segundo o autor, em razão de uma “identidade ocidental” caracterizadamente fragmentada, a qual “se esforça para se integrar, luta para se reconhecer em sua totalidade, para poder se expandir com a legitimação de um discurso claro e distinto,

³ DOSSE, François. *A História*. Trad. Maria Elena Ortiz Assumpção. Bauru/SP. EDUSC, 2003, p. 18.

⁴ Ver capítulo 3.

⁵ REIS, José Carlos. *História & Teoria: Historicismo, Modernidade, Temporalidade e Verdade*. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 15

irretorquível.”⁶. Argumento central à crítica pós-moderna na ciência histórica, a idéia de “história universal” seria responsável por encobrir uma pretensão de dominação da cultura européia em relação às demais culturas, legitimada pelo discurso de emancipação civilizatória⁷. Estamos certos de que essa pretensa missão emancipatória encobre um mito de progresso, ao qual as categorias “racionalidade”, “verdade” e “método” são, ao nosso ver, erroneamente restringidas.

Uma tal fragmentação tem “origem certa” e, conforme analisa o autor, se inicia com os gregos, “que, ao mesmo tempo, tinham uma cultura anti-histórica e inventaram a história”⁸, embora não pretendessem revelar o destino da humanidade. O conhecimento histórico produzido pelos historiadores gregos ignorava qualquer idéia de evolução ou progresso, e se restringia ao registro e relato da atividade humana. Além disso, os gregos não acreditavam que a história pudesse oferecer a felicidade humana, mas somente a felicidade individual, via atribuição da fama eterna, e da lembrança de nomes e feitos.

Uma idéia de “história universal” somente surge com os romanos, após o triunfo da escatologia cristã, que representava a história com base numa causalidade teleológica, em cujo contexto “os cristãos romanos, ao contrário dos historiadores gregos, se interessavam, sobretudo pelo futuro, lugar da esperança”.⁹ A base constitutiva da idéia de história universal está, por conseguinte, no deslocamento do passado para o futuro como “centro de gravitação histórica”.¹⁰ Posteriormente, impregnadas de valores

⁶ *Ibidem*

⁷ A crítica pós-moderna à idéia de “história universal” é absolutamente plausível e, por essa razão, a análise de José Carlos Reis mostrou-se de grande valia para a reflexão que se pretende realizar sobre a pretensão de validade do conhecimento histórico-científico. Vale ressaltar que não se pretende afirmar ou sugerir que o autor esteja vinculado, de algum modo, ao paradigma pós-moderno.

⁸ *Idem*. p. 16.

⁹ *Idem* p. 20

¹⁰ “Os romanos identificaram no cristianismo que surgia a nova idéia de história que os faria imbatíveis por mil anos: a de uma história universal, uma história do gênero humano como um todo, incluindo os não-romanos [...] A humanidade teria então uma história comum e uma direção única: a vitória romana e a salvação cristã[...] Os romanos iniciaram a aventura ocidental de conquista do mundo imbuídos da fé que iriam salva-lo! A idéia de ‘história universal’ e de um sentido histórico único para toda a humanidade começou a se elaborar como conquista, por um povo, de todos os povos.” REIS, José Carlos. *op. cit.* p. 19-20

cristãos, as crônicas medievais foram, ao longo dos séculos XIII ao XVI, substituídas por novas formas de representação histórica, num processo de secularização da consciência do tempo cujo desenvolvimento resultou numa nova interpretação da temporalidade histórica¹¹. Contudo, ao longo do século XIX, esta temporalidade histórica é reinterpretada, sistematicamente formulada e apresentada como objeto de um saber especializado, elevando o processo de secularização da consciência histórica ao seu mais elevado grau. Entretanto, antes de analisar a constituição do “pensamento histórico moderno” voltemos à análise do sentido atribuído à história pelos historiadores antigos.

Talvez devêssemos nos perguntar, primeiramente, como definir a figura do *histor* cuja atividade define “os traços e os gestos inaugurais, as configurações epistemológicas, assim como os relatos que tornaram possível e sustentaram a primeira narrativa histórica?”¹² Ou ainda, onde buscar o contexto de sua emergência? Para além dessas perguntas, deve-se interrogar sobre o surgimento de um novo gênero narrativo. Deve-se buscar nas narrativas de Heródoto, em *Odisséia*, a origem de um novo modo de discurso que se pretendia opor à narrativa épica cantada pelo aedo, e cujas bases permanecem, para o pensamento contemporâneo, como critério de distinção entre *narrativa histórica* e *narrativa ficcional*. Com Heródoto ocorre uma reviravolta no ato narrativo em função de dois deslocamentos fundamentais. Primeiramente, pela transformação de uma narrativa contemporânea aos acontecimentos em uma outra que se inicia posteriormente aos eventos. E, segundo, pela mudança quanto ao lugar ocupado pelo “mestre da verdade” o qual, não mais associado à presença do ator, é convertido em figura ausente da história¹³.

¹¹ *Ibidem*

¹² HARTOG, François. *Os antigos, o passado e o presente*. Brasília: UnB. 2003, p. 14.

¹³ “[...] este é o lugar ocupado pelo historiador, cujo discurso é a própria marca da separação, da distância atestada pelo uso do ‘ele’ que lhe permite desdobrar seu relato”. DOSSE, François. *op.cit.* p. 15.

Comumente interpretadas como o início da literatura européia, *Iliada* e *Odisséia* apresentam-se, respectivamente, como a “pré-história” do gênero histórico e como “pré-história” do ofício dos historiadores - que se verá constituir ao longo do contexto moderno de sua emergência. Ambas as obras compõem o começo e o fim do que K. W. Grandsden classificou como a principal fase da epopéia heróica grega¹⁴. Há, no entanto, diferenças significativas quanto ao conteúdo e movimento narrativo em ambas as obras. Antes de tudo, há uma grande diferença quanto a relação entre o tempo da narrativa e o tempo de ocorrência dos acontecimentos expostos em narrativa. Em *Iliada* “Tróia ainda não foi tomada e Aquiles ainda está vivo: estamos *antes*, na espera. Desde a abertura de *Odisséia*, situamo-nos *depois*, na memória do acontecimento e na lembrança do luto e dos sofrimentos padecidos [...]”¹⁵ Além disso, ocorre uma mudança relativa à *função* atribuída à narrativa. Se, na epopéia cantada pelo aedo o objetivo era o puro divertimento do público, para o novo gênero *historia*, sua função era, antes de tudo, medida pela sua utilidade como elemento impediendo à ação do tempo, sinônimo de esquecimento.

Ao posicionar-se posterior aos acontecimentos a narrativa exigia, ao mesmo tempo, a presença de um testemunho direto como elemento de veracidade da *historia*. A recorrência do testemunho das Musas, em *Iliada*, é substituída, em *Odisséia*, pela presença do testemunho “direto” e humano, isto é, pelo testemunho daqueles que participaram efetivamente dos acontecimentos, narrados num processo de rememoração.¹⁶ Utilizada como novo artifício capaz de imprimir nos leitores a

¹⁴ GRANDSDEN, K. W. “Homero e a epopéia” In: FINLEY, M. I. (organizador) *O Legado da Grécia: uma nova avaliação*. Brasília: UnB, 1998.

¹⁵ HARTOG, François. *op.cit.* p. 17

¹⁶ “Os apelos de Homero às Musas no sentido de uma recordação autêntica são convencionais[...] Na *Odisséia*, o próprio herói conta ao rei Alcínoo algumas de suas aventuras, empregando a primeira pessoa, usando o artifício de narrativa do *flashback*, popular até hoje, especialmente no cinema.” GRANDSDEN, K. W. *Op.Cit.* p. 84

credibilidade necessária, a expressão “eu vi” está sempre presente em *Odisséia*¹⁷. A supremacia do sentido da visão como elemento de credibilidade e confiança resulta, por conseguinte, da transformação quanto à natureza dos testemunhos e da exigência de sua autenticidade¹⁸.

Preocupado com a memória, Heródoto temia que as marcas da atividade dos homens fossem apagadas pelo tempo, seu maior adversário. Empenhou-se, pois, em impedir ou retardar o esquecimento daquilo que dela resultou. O processo de rememoração empreendido neste novo movimento narrativo imprime sua particularidade. Ao narrar eventos da guerra de Tróia, com a presença de Ulisses como testemunho, Heródoto constrói uma nova relação com o tempo, na narrativa e, do mesmo modo, um novo olhar sobre a verdade¹⁹. Uma narrativa não mais preocupada em mostrar o que estava acontecendo como puro presente, posicionou-se posteriormente aos acontecimentos, “preenchendo-se” de passado²⁰. Nesse sentido, como primeiro deslocamento, a narrativa deixa de ser contemporânea aos acontecimentos e converte-se em narrativa *post festum*. A característica de uma narrativa cuja origem localiza-se posterior aos eventos e, não obstante, cujo destino é separar os fatos de fantasias sobre o passado, está na base da diferenciação entre o registro histórico e a poesia épica. Na especificidade da pesquisa de acontecimentos passados está a inovação operada por Heródoto²¹.

¹⁷ MOMIGLIANO, Arnaldo. “História e biografia” In: FINLEY, M. I. (organizador) *O Legado da Grécia: uma nova avaliação*. Brasília: UnB, 1998

¹⁸ “Por assistir a eles a maneira mais simples de conhecer os fatos, não surpreende que Heródoto avaliasse como a melhor a observação visual direta, seguindo-se a coleta de relatos de testemunhas confiáveis” *Idem*, p. 186.

¹⁹ Ulisses “é o único a saber por experiência que se trata ao mesmo tempo de *sua* história e *da* história. Ora, como ele reage? Chorando. Mas realiza também um certo número de gestos e pronuncia algumas palavras.” HARTOG, François. *op. cit.* p. 22

²⁰ “epopéia do retorno, mas do retorno doloroso (*lygrós*), a *Odisséia* é habitada pela ausência e construída em torno da memória.” *Idem*. P.19

²¹ “[...]ele parece ter sido o primeiro a produzir uma descrição analítica da guerra [...] Além disso, foi provavelmente o primeiro a utilizar estudos etnográficos e constitucionais, a fim de explicar a guerra em si e relatar suas conseqüências. A própria palavra *historia*, no sentido em que estamos empregando, é um tributo a Heródoto como criador ou aperfeiçoador de um novo gênero literário. Heródoto usou *historia*, em seus capítulos etnográficos, como nome genérico para ‘inquirito’; porém, no século IV a.C., a palavra *historia* era considerada como significando o que

Nesse sentido, para os historiadores antigos, não cabia à história atribuir um sentido final às coisas nem realizar especulações sobre a natureza do homem. Possuía, em verdade, uma finalidade limitada, isto é, a preservação de um registro seguro sobre eventos passados. Para tanto, era preciso estabelecer critérios de confiabilidade e, neste caso, as evidências se apresentavam como elementos indispensáveis a uma história credível.²² O novo modo de interpretação dos acontecimentos foi seguido por novas exigências de “autenticação”. Heródoto procedia já por supressão do que não podia ser considerado digno de fé. Na melhor das hipóteses “achava legítimo relatar com uma advertência o que ele não podia garantir diretamente.”²³ A especificidade da narrativa produzida por Heródoto indica a origem da figura do *histor* cujas características predominantes são sua manifestação como figura subjetiva, na produção da narrativa, e, por conseqüência, como regulador do conteúdo próprio à sua narrativa. Dito de outra forma, a figura do *histor* caracteriza-se, simultaneamente, pelo distanciamento da *história*, como figura ausente e, não obstante, como sujeito comprometido com a verificação e sustentação daquilo que diz, com base em evidências como garantia de verdade da narrativa.

Portanto, tem-se como resultado duas significativas alterações: quanto ao conteúdo da narrativa; e quanto à função do testemunho como elemento de prova. Neste novo gênero narrativo a ausência é apreendida e apresentada como passado, tornando indispensável a presença de um testemunho direto. Pertence, pois, ao terreno da memória. É justamente a memória e o processo de rememoração que marcam o surgimento do gênero histórico com *Odisséia*, onde o ato de rememorar e o movimento de retorno ao passado – ainda que próximo - imprimem uma nova relação com o tempo

Heródoto havia feito – a saber, a pesquisa específica de acontecimentos passados”. MOMIGLIANO, Arnaldo. *op.cit.* p.184

²² “Era compelida a fornecer explicação dos eventos na medida em que isso fosse compatível com o uso da evidência”. *Idem.* p.189

²³ *Idem.* p. 186

na narrativa²⁴. Não mais vivenciada como coincidência de si consigo mesmo, a narrativa de uma *historia* acabou por revelar, aos gregos, sua própria historicidade, mediante observação e relato das mudanças conseqüentes da guerra e dos valores e ações humanas as quais não queriam ver desaparecer pelo esquecimento. Tratava-se, portanto, de se colocar, simultaneamente, como testemunha e registrador de mudanças julgadas importantes para a posteridade.

1.2 A especialização da história como ramo autônomo do saber científico

A inovação operada por Heródoto, em *Odisséia*, e a autoproclamação da história como ciência especializada, indicam-nos algumas semelhanças entre ambos os processos, no que se refere à *escrita da história*, forçando-nos a uma reflexão sobre seu conteúdo. Interessa-nos evidenciar tais afinidades com vistas a uma melhor compreensão daquilo que se entende por pretensão de validade do conhecimento histórico, no contexto atual de sua produção. Todavia, este salto temporal não deve ser entendido como procedimento arbitrário, mas sim como um exercício reflexivo intencional. A questão da *verdade* na narrativa histórica constitui-se como tema central desta pesquisa, cujo objetivo maior reside no esforço de ressignificação de sua acepção tradicional, tendendo, simultaneamente, a uma nova conceituação de objetividade²⁵. Nesse sentido, deve-se admitir que este retorno ao modo antigo de escrita da história e a correlação com sua reivindicação de cientificidade são entendidos como possuidores de um princípio comum, qual seja, a busca da verdade do conhecimento histórico. Por conseguinte, a relação percebida entre ambos os processos constitui-se como ponto de

²⁴ “Na Grécia do século V a.C, provas escritas não eram abundantes e os documentos que haviam sido transmitidos de séculos anteriores ocasionavam problemas de interpretação e de confiabilidade, cuja solução não se encontrava ao alcance de Heródoto. Assim sendo, um assunto próximo no tempo tornava-se preferível, embora a exploração de eventos mais remotos não estivesse excluída, conforme esclareceu o próprio Heródoto.” MOMIGLIANO, Arnaldo. *op.cit.* p. 186

²⁵ À maneira daquela proposta pelo historiador Jörn Rüsen.

partida para a análise das condições e possibilidades da pesquisa histórica contemporânea.

Como pretendemos sugerir, é ao longo do século XIX que o conhecimento histórico vivencia o processo de racionalização em seu mais alto grau. Tratava-se, em verdade, da autoproclamação da história como ramo específico do saber científico. Este processo de constituição da história como disciplina acadêmica especializada é, comumente, denominado *historicismo*. Mais do que isso, por historicismo entende-se o desenvolvimento da história como ciência humana compreensiva, resultante de um processo de reorientação do pensamento histórico simultâneo à institucionalização da pesquisa histórica²⁶. Nesse momento a história transforma-se em assunto de especialistas e, sobretudo, em um ramo do saber que se pretendia opor às tradicionais filosofias da história. Por que e como isto se deu configuram-se como perguntas-chave para a compreensão deste processo.

De um modo geral, a atitude historicista é marcada pela crítica ao procedimento metódico da filosofia da história, sob acusação de especulação estéril quanto à observância e contemplação do particular. Esta crítica possui, obviamente, raízes históricas que devem ser explicitadas. Antes de tudo, o historicismo deve ser entendido como um movimento de reação à crise de orientação resultante da Revolução Francesa, expressa pelos novos valores e papel social assumidos pela burguesia²⁷. Conforme analisa José Carlos Reis, “a principal consequência da Revolução Francesa, durante o século XIX, foi uma mudança profunda na percepção do tempo, que levou à redescoberta da história.”²⁸ Ainda segundo o autor, ninguém saiu imune ou indiferente a esse evento que acabou por revelar a história como caminho de mudanças profundas ou

²⁶ MARTINS, Estevão C. de Rezende. “Historicismo: tese, legado, fragilidade”. In: *História Revista: Revista do Departamento de História e do Programa de Mestrado em História*. Goiânia, 7 (1/2), jan./dez. 2002. p. 2

²⁷ *Idem* p.3

²⁸ REIS, José Carlos. *op. Cit.* p. 207

meio de revalorização e fidelidade à tradição.²⁹ É neste contexto de significativas transformações que a história emerge como ciência. Mais precisamente, como movimento contra-revolucionário. Em oposição às especulações filosóficas empreendidas por filósofos iluministas, o historiador buscou evidenciar a importância do estudo empírico da vida humana concreta. As raízes históricas dessa reação estão na recusa à filosofia da história acusada de legitimar, teoricamente, a revolução e expansão francesa pela Europa.

Afora algumas indefinições e discordâncias quanto à origem espaço-cultural do historicismo – bem como da própria terminologia – este é comumente identificado como um movimento de origem alemã³⁰. Num contexto de futuro incerto da Alemanha, o historicismo se apresentou como instrumento teórico na luta contra a aliança revolucionária e, por conseguinte, como revalorização da tradição e negação da mudança³¹. É, pois, anti-revolucionário e conservador em sua origem.

Contudo, uma tal atitude de reação fez com que se “redescobrisse a história, uma vez que o meio encontrado para lutar contra a ameaça revolucionária foi a elaboração de uma *ciência prática* capaz de justificar “as instituições existentes de cada nação, compreendendo-as em sua história particular”³². Nesse sentido, a busca pela cientificidade e autonomia da história, em relação às demais ciências humanas, resulta dessa política anti-revolucionária, marcada pela valorização do particular - daquilo que pertence à história, da qual emergem e resultam as ações humanas.

Como formulação teórica, o pensamento historicista se desenvolveu, conforme analisa Martins, em três diferentes fases: a) preparatória; b) de integração e

²⁹ *Ibidem*

³⁰ Definido, mais precisamente, como *historicismo alemão clássico*.

³¹ “Napoleão e o Iluminismo francês eram os adversários a abater. A Alemanha, contra-atacavam os historicistas, não tinha nada a aprender com a França. Seu discurso universalizante legitimava o expansionismo francês; seu pensamento ahistórico fortalecia posições francesas. Assim, o historicismo não foi apenas uma formulação teórica sobre a história, nem o Iluminismo era só uma teoria.”. REIS, José Carlos. *Idem*, p. 212. Vemo-nos tentados a concluir sobre algumas semelhanças entre a proposta historicista e a narrativa herodotiana, isto é, a recusa à mudança e, sobretudo, o impulso ao retorno e reconstrução do passado.

³² *Idem* p. 213

canonização; c) de fundamentação filosófica³³. De um modo geral, cada uma das fases mencionadas se nos apresentam como legado das formulações e construções teórico-metodológicas empreendidas pelos historiadores historicistas. É certo que, como quaisquer formulações teóricas e metodológicas, apresentam algumas lacunas e fragilidades muitas das quais foram superadas por teorizações posteriores.

A fase preparatória – primeira metade do século XIX - caracteriza-se pela continuidade da tradição enciclopedista do Iluminismo, com traço marcadamente introdutório, propedêutico, no que tange à pesquisa histórica. Nesse período, buscou-se uma introdução não somente à pesquisa histórica, fundamentada pelo método de crítica das fontes, como também uma introdução às ciências auxiliares³⁴, ambas restritas ao ensino acadêmico. Além disso, nesta fase percebe-se um desenvolvimento da filosofia da história marcado pela exigência de correspondência entre a validade dos critérios de sentido universais do agir humano e sua existência na realidade. Mais precisamente, o programa metodológico historicista buscava “apresentar as determinações universais de sentido do passado humano não sob a forma de teorias abstratas, mas pela interpretação dos fenômenos concretos da vida humana passada”³⁵. Além disso, esta primeira fase da prática historicista caracteriza-se “pelo desenvolvimento de uma teoria política com base histórica”³⁶. Assim, a teoria historicista desencadeou uma virada na teoria política, elaborando um novo sistema de normas do agir político fundado na revalorização de

³³ MARTINS, Estevão C. de Rezende. *op. cit.* p. 7. Sobre a interpretação das fases do pensamento historicista ver também José Carlos Reis, *op.cit.*, sobretudo o último capítulo, “Dilthey e o historicismo, a redescoberta da história”. Ver também FALCON, José Calazans. “Historicismo: antigas e novas questões”; e GRESPAN, Jorge. “Hegel e o Historicismo”. In: *História Revista: Revista do Departamento de História e do Programa de Mestrado em História*. Goiânia, 7 (1/2), jan./dez. 2002.

³⁴ Tais como: *Diplomática*, caracterizada pela análise de documentos oficiais que registram diferentes relações entre Estados-Nações distintos, a *Paleografia*, entendida como a arte de decifrar escritos antigos; *Filologia*, como uma espécie de estudo das leis etimológicas, gramaticais, históricas e lexicológicas de uma ou mais línguas; e a *Numismática*, uma ciência que tem por objeto o estudo das moedas e medalhas.

³⁵ MARTINS, Estevão C. de Rezende. *op. Cit.* p. 9

³⁶ *Idem*, p.7-8

seus pressupostos históricos³⁷. Não mais apoiadas em critérios jusnaturalistas, as normas do agir político passam a ser legitimadas pelas *forças ideais* do agir político. Nesse sentido, sistemas políticos tornam-se legítimos quando as forças ideais do agir correspondem à sua realização efetiva³⁸.

Na fase de integração e canonização da teorização historicista, simultânea à institucionalização da história como ciência –que se desenrola na segunda metade do século XIX – predomina a exposição sistemática das regras de pesquisa, responsáveis por imprimir à história o contorno de sua especialidade. Tem-se, nesse momento, uma sistematização dos elementos teóricos do historicismo num todo coeso, apresentados na *Historik* de Droysen, o qual “sintetiza, mediante uma teoria da dinâmica histórica das forças morais [...] aqueles elementos e fatores do processo temporal da socialização humana, relevantes para toda e qualquer reconstrução histórica do passado humano[...]”³⁹. Nesse sentido, foram formulados, definidos e explicitados, sistematicamente, os procedimentos regulares referentes não apenas à pesquisa histórica (crítica das fontes) mas também à prática interpretativa dos fatos extraídos das fontes.

Por fim, a fase de desenvolvimento da teorização historicista caracteriza-se pela fundamentação e justificativa filosóficas dos princípios elementares do conhecimento histórico-científico, determinantes para a existência da história como ciência humana compreensiva.⁴⁰ Assim, confirmam a cientifização do pensamento histórico considerando os resultados obtidos, mediante pesquisa histórica, como exclusivamente relevantes, “na medida em que se confirma a supremacia da ciência histórica, baseada

³⁷ “Se o Iluminismo ainda acreditava encontrar os critérios universais do sentido do agir humano na natureza do homem, agora a validade universal da tais critérios de sentido é posta na dependência de *se e como* a multiplicidade de experiência histórica pode ser sintetizada na unidade de um processo evolutivo próprio a uma espécie”. *Idem* p. 9

³⁸ No contexto atual, poderíamos interpretá-las da seguinte maneira: a legitimidade de um sistema político democrático é fundamentada pelas forças ideais do agir político que correspondem à garantia de participação e gozo de direitos políticos dos cidadãos, como único meio de sua realização plena.

³⁹ MARTINS, Estevão C. de Rezende. *op.Cit.* p.11

⁴⁰ *Ibidem*

em conhecimento histórico empírico sobre a filosofia da história”⁴¹. Uma tal especificidade metódica e, não obstante, a eficácia de sua aplicabilidade apresentou-se como elemento capaz de justificar e reclamar sua identidade frente às ciências fundadas no conhecimento nomológico. Além disso, os argumentos utilizados como instrumento de reivindicação de cientificidade do conhecimento histórico serviu “aos historiadores profissionais de terreno comum de entendimento acerca dos fundamentos da sua própria especialidade”⁴². Nesse sentido, a ciência histórica buscou proclamar-se autônoma mediante um método individualizante suficientemente eficaz e, por conseguinte, capaz de justificar e sustentar sua pretensão de cientificidade.

Contudo, a obsessão pelo resgate do passado conduziu a uma pretensão de objetividade centrada na idéia de neutralidade do historiador⁴³. E, nesse sentido, na medida em que pressupõe a possibilidade de suprimir toda e qualquer forma de juízo sobre o passado, a categoria *objetividade* foi expressa como sinônimo de reprodução fiel dos acontecimentos passados. De todo modo, os resultados alcançados pela teorização historicista podem ser interpretados como princípio orientador da prática da pesquisa histórica, cuja definição e consolidação atuam ainda hoje como garantia do conteúdo empírico das histórias, no modo científico de produção. Nesse sentido, a prática historicista reavaliou e “refundou” a história como conhecimento documentado sobre o passado, com vistas à recuperação da verdade sobre os eventos.⁴⁴

⁴¹ *Idem* p. 13

⁴² *Ibidem*

⁴³ Ao menos se seguidos os princípios de objetividade propostos por Leopold von Ranke. Sobre isso ver NIPPERDEY, Thomas. *Pode a história ser objetiva?* (Manuscrito inédito, 1986. Trad. de E. de Rezende Martins).

⁴⁴ “O método crítico dos historiadores arruinou as filosofias da história. A história foi a principal frente de resistência à metafísica. A história científica buscou diferenciar as duas dimensões objetivas do tempo – passado e presente -, evitando profetizar sobre o futuro. Essa história valorizava as diferenças humanas no tempo, dando ênfase ao evento irrepitível, finito, datado. O objeto do historiador não era a idéia, a razão, a providência, a utopia final, mas o mundo humano datado e localizado, uma situação humana espaço-temporal, concreta, única: o evento. Essa consciência histórica do século XIX é que foi, de modo geral, denominada historicista. Em oposição a todo pensamento aistórico, o historicismo era um antirracionalismo, um antiabstracionismo, um antiuniversalismo. Ele era o defensor de uma outra razão: a *razão histórica*”. REIS, José Carlos. *op.cit.* p. 213

1.3 O paradigma narrativista como alternativa ao modelo nomológico de explicação histórica

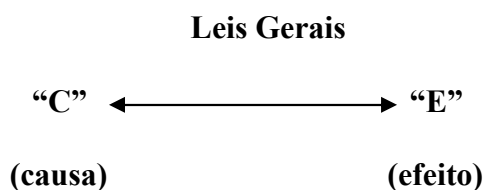
A história nasce da luta contra a fábula, a lenda, o mito. Permanece na luta contra o falso, a mentira e o erro. Garantir o afastamento de tais esquemas de falsificação do real significaria, pois, produzir um conhecimento histórico científico? Diante da supremacia do esquema de explicação próprio às ciências exatas, a verdade do conhecimento histórico parecia depender das chances de aplicabilidade do modelo nomológico como recurso interpretativo da causalidade histórica. Assim, por exemplo, Carl Hempel tentou demonstrar, no célebre artigo intitulado “A função das leis gerais em História”⁴⁵, que as leis gerais têm nas ciências matemáticas e na ciência histórica funções absolutamente semelhantes, compondo o quadro geral das chamadas “ciências empíricas”. De um modo geral, é da oposição a este modelo que nasce o paradigma narrativista. Por essa razão, apresentaremos, genericamente, o modo como se desenrola o raciocínio nomológico para, em seguida, analisar as objeções a este modelo, das quais resultou o paradigma narrativista na história. Nesse sentido, partiremos das seguintes constatações: a) a aplicação de leis gerais à história respondia a uma certa pretensão de cientificidade do conhecimento histórico, a qual somente seria reconhecidamente aceita caso garantisse extrair do processo histórico expressões de regularidade; b) o problema dos limites da aplicação do modelo nomológico à história foi, parcialmente, sanado com o esquema hermenêutico de interpretação intencional; c) ambos os modelos, nomológico e hermenêutico, sós ou em conjunto, atuam como elementos coadjuvantes na produção do conhecimento histórico, pois não oferecem modelos específicos de interpretação histórica.

⁴⁵ HEMPEL, Carl. “A Função de Leis Gerais em História”. In: GARDINER, Patrick. *Teorias da História*. Lisboa: 1974. p. 422

Os modelos “nomológico”, “hermenêutico” e “narrativo”

Com base no princípio da unidade da ciência, proposta por Hempel, a história deveria seguir os mesmos padrões científicos da física. E, nesse sentido, ainda que se considerasse possível uma abordagem compreensiva de eventos particulares (históricos), estes estavam, antes de tudo, submetidos a leis explicativas de implicação causal.

Por lei geral – ou hipótese universal – entende-se a afirmação (condicional e universal) que pode ser confirmada ou invalidada por meio da adequação ou inadequação empírica. Vale dizer que a recorrência às leis gerais pressupõe um princípio de regularidade o qual foi definido por Hempel da seguinte maneira: “em todos os casos em que um evento de tipo C ocorra em determinado lugar e num tempo, um outro evento de tipo E ocorrerá num lugar e num tempo de modo típico relacionados com o lugar e o tempo de ocorrência do primeiro evento”.⁴⁶ Este princípio de regularidade pode assim ser formalizado:



De modo que somente é possível afirmar que “C” causou “E” se houver “leis gerais” que os associem. Utilizemos, para fins de esclarecimento, o próprio exemplo de Hempel referente a um tipo genuíno de explicação científica. Neste caso o evento (hipotético) a ser explicado é a ruptura do radiador de um automóvel exposto a uma noite fria⁴⁷. A

⁴⁶ *Ibidem*

⁴⁷ *Idem p. 423*

explicação segue os seguintes caminhos: a) apresentação das condições iniciais e limite para a ocorrência do evento final; b) apresentação das leis gerais mediante as quais a explicação é possibilitada.

As condições iniciais e as condições limite poderiam ser apresentadas da seguinte forma:

[...] o carro ficou na rua toda a noite. O radiador, de ferro, estava completamente cheio de água e tinha a tampa bem fechada e aparafusada. Durante a noite, a temperatura baixou de 39° F à tardinha para 25° F na manhã seguinte; a pressão atmosférica manteve-se normal. A pressão de ruptura do material de que o radiador é feito é tal e tal.⁴⁸

Em seguida, dever-se-ia apresentar leis empíricas capazes de associar as condições iniciais e limite àquela em causa, tais como:

A pressão atmosférica normal, a água gela abaixo de 32° F. Abaixo de 39°F, a pressão de uma massa de água aumenta à medida que a temperatura desce, se o volume se mantiver constante, ou se diminuir; quando a água gela, a pressão eleva-se de novo. Finalmente, terá [...] de incluir uma lei quantitativa relativa à mudança de pressão da água como sendo ela uma função da sua temperatura e volume.⁴⁹

Uma vez realizadas tais afirmações tem-se como possibilidade a dedução, por raciocínios lógicos, de que o radiador rompeu durante a noite. As causas são associadas ao material do radiador (suas condições e propriedades) e ao fato de ter sido submetido a uma queda de temperatura. Nesse sentido, afirma Hempel, estabeleceu-se uma explicação para o evento “E”, isto é, a ruptura do radiador do carro. O “evento em causa” é explicado mediante as seguintes representações: “E”, para indicar efeito, “C”, para causa – indicando “C1”... “Cn”, respectivamente, condição inicial e condição limite. Tem-se, pois, uma explicação científica quando são indicadas as causas ou fatores determinantes de “E”, isto é, “C1”... “Cn”, de modo que sempre que se der “C”

⁴⁸ *Ibidem.*

⁴⁹ *Ibidem*

dará-se também “E”.⁵⁰ Contudo, utilizou-se, na formalização (p. 28), uma seta de sentido duplo pela seguinte razão: uma confirmação científica somente pode ser significativamente “forte” caso permita a realização de dois caminhos de comprovação objetiva (*explicação e previsão*). Isto implica dizer que, mediante aplicação de leis gerais, deve ser possível não somente a *explicação* de “E” mediante “C”, como também a *previsão* de “E” mediante “C”⁵¹.

Entretanto, os símbolos sobrescritos referem-se a *tipos* ou *propriedades* de eventos, e não a eventos particulares. Como veremos, disso resultam os limites de sua aplicabilidade à história. Diferente do evento típico, o evento particular ou individual não está sujeito à explicação nos mesmos moldes, uma vez que “exigiria um relato de todas as propriedades manifestadas pela região espacial ou pelo objeto individual em causa, durante o espaço de tempo ocupado pelo evento tratado”⁵². O que é, obviamente, impossível. Tal impossibilidade é antecipada pelo próprio Hempel, o qual conclui que a história talvez não ofereça “explicações genuínas”, mas “esboços de explicação”. Entretanto, e apesar disso, Hempel insiste na tese de unidade da ciência. Para o autor, “um esboço de explicação garante a história como ciência, pois é mais forte do que a mais febril pseudo-explicação”⁵³. Nesse sentido, a pergunta lançada no início deste tópico pode ser respondida, de acordo com o princípio nomológico de explicação histórica, de modo afirmativo. Isto é, a elaboração de leis – ou hipóteses universais – suscetíveis à confirmação empírica, apresentar-se-ia como critério de cientificidade e

⁵⁰ Neste caso, a exposição do carro às mudanças de temperatura, durante a noite, indica a “condição inicial” de “E”; a situação do radiador (cheio de água e com a tampa “bem fechada e aparafusada”), bem como suas propriedades (“a pressão de ruptura do material de que o radiador [de ferro] é feito”), indicam as “condições limite” de “E”, sendo ambas as condições (“C1”... “Cn”) *determinantes* para a ocorrência de “E”.

⁵¹ “A distinção usual entre explicação e previsão reside sobretudo numa diferença pragmática entre as duas. Enquanto, no caso de uma explicação, se sabe que o evento final aconteceu e é necessário procurar as suas condições determinantes, no caso de uma previsão a situação inverte-se: aqui, são dadas as condições iniciais e há que determinar o seu “efeito” – que, no caso típico, não teve ainda lugar”. HEMPEL, Carl. *op.cit.* p. 425

⁵² HEMPEL, Carl. *Idem.* p. 424

⁵³ REIS, José Carlos. *Op.Cit.* p. 110

verdade do conhecimento histórico e, por conseguinte, como elemento capaz de suprimir todo erro.

É certo, contudo, que esse modelo de explicação histórica foi amplamente criticado, num contexto de profunda revolução no que diz respeito à concepção filosófica de ciência.⁵⁴ A impossibilidade de redução dos fenômenos históricos a estritos esquemas de explicação causal reclamava a elaboração de um outro modelo explicativo capaz de abarcar a especificidade do objeto de pesquisa histórica. Por outras palavras, o modelo nomológico oferecia à história apenas parte dos efeitos explicativos exigidos de uma história produzida metodicamente. Isto porque a História pode explicar mas, em contrapartida, não pode fazer previsões.

Uma alternativa a este modelo parece ser encontrada no esquema hermenêutico de interpretação intencional. Este esquema pressupõe que a explicação de ações humanas, uma vez realizadas, somente é possível se forem identificadas as intenções a partir das quais as ações foram efetivadas. Explicar tais ações significa, portanto, reconstruir as intenções que as motivaram. Evocando Donagan, Rüsen apresentou o esquema hermenêutico de explicação intencional da seguinte forma:

- (1) S quer Z**
- (2) S avalia a sua situação como C**
- (3) S está convencido que, em C, só é possível conseguir Z através de x.**
- (4) S executa x**

S= Sujeito
Z= objetivo da ação
C= natureza de uma situação (um conjunto de possibilidades de agir)
X= ação⁵⁵

⁵⁴ “The animating question in the philosophy of history had been whether explanations in history are logically of a piece with those in the natural sciences, and hence whether there is finally an essential unity in all the sciences, natural as well as human, at least with respect to the structure of explanation”. DANTO, Arthur C. “Introduction to the Morningside Edition” *In: Narration and Knowledge*.

⁵⁵RÜSEN, Jörn. *op.cit.* p.30.

O esquema hermenêutico de interpretação marca, por assim dizer, a distinção entre *compreender* e *explicar*. É certo, contudo, que esta diferença já havia sido pensada por autores ainda na virada do século XIX para o XX. Assim, por exemplo, Dilthey escreveu na abertura de *A Compreensão dos Outros e das suas Manifestações de Vida*:

A compreensão e a interpretação constituem o método que informa as ciências do espírito. Todas as funções se encontram nelas reunidas; nelas se contêm todas as verdades das ciências do espírito. A cada momento, a faculdade de compreender abre um mundo.

É na base da vivência e da compreensão de si próprio e da contínua ação recíproca de ambas que se forma a compreensão das manifestações de vida das outras pessoas. Também neste caso não pretendemos fazer uma estruturação lógica ou uma dissecação psicológica, mas uma análise dum ponto de vista epistemológico, a fim de determinar a importância da compreensão dos outros para o conhecimento histórico⁵⁶.

Nesse sentido, Dilthey agiu por oposição à aproximação entre ciências da natureza e história, mediante o horizonte da compreensão e, por conseguinte, pretendeu diferenciar duas epistemologias: aquela referente ao mundo físico e aquela própria ao universo psíquico.

Assim, pode-se dizer que com a crise do modelo nomológico de explicação histórica a ciência histórica pareceu encontrar um meio capaz de justificar a cientificidade da história, no modelo hermenêutico de compreensão intencional, segundo o qual a especificidade do saber histórico caracteriza-se por evidenciar o caráter reconstrutivo e histórico do próprio processo de construção do conhecimento, “através de uma busca contínua da intencionalidade, da liberdade, da subjetividade, da humanidade da história, sem o que correr-se-ia o risco de esvaziar seu caráter

⁵⁶ DILTHEY, Wilhelm. “A Compreensão dos Outros e das suas Manifestações de Vida” In: GARDINER, Patrick. *Teorias da História*. Lisboa, 1974, p. 259

científico[...]”⁵⁷. Trata-se, pois, do reconhecimento das “intencionalidades” dos historiadores, as quais não assumem “universalizações legaliformes”.

Entretanto, embora o método compreensivo seja “[...] uma das conquistas mais explícitas que o trabalho historiográfico pretende ter alcançado”⁵⁸, o modelo hermenêutico, assim como o esquema nomológico, não determina a especificidade científica da história. De acordo com Rösen, isso se dá

*Porque as correlações entre a intenção da ação e a própria ação, que constituem o objeto da explicação intencional, não representam a qualidade própria à ação do homem que o pensamento histórico investiga. Explicações intencionais não são suficientes (por princípio) para explicar as mudanças temporais que são tematizadas enquanto ‘história’, porque estas mudanças não são buscadas ou efetuadas enquanto históricas*⁵⁹.

Portanto, se os modelos nomológico e hermenêutico não fornecem explicações propriamente históricas cabe perguntar o que determinaria, então, a especificidade científica da história. Os impasses percebidos entre “compreender” e “explicar” conduziram à pergunta “se já não existiria na narrativa histórica um potencial explicativo que poderia ser utilizado pela ciência da história de forma especificamente científica”⁶⁰.

De um modo geral o que se percebe é que a ciência da história produz efeitos explicativos com base em “sentenças narrativas”. E, por isso, ainda que aplicáveis, as explicações nomológicas e intencionais estão sempre inseridas no contexto de histórias. Por outras palavras, para que as transformações temporais do mundo e de si mesmo sejam percebidas como mudanças (com sentido e significado) precisam ser articuladas narrativamente. Nesse sentido, exige-se de um modelo interpretativo especificamente

⁵⁷ MARTINS, Estevão C. de Rezende. “Compreender, explicar e narrar em ciência histórica” In: *Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica (SBPH)*, Anais da V Reunião, São Paulo, 1986 p. 85

⁵⁸ *Ibidem*.

⁵⁹ RÜSEN, Jörn, p. 34

⁶⁰ *Idem*. p. 37.

histórico que ele seja capaz de abarcar justamente o que não se apresenta como regularidade e o que não pode ser deduzido das ações como intenções determinantes, isto é, aquilo que é contingente.

Deve-se, contudo, alertar para o fato de que um modelo razoável de interpretação histórica deve levar em conta a singularidade da realidade histórica sem, no entanto, ignorar o efeito explicativo que podem oferecer ambos os modelos já referenciados, ainda que forneçam explicações parciais. Como isso é possível? Concordamos com Rüsen ao dizer que o acréscimo de dados que ofereçam “informações adicionais” leva em conta as carências de orientação às quais o pensamento histórico se deve, tornando possível a tematização da “história” como objeto de pesquisa. É o que parece oferecer o modelo narrativo de interpretação histórica. Ao que parece este modelo dá forma ao esquema interpretativo especificamente histórico mediante dois processos: a) referindo-se a uma seqüência temporal de situações – do tipo, algo num determinado momento “t1” era de um jeito, sofrendo transformações em um outro determinado momento “t2”, tornando-se ainda mais diferente num momento posterior t3”; b) expressando as transformações temporais como “mudanças”, mediante atribuição de sentido e significado aos efeitos delas resultantes.

Nesse sentido, um conjunto de sentenças narrativas se refere, primeiramente, a uma seqüência temporal de situações experimentadas por S (que pode representar tanto um indivíduo, grupo, instituição, etc.)⁶¹. Estas situações podem ser indicadas, numa seqüência temporal, da seguinte forma⁶²:

⁶¹ “Essa ‘alguma coisa’ (representada simbolicamente com um ‘S’ como sujeito [da referencia] de uma história) pode ser um indivíduo (por exemplo, Brutus), um grupo de pessoas (por exemplo, os trabalhadores), um conceito (por exemplo, a humanidade), um alimento (por exemplo, arroz), um preço (por exemplo, o preço do trigo), um sistema econômico (por exemplo, o artesanato), enfim: tudo o que possa existir no horizonte das experiências da vida humana prática, e a que se possa atribuir algum significado para a orientação dessa práxis no tempo.” *Ibidem*.

⁶² *Ibidem*.

$$S^1 \rightarrow S^2 \rightarrow \dots \rightarrow S^n$$

Entretanto, a história pretende não somente narrar esta seqüência temporal mas, sobretudo, explicá-la. Isto é, pretende não somente “narrar” a passagem de S^1 e S^2 para S^n como também explicar de que modo se chegou de S^1 e S^2 a S^n , através de uma série de situações intermediárias. Em contrapartida, “a explicação que leva [por exemplo] de S^1 a S^2 nunca está completa no sentido dos esquemas das explicações nomológicas e intencionais”⁶³. Isto porque os passos de S^1 até S^n são efetuados pela narrativa, dado que as explicações fazem parte da narrativa mas não explicitam integralmente cada passo. Assim, uma situação S^2 poderia ser somente parcialmente explicada como S^2 de S^1 enquanto dado antecedente, mediante uma regra universal.⁶⁴

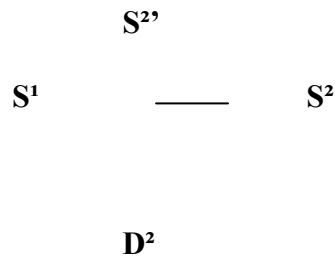
Do mesmo modo, ações somente podem ser parcialmente explicadas com base nas intenções que as motivaram. Estas são parciais porque sempre se trata, em ciência histórica, de situações mais complexas, as quais não poderiam ser explicadas em sua totalidade com base no esquema de explicação intencional. É preciso, pois, buscar para além da motivação do agir outros elementos explicativos, como por exemplo as “circunstâncias ou condições do agir, que não aparecem ou o fazem de forma distinta nos juízos sobre a situação que estão presentes na motivação do agir”⁶⁵. Assim foi formalizado por Rüsen um procedimento explicativo especificamente histórico⁶⁶:

⁶³ *Ibidem*.

⁶⁴ Assim por exemplo, “quando o historiador se depara com o fato da quebra de determinada moeda, esclarece-a com a situação antecedente da desvalorização da moeda (diminuição da qualidade do padrão), que levou à perda de seu poder de compra, e com a ‘lei de Gresham’. Esta ‘lei’ afirma que, após a desvalorização de um padrão monetário, as moedas não desvalorizadas (valor metálico em si, como por exemplo ouro e prata) saem de circulação (tornam-se ‘valor refúgio’ de poupança) e o que permanece circulando em breve sequer corresponde ao valor de face. Um raciocínio deste tipo é caracteristicamente nomológico, mas suas premissas (que são, em princípio juízos sintéticos) não teriam podido ser formuladas sem compreensões ‘antecedentes’ de ampla abrangência. Decerto não se trata da formulação de ‘leis históricas’, mas de premissas ‘legaliformes’ de uso na e pela ciência histórica. A questão do status destas premissas depende de sua relação, na ciência histórica, com aqueles eventos e/ou situações que devem ser conhecidos, globalmente, como ‘história’ ”. MARTINS, Estevão. *Compreender, explicar e narrar em ciência histórica*. Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica (SBPH). Anais da V Reunião. São Paulo, 1986. p. 86

⁶⁵ Rüsen, Jörn. p. 39

⁶⁶ *Idem*. p. 38



De modo que $\mathbf{D^2}$ representa aquelas informações adicionais sem relação nomológica formal com $\mathbf{S^2}$. Ainda segundo o autor, esse complemento explicativo de tipo $\mathbf{D^2}$ é “objetivamente necessário” por levar em consideração as carências de orientação que vão “por princípio, além do esquema de pensamento das explicações nomológica e intencional”⁶⁷. Trata-se, em verdade, do modo como somos “atingidos” pela contingência, o qual não obedece a regularidades nem tampouco é resultado de intenções determinantes. Afirmar que explicações históricas são sempre explicações narrativas significa dizer que somente mediante articulação narrativa, empreendida pela consciência histórica, a experiência do passado é interpretada como passado. Recorrendo ao esquema de explicação narrativa de Arthur Danto, Rösen o apresentou da seguinte forma⁶⁸:

- (1) $\mathbf{S \acute{e} F \text{ em } t^1}$
- (2) $\mathbf{G \text{ ocorre com } S \text{ em } t^2}$
- (3) $\mathbf{S \acute{e} H \text{ em } t^3}$

Para:

S= sujeito de uma história; F= situação inicial; H= situação final; G= acontecimento

Contudo, por *narrativa histórica* entende-se não somente o resultado das operações da consciência histórica mas, ao mesmo tempo, o modo elementar de

⁶⁷ *Idem.* p. 39

⁶⁸ *Idem.* p. 42

construção de uma história, isto é, a elaboração do enredo através do qual são definidos o começo e o fim da narrativa e, do mesmo modo, como são enunciadas as etapas narrativas que conduzem do início ao fim. É certo também que as opiniões não são unânimes quando se trata do reconhecimento do esquema narrativo de explicação histórica como um tipo de modelo interpretativo caracterizadamente científico. A semelhança entre narrativa histórica e narrativa ficcional, ensejada pelo processo de elaboração do “enredo” tem gerado opiniões desencontradas quando se trata da reivindicação de cientificidade da narrativa histórica.

No âmbito das discussões históricas meta-teóricas, a tese apresentada por Hayden White em *Meta-História* constitui-se como referência maior quando se trata de afirmar a indistinção entre os modos ficcional e histórico de produção narrativa. Por essa razão, no capítulo que se segue, buscar-se-á apresentar as teses de H. White e Jörn Rüsen por se tratarem de teses cujas conclusões são incompatíveis em termos epistemológicos e pragmáticos.

CAPÍTULO II

O QUE SE PERDE E O QUE SE GANHA NO ATO DE NARRAR: A NARRATIVA EM *META-HISTÓRIA* E *RAZÃO HISTÓRICA*

O ato de narrar é, antes de tudo, um ato lingüístico. É a operação mediante a qual ao mundo é dado sentido pelo sujeito. Tomado como dado puro, o mundo dos fenômenos parece caótico e, por essa razão, o sujeito é forçado a interpretá-lo transformando-o num quadro de elementos inteligíveis que faça sentido na relação que estabelece consigo mesmo, com a natureza e com os demais. Neste campo de apreensão de fenômenos a linguagem exerce papel indispensavelmente mediador. Caso contrário aquele permaneceria carente de sentido.

É certo, contudo, que há entre o fenômeno de observação e a descrição deste fenômeno uma lacuna que é preenchida por um ato construtivo daquele que busca apreender a realidade. Deste modo, as descrições sobre um mesmo objeto respondem a um quadro de variedades possíveis e, por conseqüência, são sempre incompletas. Isto assim se dá porque a apreensão se processa no e pelo olhar do observador - sujeito a uma estrutura de consciência específica – e, por conseguinte, incapaz de encerrar a representação do objeto numa única descrição. Dito de outra forma, a descrição de fenômenos localiza-se num plano *mimético* cuja característica predominante é a possibilidade daqueles serem descritos de uma *outra* forma⁶⁹. Isso se dá, em parte, em função dos limites da linguagem como instrumento de apreensão do real e, por outra,

⁶⁹ Sobre isso ver: WHIE, Hayden. *Trópicos do discurso. passim*

isto condiz com a própria natureza do processo de apreensão, no qual é determinante a figura do observador. Contudo, sendo toda descrição incompleta pode, por conseguinte, sugerir uma outra descrição pretensamente mais “realista” e fidedigna⁷⁰.

A questão torna-se ainda mais complexa quando se passa da descrição para a análise e explicação de fenômenos. Sendo a linguagem, indiscutivelmente, responsável por uma série de *desvios* de sentido no processo de interpretação do mundo dos fenômenos, haveria alguma possibilidade de classificação entre discursos mais ou menos *verdadeiros*? Transposta para o campo da epistemologia histórica, tal pergunta tomou corpo numa expressão cada vez mais familiar e consagrada no debate histórico contemporâneo, qual seja, “o problema do conhecimento histórico”. Se, por longo tempo, os historiadores estiveram empenhados em apresentar de forma sistemática o conteúdo e os processos próprios a um método especificamente histórico, e, em contrapartida, viraram as costas para as reflexões epistemológicas, as discussões quanto aos limites e possibilidades do conhecimento histórico tornaram-se o alvo das preocupações dos “teóricos da história”. Tais discussões assumem um contorno específico no interior do debate narrativista, no qual refletir sobre o processo de construção do conhecimento histórico exige, antes de tudo, percorrer o terreno da narrativa.

A frase de Paul Veyne “A história é a narrativa de eventos, todo o mais vem daí”⁷¹, sintetiza o debate entre narrativistas naquilo que apresenta de essencial, isto é, os resultados da pesquisa histórica, quaisquer que sejam, são sempre e necessariamente expressos em uma narrativa. Trata-se de uma constatação. No entanto, ao se debruçarem sobre ela, historiadores “narrativistas” partiram de caminhos não necessariamente coincidentes e, da mesma forma, chegaram a conclusões, não raro, excludentes. Este

⁷⁰ *Idem*

⁷¹ VEYNE, Paul. *Como se escreve a história; Foucault revoluciona a história*. Tradução de Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. Brasília: UnB. 1998

capítulo ocupar-se-á da apresentação das teses de Hayden White e Jörn Rüsen, entendidos, aqui, como expoentes de duas diferentes vertentes narrativistas. Deve-se admitir, contudo, que a apresentação que se pretende realizar ancora-se no seguinte eixo de reflexão: ambos autores entendem o caráter construtivo da narrativa como um elemento de mediação indispensável na produção do conhecimento histórico. No entanto, ao passo que Hayden White atribui maior importância ao que se perde em “precisão” (descritiva) no ato de narrar, Jörn Rüsen evidencia aquilo que se ganha em “sentido”, pelo mesmo ato⁷².

2.1 “Imaginação construtiva”: a essência *poética* do conhecimento histórico.

A ênfase dada ao aspecto lingüístico do texto historiográfico é produto de um debate externo à própria ciência da história. A preocupação em destacar o *aspecto construtivo* do conhecimento produzido por historiadores profissionais aproximou o debate histórico *meta-teórico* da teoria da literatura. Filiado a essa tradição, Hayden White toma de empréstimo determinadas teorias aplicadas à análise de textos literários, em geral, e as utiliza como horizonte conceitual e instrumental na análise do processo de construção do conhecimento histórico, em particular. A síntese de suas reflexões é o ponto de vista segundo o qual a seleção, organização, articulação e explicação de eventos numa narrativa resulta de uma operação construtiva que varia de acordo com as inclinações de cada autor. Desse modo, as divergências entre interpretações, percebidas em diferentes narrativas históricas, são identificadas não no “nível dos fatos”, mas sim, no *modo* como foram urdidas.

⁷² A diferença entre os modos de compreensão sobre o sentido produzido pela narrativa histórica, percebida entre H.White e Rüsen, é analisada no capítulo seguinte “Por que a História *pode* e *deve* ser objetiva?”

As reflexões de Hayden White sobre o caráter construtivo do conhecimento histórico foram publicadas em 1973 com o título *Meta-História: A imaginação Histórica do Século XIX*. O título sugere uma identificação entre meta-história e metalinguagem que opera no plano do reconhecimento da linguagem como materialidade mais próxima do historiador. Por outro lado, o terreno da meta-história se aproxima daquele outro na medida em que ambos extrapolam o campo dos fenômenos representados numa narrativa, porquanto se ocupam não da matéria do discurso, mas sim do próprio discurso e, nesse sentido, a meta-história se ocupa de questões que estão por trás dos pressupostos que oferecem sustentação ao campo de investigação histórica⁷³. Neste terreno são elaboradas perguntas que não são formuladas no exercício mesmo da investigação. Dentre as quais estão aquelas referentes ao *status* epistemológico das explicações históricas e a conseqüente autoridade que poderiam reivindicar como construto seguro da realidade. Pode-se dizer, portanto, que a meta-história se ocupa do “problema do conhecimento histórico”, ou seja, da reflexão quanto à possibilidade, ou não, de se produzir um conhecimento “verdadeiro” sobre o passado.

O ponto de partida das reflexões quanto ao *status* epistemológico do conhecimento histórico é comumente associado ao caráter interpretativo da narrativa historiográfica. Este é, pode-se dizer, aceito por unanimidade entre os historiadores profissionais e demais cientistas sociais. Há, no entanto, no interior da história da ciência da história, uma tendência em considerar esse elemento interpretativo como algo dissociado de uma outra operação pretendida pelo conhecimento histórico, que se localiza no plano da *explicação* dos fenômenos⁷⁴. Contra essa dissociação H. White se

⁷³ Para além desse sentido, meta-história significa o elemento, lingüístico em sua natureza, que constitui a noção previamente aceita daquilo que deve ser uma explicação histórica. É, nesse sentido, um *protocolo lingüístico* que indica uma determinada idéia de história, seus conteúdos e processos.

⁷⁴ Trata-se da filosofia analítica da história, traduzida pela crença no modelo nomológico de explicação histórica. cf. MARTINS, Estevão C. de Rezende. “Filosofia analítica da história”. In: Maria Cecília M. de Carvalho (org.): *Paradigmas filosóficos da atualidade*. Campinas: Papyrus, 1989, 83-98.

preocupa em demonstrar que entre a classificação e ordenamento dos eventos, e a sensação de tê-los explicado, o historiador realiza um ato essencialmente imaginativo e, portanto, não sujeito à verificação.

Conseqüentemente, o empenho de H. White consiste em demonstrar que uma tal “impressão explicativa” é fruto do processo interpretativo do conhecimento histórico como um todo. Trata-se da própria *natureza interpretativa* da história. Com isso H. White postula uma relação de contigüidade entre ambos elementos, não havendo qualquer possibilidade de distinção, na narrativa, entre aquilo que corresponderia ao conteúdo interpretativo, por um lado, e ao que corresponderia ao seu conteúdo explicativo, por outro. Dito de outra forma, a explicação se subdivide em diferentes estratégias que se configuram como *partes* do conteúdo interpretativo do conhecimento histórico como um *todo*. Desse modo, a demarcação de fronteiras entre ambos conteúdos tenderia a obscurecer a própria natureza interpretativa da história.

Do que se trata, porém, quando se refere à *natureza interpretativa* da história? Esta não consiste, conforme analisa Hayden White, na apresentação dos instrumentos conceituais com os quais se pretende explicar determinados eventos, tal como comumente se admite. Estes são discerníveis na superfície da narrativa. A natureza interpretativa da história, ao contrário, tem origem num movimento de *prefiguração* do campo histórico⁷⁵ que antecede a própria escolha das estratégias explicativas. Este movimento realiza-se num “nível profundo de consciência” do historiador ou filósofo da história que *prefigura* o campo histórico⁷⁶.

⁷⁵ O sentido de campo histórico aqui utilizado é aquele apresentado em *Meta-História*. Campo histórico significa, pois, o registro histórico não processado.

⁷⁶ “A fim de correlacionar [...] diferentes estilos como elementos de uma única tradição do pensamento histórico, fui forçado a postular um nível profundo de consciência no qual um pensador da história escolhe as estratégias conceituais com que irá explicar ou representar seus dados. Nesse nível, acredito, o historiador realiza um ato essencialmente *poético*, em que *prefigura* o campo histórico e o constitui como um domínio no qual é possível aplicar as teorias específicas que utilizará para explicar ‘o que estava *realmente* acontecendo’ nele”. WHITE, Hayden. *Meta-história: A Imaginação Histórica do Século XIX*. 2ª Edição. São Paulo: EDUSP, 1995. p. 12.

Prefigurar o campo histórico equivale a dizer que a construção de uma narrativa coerente, a partir de elementos dispersos, obedece a um movimento de apreensão prévia. Isto é, a articulação narrativa no formato de um todo com início, meio e fim discerníveis é resultado de uma operação mental - de apreensão e pensamento - que antecede a escolha das estratégias explicativas aplicadas aos eventos postos em narrativa. À semelhança da clave que dita o tom de uma peça musical, a prefiguração do campo histórico orienta, por assim dizer, a escolha das estratégias explicativas subsequentes.

A prefiguração informa, segundo H. White, cada um dos quatro modos principais de consciência histórica que pretende identificar, em historiadores e filósofos da história do século XIX. Entretanto, o esforço em construir uma tipologia de estilos historiográficos circunscritos ao século XIX extrapola, obviamente, os limites da “catalogação”. Identificar as dimensões manifestas do trabalho histórico é o ponto de partida de uma pretensão ainda maior, qual seja, a de “penetrar até o nível mais profundo em que essas operações teóricas fundam suas sanções pré-críticas implícitas”.⁷⁷ Contudo, tais pretensões não se encerram na análise do conhecimento produzido por pensadores da história do período demarcado, ao contrário, estendem-se ao processo de produção do conhecimento histórico em geral.

Pode-se dizer que, na análise de H. White, o processo de produção do conhecimento histórico é formalmente dividido entre um horizonte de prefiguração e as posteriores estratégias interpretativas que se localizam no âmbito da produção de “impressões explicativas”⁷⁸. Trata-se, pois, de um nível manifesto (epistemológico, estético e moral), por um lado, e de um nível latente (uma espécie de subestrutura meta-histórica), por outro.

⁷⁷ *op.Cit.* p.11-12.

⁷⁸ *Ibidem*

Este horizonte de *prefiguração*, definido como a base a partir da qual seguem-se as estratégias explicativas, é caracterizado pelo modo lingüístico em que é vazado e compreende, como variáveis possíveis, os tropos da *metáfora*, *metonímia*, *sinédoque* e *ironia*. Não obstante, as estratégias de interpretação são subdivididas em três esferas explicativas: explicação por *elaboração de enredo*; *por argumentação formal*; e *por implicação ideológica*⁷⁹.

A interação entre os horizontes de prefiguração e de explicação dos eventos extraídos do registro histórico processa-se da seguinte forma: a narrativa, quer assuma o caráter de historiografia ou de filosofia da história, é *vazada* num tropo predominante que, por sua vez, *sugere* um tipo de enredo particular, assim como são particularmente sugeridas as estratégias explicativas por argumentação formal e por implicação ideológica. A ordem das combinações não é importante, importa saber que uma combinação específica das três diferentes estratégias explicativas constitui o que Hayden White classifica como o *estilo* historiográfico de determinado historiador ou filósofo da história. Identificar o *estilo* significa, por conseguinte, desvelar a combinação das diferentes estratégias discerníveis numa narrativa. De um modo geral, o estilo funciona como um *idioleto* através do qual, acredita, pode-se identificar o tropo predominante na narrativa, isto é, o modo como o campo histórico foi *prefigurado*. Uma vez que o universo de prefiguração constitui o ambiente da apreensão, acessá-lo implica penetrar a “consciência profunda” do historiador, da qual se extrai uma noção prévia do processo histórico. Nesse sentido, identificar o tropo predominante na narrativa significa, antes de tudo, identificar o solo lingüístico no qual se estabelece uma determinada idéia de história, bem como dos contornos do que deve ser uma explicação histórica. Isto explicaria as divergências de interpretações com respeito não somente aos

⁷⁹ Cada uma das estratégias explicativas se subdivide, como veremos adiante, em pelo menos quatro modos possíveis.

“fatos” mas, principalmente, com relação aos diferentes modos em que estes foram ordenados numa totalidade abrangente.

Contudo, se a demarcação de fronteiras entre os elementos interpretativo e explicativo tende a obscurecer a natureza interpretativa da história, do mesmo modo, a oposição entre *mito* e *verdade* – origem da distinção entre narrativa histórica e narrativa ficcional – tende a ocultar o elemento *mítico* presente em toda narrativa historiográfica⁸⁰. Em linhas gerais, a semelhança entre o texto histórico e o texto literário, postulada em sua teoria, é ensejada pela indistinção quanto às estratégias discursivas utilizadas por ambas formas narrativas. Seguindo seu pensamento, pode-se dizer que a pretensa distinção entre a narrativa histórica e a narrativa literária desaparece quando destacados os aspectos construtivos *essencialmente idênticos* às duas formas de elaboração narrativa.

Por estratégias discursivas entende-se, aqui, diferentes meios mediante os quais enunciados individuais são articulados de modo a integrar uma totalidade abrangente que faça sentido. As conexões estabelecidas entre estes enunciados obedecem a um movimento essencialmente *poético* uma vez que tais conexões operam no âmbito da consciência do narrador, ainda que tratem de conteúdos manifestamente distintos. Assim, embora o historiador reivindique a particularidade da narrativa histórica como um tipo de conhecimento que pretende se referir ao passado, a organização e articulação dos *eventos históricos* obedecem ao mesmo movimento de reunião de *eventos ficcionais* na narrativa literária. O foco desloca-se, portanto, da *natureza* dos eventos e se direciona para o processo de sua *organização* na forma de uma narrativa. Deste modo, o

⁸⁰ O elemento *mítico* destacado por Hayden White como essencial à construção narrativa consiste na articulação entre dados no formato de uma conexão temporal que lhe é exterior. Uma vez que o historiador se depara com diversas lacunas entre os eventos que pretende relacionar, estas são preenchidas por inferência ou especulação. Sob essas condições, o ato de refamiliarização empreendido pelo historiador exclui a possibilidade de verificar se os dados contidos em sua narrativa foram reproduzidos com propriedade. Nesse sentido, à medida que a narrativa produzida pelo historiador “ressignifica” ou “refamiliariza” os dados contidos no campo histórico exclui, por princípio, qualquer possibilidade de averiguar sua pertinência empírica e, portanto, qualquer pretensão de objetividade.

elemento que promove a semelhança entre as duas categorias narrativas é a “imaginação construtiva” de historiadores e romancistas que produzem, a partir de conteúdos dispersos e aparentemente sem sentido, uma narrativa coerente.

Entendido desta forma, o ato imaginativo é o processo através do qual frases individuais são concatenadas de modo a formar uma totalidade inteligível. Configura-se como ato imaginativo na medida em que extrai da consciência do narrador as estruturas e processos de continuidade entre cada um dos elementos que pretende reproduzir na narrativa. Nesse sentido, o resultado final da pesquisa histórica se apresenta sempre e, necessariamente, impreciso quanto aos “dados em si” na medida em que, para atribuir-lhes sentido, agrega elementos tanto *descobertos* quanto *inventados*.

Mais precisamente, o elemento imaginativo opera em função da necessidade de se preencher determinadas lacunas que se apresentam entre as informações. Como observa H. White, os registros históricos são, ao mesmo tempo, compactos e difusos demais e, por essa razão, o historiador é forçado a interpretá-los, o que se dá mediante inferências ou especulações⁸¹. Assim, a coexistência de informações descobertas e inferidas constitui o caráter inelutavelmente interpretativo da narrativa historiográfica. Com isso tende a concluir que o ato imaginativo compromete os resultados da pesquisa histórica de modo tal que exclui qualquer possibilidade de verificar se os “dados” foram, ou não, reproduzidos com propriedade.

Porém, a imprecisão da narrativa histórica, resultante deste “ato imaginativo”, não se dá em função de uma espécie de “lacuna epistemológica” da ciência histórica. Ao contrário, condiz com a própria natureza do discurso. Isto é, a imprecisão descritiva

⁸¹ “De um lado, sempre existem mais fatos registrados do que o historiador pode talvez incluir na sua representação narrativa de um dado segmento do processo histórico. E, assim, o historiador deve ‘interpretar’ os seus dados, excluindo de seu relato certos fatos que sejam irrelevantes ao seu propósito narrativo. De outro lado, no empenho de reconstruir ‘o que aconteceu’ num dado período da história, o historiador deve inevitavelmente incluir em sua narrativa um relato de algum acontecimento ou conjunto de acontecimentos que carecem dos fatos que poderiam permitir uma explicação plausível de sua ocorrência.” *Trópicos do Discurso*, p. 65.

não resulta senão da mediação da linguagem como materialidade mais próxima do sujeito. E, dessa forma, apreensão e discurso constituem o terreno incerto da representação, a qual resulta menos de uma relação de correspondência que de construção.

Na medida em que a história trata de temas que não podem ser descritos de forma não ambígua, a linguagem figurativa e, portanto, poética, se apresenta como mediador indispensável. É nesse sentido que o discurso aparece na teoria de Hayden White, como um tipo de modelo dos processos da consciência através dos quais uma dada área da experiência é apreendida. Como se trata de uma operação mental efetuada pelo sujeito observador a apreensão ocorre mediante analogia a outras áreas da experiência. Por essa razão, a descrição tende sempre a ser imprecisa, sobretudo quando se trata de temas como cultura, sociedade, natureza humana e história, recorrentes nos discursos das ciências humanas em geral e da ciência histórica em particular.

Isto ocorre porque temas como esses não podem ser descritos de forma exata, uma vez que, quando se tenta elaborar um discurso sobre eles, o resultado tende a escapar dos próprios objetos e voltar para as “estruturas de consciência” através das quais busca-se apreendê-los.⁸² Mais especificamente, no processo de tornar familiar o não familiar, uma dada área da experiência tida como carente de compreensão somente pode ser assimilada por analogia a uma outra área da experiência considerada familiar naquilo que apresenta de essencial.

O processo de tornar familiar o não familiar, por recurso à associação ou analogia, constitui o que H. White acredita ser a essência tropológica de todo discurso.⁸³

⁸² WHITE, Hayden. *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. Tradução: Alípio Correa de Franca Neto. São Paulo: EDUSP, 1994.

⁸³ Como indicativo literal do sentido de “desvio” o tropo “consiste na translação de sentido de uma palavra ou expressão, de modo que passa a ser empregada em sentido diverso do que lhe é próprio”. CHERUBIM, Sebastião. *Dicionário de figuras de linguagem*. São Paulo: Pioneira, 1989. p.66

A natureza tropológica do discurso caracteriza-se, pois, pelos desvios de sentido inerentes ao processo de apreensão e descrição de objetos. Nesse sentido, o processo de apreensão pela exploração dos tropos principais da linguagem poética pressupõe a impossibilidade de se produzir uma descrição precisa e, ao mesmo tempo, de se encerrar a descrição de um determinado campo da experiência em uma única representação.

Seja, portanto, de caráter pretensamente realista ou mítico, o elemento trópico está na base do processo de constituição dos objetos que se pretende apreender ou descrever. A apreensão se desenvolve, conforme analisa H. White, em quatro diferentes fases da representação discursiva que se assemelha ao desenvolvimento cognitivo da criança teorizado por Jean Piaget⁸⁴. A semelhança diretora entre ambas teorias reside na aproximação daquilo que Piaget mapeou como desenvolvimento de uma fase primária “pré-consciente” a uma fase racional “auto-consciente” e o que Hayden White identificou ser o desenvolvimento de uma apreensão ingênua (ou metafórica) da realidade às compreensões auto-reflexivas (e, portanto, irônicas) dela⁸⁵.

No entanto, enquanto Piaget distingue uma seqüência de estágios, cujo desenvolvimento pressupõe que uma fase se superpõe a outra, do mesmo modo que a cristaliza, a teoria dos tropos evidencia as relações de afinidade e oposição que existem entre os quatro modos de cognição. É justamente este dinamismo do discurso que o torna caracteristicamente dúplice. O discurso é, portanto, sobre o tema ou objeto em processo de interpretação e sobre a própria natureza da interpretação. Por essa razão, o discurso obedece a uma estrutura mais tropológica do que lógica e exerce a função tanto

⁸⁴ Respectivamente: *sensório-motor*, período em que a criança não estabelece qualquer distinção entre ela própria e os outros objetos; *representacional*, momento em que ocorre uma descentralização total quanto ao espaço egocêntrico primitivo que prevalece na primeira fase; *operacional*, fase em que a operação da consciência é caracterizada como pré-lógica, uma vez que a classificação dos objetos depende de sua manipulabilidade física; *lógica*, período caracterizado pela dissociação entre pensamento e objetos, possibilitando a associação de qualquer elemento a um outro qualquer.

⁸⁵ Esta categorização em diferentes “níveis” de apreensão responde à intenção de H. White de mapear e classificar os diferentes modos de consciência percebidos entre diferentes pensadores da história, no século XIX, num contexto de recusa à compreensão historicista da história.

de discurso quanto de meta-discurso. Ao mesmo tempo, o dinamismo do discurso reflete a impossibilidade de se apreender todos os ramos da experiência num único “nível” de compreensão. Impressões podem nos ser apresentadas como interpretações mais ou menos precisas da realidade, com respeito a todos os âmbitos da experiência e num processo ininterrupto. Dividimo-nos sempre entre impressões mais ou menos claras sobre diversas esferas da vida prática, e isto se dá ao longo de toda a experiência. Nesse sentido, o dinamismo do discurso responde, ao mesmo tempo, à natureza inconclusiva do processo de compreensão do mundo dos fenômenos.

Assim, com base na teoria dos tropos, H. White acredita dispor de um modelo eficaz de análise tanto do discurso quanto da consciência em geral. E, deste modo, ao considerar o discurso como a manifestação mais direta da consciência a teoria dos tropos permitiria o entendimento da continuidade entre verdade e erro, pensamento e imaginação, entendidos como mediadores entre o sujeito e o que lhe é apresentado, em realidade, como estranho ou não familiar. E, por conseguinte, permitiria identificar o caráter poético (e figurativo) do conhecimento histórico, cuja trama somente se produz pela ação construtiva, essencialmente imaginativa, do historiador. Ao agregar elementos tanto descobertos, isto é, extraídos do campo histórico, quanto inferidos, o historiador constrói, por assim dizer, uma trama sincrônica de relações entre eventos de naturezas manifestamente distintas. O caráter *poético* do conhecimento histórico resulta, dessa forma, da atribuição de sentido mediante linguagem figurativa, isto é, comparativa e aproximativa em sua essência. Este caráter aproximativo é responsável, na teoria de Hayden White, pelo distanciamento da história do campo do saber científico propriamente dito e, por conseguinte, da maior aproximação daquele produzido pelas artes e, mais precisamente, pela literatura.

Uma análise formalista da obra histórica

O que torna uma obra *clássica*? Por que um *clássico* não pode ser refutado? Ou ainda, quais são os elementos que caracterizam uma determinada obra histórica como um modelo de representação do processo histórico? A análise de algumas obras do pensamento histórico do século XIX levou Hayden White a perceber, no interior delas, diferentes concepções acerca daquilo que deveria consistir “a obra histórica”. Com base nesta constatação concluiu que o conflito entre interpretações transcende o nível dos “fatos” e se estende ao nível da concepção (ou pré-concepção) das estruturas e processos históricos.

Assim, para além das divergências quanto aos dados submetidos à análise e às teorias das quais se valem, os conflitos interpretativos localizar-se-iam no âmbito da apreensão dos conteúdos extraídos do campo histórico através da qual se estabelece, previamente, uma perspectiva específica do processo histórico⁸⁶. Nesse sentido, a situação dos clássicos como modelos de representação e conceitualização históricas deve-se não à “pertinência empírica” ou ao potencial explicativo de determinadas teorias, mas unicamente à natureza preconceitual de suas perspectivas da história, mais precisamente, “da consistência, da coerência e do poder iluminador de suas respectivas visões do campo histórico”⁸⁷. Assim, H. White pretende evidenciar que as obras produzidas por pensadores como Michelet, Ranke, Tocqueville e Burckardt (dentro os historiadores) e Hegel, Marx, Nietzsche e Croce (dentro os filósofos da história), notadamente clássicas, apresentam concepções alternativas e, em alguns casos, mutuamente exclusivas, não apenas de um mesmo segmento do processo histórico, mas

⁸⁶ “As disputas historiográficas no nível da ‘interpretação’ são na realidade disputas sobre a ‘verdadeira’ natureza da empresa do historiador”. *Meta-História*, p. 28.

⁸⁷ WHITE, Hayden. *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. p. 19.

também quanto ao sentido atribuído às reflexões históricas.⁸⁸ Com isso vê justificada uma análise *formalista* da obra histórica com a qual pretende demonstrar que as diferentes perspectivas históricas, manifestas em narrativa, se localizam no plano da combinação de dados e conceitos com os quais pretende-se explicá-los. Sua análise prevê, dessa forma, uma ênfase dada às características estruturais e, portanto, formais da narrativa.

Contudo, a partir de quais critérios pode-se identificar os elementos distintivos manifestos em narrativas históricas com perspectivas divergentes? Dito de outra forma, de quais critérios dispõe uma análise formalista da obra histórica? A exigência de um conduziu Hayden White à formulação de uma estrutura típico-ideal daquilo que se configura a obra histórica, entendida puramente como uma estrutura verbal. Compreendida desta forma é subdividida em cinco diferentes níveis de conceitualização, a saber: *crônica*; *estória*; *modo de elaboração de enredo*; *modo de argumentação*; e *modo de implicação ideológica*. Cada um dos níveis corresponde a um modo de “intervenção” do historiador no processo de produção da narrativa.

A primeira intervenção se dá pela elaboração de uma crônica, que consiste na escolha dos eventos que devem ou não constar na narrativa que pretende produzir. Nesse momento o historiador procede por exclusão ou inclusão dos elementos de sua história e, além disso, estabelece uma conexão entre os eventos que lhes é externa. Entretanto, ainda que encadeados numa seqüência temporal específica, os eventos organizados numa crônica têm *status* indistinguível.

Em contrapartida, a elaboração de uma estória caracteriza-se pela atribuição de diferentes sentidos aos eventos. Tem-se, nesse momento, o que poderíamos identificar

⁸⁸ *op.cit.*

como uma segunda intervenção do historiador. A interferência se dá pelo destaque dado a determinados eventos em detrimento de outros. Mais precisamente, pelo arranjo dos eventos dentro de uma hierarquia de significações de acordo com diferentes funções a serem assumidas na narrativa. Isto é, pela caracterização dos eventos com base em três diferentes motivos: inicial; de transição, conclusivo. Mediante esta operação, um conjunto de eventos é enquadrado num código de motivos que se apresenta como uma estrutura sincrônica de relações⁸⁹. Uma vez estabelecida esta estrutura de relações entre eventos, a narrativa se constitui, gradativamente, como um tipo de estória particular.

A constituição narrativa como um tipo de estória particular se desenrola a partir de questões suscitadas pelo arranjo dos eventos, as quais o historiador deve prever e buscar responder no curso da narrativa. Trata-se de questões que buscam organizá-los como elementos de uma narrativa “que se pode seguir”. Assim por exemplo, “Que aconteceu depois?”, “Como isso aconteceu?”, ou, “Por que as coisas aconteceram desse modo e não de outro?”, ou ainda, “Em que deu no final tudo isso?”⁹⁰ são perguntas que orientam a coerência formal de um conjunto de eventos num quadro compreensível, com início, meio e fim discerníveis. Isto implica dizer que o historiador é forçado a pôr em enredo sua estória. Mais especificamente, na elaboração de uma estória o historiador dispõe da idéia do modo como os eventos devem ser apresentados ao longo da narrativa. Com base nessa intenção as questões sugeridas no processo mesmo de produção da narrativa assumem, de forma gradativa, a forma de uma estória arquetípica, isto é, uma estória de um *tipo* particular.

⁸⁹ *Ibidem.*

⁹⁰ *Idem.* p. 22

Uma estória pode ser diferentemente elaborada nos modos da *estória romanesca*, da *sátira*, da *comédia* e da *tragédia*.⁹¹ Trata-se da elaboração do enredo. Como um dos elementos explicativos discerníveis na narrativa, a elaboração do enredo indica, de um modo geral, como o processo histórico é concebido e, assim, permite caracterizar as diferentes modalidades de “impressões explicativas”⁹². Além disso podem ainda ser classificadas como narrativas diacrônicas (processionais), na qual predomina o senso de transformação estrutural, e narrativas sincrônicas (estáticas), nas quais predomina o senso de continuidade estrutural. Estas distinções apontam para uma diferença de ênfase quanto a relação entre continuidade e mudança, no interior de uma representação do processo histórico como um todo.⁹³

Contudo, para além das perguntas sugeridas na produção de uma estória, que se localizam no plano “do que aconteceu” e “por que aconteceu como aconteceu”, há outro nível de conceitualização através do qual procura-se explicar qual seria “a finalidade disso tudo” ou “o que isso significa”.⁹⁴ Neste nível de conceitualização, que constitui a quarta forma de intervenção, o historiador oferece uma explicação dos eventos organizados numa estória através de princípios de combinação “que fazem as vezes de leis putativas de explicação histórica”⁹⁵. Isto é, os eventos são explicados mediante a construção de um argumento nomológico-dedutivo. Trata-se da explicação por argumentação formal mediante a qual elabora-se uma explicação do processo de conduzir uma dada situação a uma outra com base em leis gerais. Neste campo, a

⁹¹ Como destacado por Hayden White, pode haver outros modos. Entretanto, importa saber que o historiador é forçado a colocar sua estória em enredo.

⁹² “Se, ao narrar sua estória, o historiador lhe deu a estrutura de enredo de uma tragédia, ele a ‘explicou’ de uma maneira; se a estruturou como uma comédia, ele a ‘explicou’ de outra maneira.” *ibidem*. p.23

⁹³ “A tragédia e a sátira são modos de elaboração de enredo concordes com o interesse daqueles historiadores que percebem atrás ou dentro da congérie de eventos contidos na crônica uma estrutura vigente de relações ou um eterno retorno do Mesmo no Diferente. A estória romanesca e a comédia sublinham a emergência de novas forças ou condições emanadas de processos que parecem à primeira vista ou ser imutáveis em sua essência ou estar mudando só em suas formas fenomênicas. Mas cada uma dessas estruturas arquetípicas de enredo tem suas implicações para as operações cognitivas pelas quais o historiador procura ‘explicar’ o que estava ‘realmente acontecendo’ durante o processo do qual ela proporciona uma imagem de sua verdadeira forma”. *ibidem*. p. 26

⁹⁴ *Ibidem*

⁹⁵ *Idem*, p.26

passagem do plano “do que aconteceu” para a elaboração de um modelo verbal de explicação da coerência formal atribuída aos diferentes eventos evidencia, segundo o autor, o caráter “proto-científico” da história. Isto se dá em função de uma “discordância congênita”, entre os historiadores, quanto à forma que uma explicação histórico-científica deve assumir, bem como quanto aos gêneros de dados que podem ou não ser utilizados como provas numa descrição precisa e, portanto, científica, da realidade. Com isso pretende dizer que as “disputas” historiográficas são, na verdade, sobre o real sentido do ofício do historiador⁹⁶.

Quanto a explicação por argumentação formal, esta é dividida, por Hayden White, em quatro paradigmas do modo como se pode conceber uma explicação histórica: *formista; organicista; mecanicista; contextualista*. Tem-se uma descrição formista quando se extrai do campo histórico descrições de sua variedade e “colorido”. Aqui, a particularidade dos eventos é o foco da explicação discursiva e, dessa forma, é “dispersivo” e tende a ser amplo quanto ao alcance. Uma descrição organicista tem caráter integrativo e, por essa razão, é mais reduitiva em suas operações. Aqui, ao elemento de integração entre os eventos é dado maior destaque se comparado às entidades individuais. Além destes, embora também seja integrativo, o mecanicismo parte de uma intenção, pode-se dizer, mais audaciosa, isto é, da busca pelas leis causais supostamente manifestas na regularidade entre eventos. Por fim, numa explicação contextualista acredita-se que os eventos podem ser explicados se localizados no contexto de sua ocorrência. Nesse tipo de explicação por argumentação o objetivo é identificar os fios que ligam o indivíduo ou instituição em análise ao seu respectivo tempo presente. E, nesse sentido opera por coligação.

⁹⁶ “[...] isso significa que as explicações históricas são obrigadas a basear-se em diferentes pressupostos meta-históricos acerca da natureza do campo histórico, pressupostos que geram diferentes concepções dos tipos de explicações que podem ser usadas na análise historiográfica... [Trata-se de] diferentes concepções da natureza da realidade histórica e da forma apropriada que um relato histórico considerado como argumentação formal, deve assumir”. *ibidem*. p. 28

Como último modo de “intervenção” do historiador e, por conseguinte, como último elemento formal distinguível na narrativa, a explicação por implicação ideológica responde ao elemento ético envolvido na produção da narrativa. Este condiz com o modo como a postura pessoal do historiador interfere na compreensão da natureza do conhecimento histórico, bem como das implicações que podem ser inferidas dos acontecimentos passados para o entendimento dos acontecimentos presentes.⁹⁷ Entendida como um conjunto de prescrições a partir das quais são tomadas posições no mundo presente a ideologia é, conforme analisa H. White, acompanhada de determinados argumentos que reivindicam a autoridade da ciência. Nesse sentido, são “cognitivamente responsáveis”, ou seja, são comprometidas com defesas racionais de suas hipóteses.

Também aqui a explicação por implicação ideológica é dividida em quatro modos: *anarquista; conservador; radical; e liberal*. Estes se apresentam como diferentes concepções da necessidade de mudança ou permanência do *status quo*, bem como diferentes orientações temporais (para o passado, presente ou futuro como sinônimo da forma “ideal” de sociedade). De um modo geral, nos quatro modos de implicação ideológica é reconhecida a inevitabilidade das mudanças sociais. No entanto, apresentam visões diferentes “não só quanto à sua desejabilidade mas também quanto ao ritmo ótimo de mudança”⁹⁸. E, apesar das diferentes inclinações pessoais manifestas nos modos ideológicos de explicação, todos eles compartilham da crença na possibilidade de descobrir e apresentar o “sentido” da história em esquemas cognitivamente responsáveis e não simplesmente autoritários.

⁹⁷ *Ibidem*

⁹⁸ *Idem*. p. 39

Os conservadores, de um modo geral, entendem a evolução histórica como um aperfeiçoamento progressivo da estrutura vigente, entendida como a melhor forma de sociedade “realisticamente possível”. Os liberais, por sua vez, imaginam um tempo futuro (e próximo) em que essa estrutura será melhorada sem mudanças radicais. Já os radicais tendem a considerar o estado utópico como iminente e, por essa razão, buscam os meios para sua realização, que deve ser imediata. Por fim, os anarquistas são inclinados a uma idealização do passado como um mundo de inocência natural humana, com o qual romperá, caminhando para o estado social corrupto contemporâneo e, nesse sentido, a utopia é projetada como um plano “não temporal” e, por conseguinte, “como uma possibilidade de realização humana ‘em qualquer tempo’ bastando que os homens se apodemem do controle de sua humanidade essencial [...] que destrua a crença socialmente estatuída na legitimidade da instituição social vigente”.⁹⁹

Contudo, o elemento de interação entre os modos de elaboração do enredo, argumentação e implicação ideológica, que compõe o estilo, não pode ser entendido como um processo indiscriminado de combinação.¹⁰⁰ Deve-se atentar, conforme alerta Hayden White, para a necessidade de determinar os fundamentos da coerência e consistência das combinações, poéticas e, especificamente, lingüísticas em sua natureza. Trata-se, pois, de perceber, no processo de representação de um determinado segmento do processo histórico, que a produção do conhecimento histórico obedece a uma constituição prévia (como percepção mental) do objeto que, por sua vez, orienta todo o processo de produção de uma narrativa que pretende representa-lo. Mais do que isso, a teoria de Hayden White pressupõe que a origem e justificativa da caracterização de uma

⁹⁹ *Idem.* p. 39-40.

¹⁰⁰ “Por exemplo, um enredo cômico não é compatível com um argumento mecanicista, assim como uma ideologia radical não é compatível com um enredo satírico. Há por assim dizer, afinidades eletivas entre vários modos que poderiam ser usados para alcançar uma impressão explicativa nos diferentes níveis de composição”. *ibidem.* p. 43-44.

obra histórica como modelo de representação depende da natureza das combinações dos dados.

Modalidades tropológicas, modos de consciência

O terreno onde se processa a combinação entre as três diferentes estratégias interpretativas constitui-se como aquele universo latente anteriormente mencionado. Mas, em que consiste, afinal, a prefiguração do campo histórico? Como se dá a aproximação entre as modalidades tropológicas da linguagem poética e os modos de consciência histórica identificados por Hayden White em *Meta-História*? Tratar-se-á, aqui, da definição dos quatro tropos principais da linguagem poética (metáfora, metonímia, sinédoque e ironia), da forma como são relacionados aos modos de consciência histórica e, por fim, da maneira como a prefiguração orienta, por assim dizer, uma série de “afinidades eletivas” entre este campo de apreensão e as estratégias explicativas posteriores.

Numa tradição interpretativa que remonta a Aristóteles, a utilização dos tropos se localiza no plano da linguagem figurativa e pertence ao domínio da retórica. Os tropos são entendidos como desvios de um sentido literal em direção a um outro sentido. Dentre os tropos principais da linguagem poética destacam-se quatro, metáfora, metonímia, sinédoque e ironia. De um modo geral, à exceção da ironia, metonímia e sinédoque configuram-se como derivações da metáfora. Conforme aparece em *Arte poética*, a metáfora constitui-se da “transposição do nome de uma coisa para outra,

transposição do gênero para a espécie, ou da espécie para o gênero, ou de uma espécie para outra, por via da analogia”.¹⁰¹

Para além da poética clássica, os tropos principais da linguagem figurativa são assim reconhecidos pela moderna teoria da linguagem. Hayden White destaca como os dois principais expoentes da concepção tropológica do discurso (não científico) os estruturalistas Roman Jakobson e Claude Lévi-Strauss. No entanto, não se pretende, aqui, uma análise da trajetória desta tradição interpretativa, mas sim uma descrição do modo como esta se apresenta na teoria tropológica de Hayden White. Dessa forma, interessa-nos saber quais são os sentidos atribuídos, pelo autor, às quatro diferentes modalidades tropológicas, que, como veremos, constituem a base de sua análise formalista da obra histórica.

Assim, a *metáfora* é entendida como a figura através da qual os fenômenos podem ser caracterizados pelas semelhanças ou diferenças com um outro. A partir de uma relação entre objeto-objeto, a metáfora é notadamente representacional, porquanto se vale de dois termos presentes com vistas à identificação entre eles. Estes são distinguidos entre a coisa que se diz (em sentido literal) e aquilo com que se quer comparar (uma “figura” ou “símbolo”) e são definidos, respectivamente, como *teor* e *veículo*. Uma tal identificação é, “literalmente” declarada, mas, em contrapartida, é destinada a ser tomada figuradamente.¹⁰²

A *metonímia* é essencialmente reducionista, uma vez que tem como característica a relação entre parte-parte de modo a relacioná-las como funções do objeto como um todo. Pela metonímia um termo é usado para “substituir” um outro,

¹⁰¹ ARISTÓTELES. *Arte Poética*. Capítulo XXI “Das formas do nome; das figuras”. In: ARISTÓTELES. *Arte Retórica e Arte Poética*. Tradução de Antônio Pinto de Carvalho. Ediouro 17ª Edição. Rio de Janeiro/RJ. p. 274.

¹⁰² Assim, por exemplo, a expressão “meu amor, uma rosa” tomada literalmente soaria sem sentido, uma vez que a “intenção” é, antes de mais, comparativa e, por conseguinte, localiza-se no plano da analogia e não da correspondência literal.

mas um tem com o outro uma relação de parte com o todo e, por essa razão, sugere que o todo é, em certa medida, identificável com alguma parte dele. Neste modo de figuração dois objetos diferentes são implicitamente comparados, embora sejam, ao mesmo tempo, explicitamente concebidos. Nesse sentido, a metonímia caracteriza-se pelo emprego, em vez de uma determinada palavra, de uma outra com a qual tenha qualquer relação por dependência de idéias.¹⁰³ Na metonímia, a relação parte-parte apresenta-se como possibilidade de, simultaneamente, se distinguir um entre dois fenômenos e reduzir um à condição de manifestação do outro. Não obstante, “essa redução pode tomar a forma de uma relação agente-ato (“o trovão *estronda*”) ou uma relação causa-efeito (“o estrondo *do* trovão”)”¹⁰⁴ sugerindo que o mundo dos fenômenos pode ser apreendido pela definição de agentes e agências que acredita estarem por trás deles.

O tropo da sinédoque tem como característica a interpretação por meio de uma relação intrínseca de qualidades compartilhadas entre partes do objeto, à maneira da integração. Isto é, a leitura sinedóquica de uma declaração sugere uma relação qualitativa entre os elementos de uma totalidade. Diferente da metonímia, que pressupõe uma relação entre as partes no plano das funções gerais do todo, a sinédoque caracteriza-se pela combinação de atributos de natureza qualitativa entre as partes, da qual cada uma delas participa. De um modo geral, as relações entre as partes representadas pelo tropo da metonímia são extrínsecas, ao passo que nas representações sinedóquicas estabelece-se uma relação de contigüidade, vizinhança e coexistência entre as partes, com intuito de alargar ou restringir o sentido literal das palavras.¹⁰⁵

¹⁰³ Na expressão “cinquenta velas”, por exemplo, a palavra “velas” é utilizada para significar “navios”, como seu substituto e, assim, *reduz* o sentido desta última a um de seus aspectos ou função.

¹⁰⁴ WHITE, Hayden. *Meta-História*. p. 49.

¹⁰⁵ Como exemplo, na expressão “Ele é todo coração” a palavra “coração” é usada não como representativa de uma parte da anatomia do corpo, mas sim como designação da qualidade do indivíduo como um sujeito generoso.

A passagem da análise dos tropos da metáfora, metonímia e sinédoque para a da ironia assume, na teoria de H. White, papel de extrema importância. Conforme suas considerações, os três tropos destacados são notadamente “ingênuos”, uma vez que operam mediante a crença na capacidade da linguagem como meio de apreensão figurada dos fenômenos. Em contrapartida, a *ironia* é a manifestação, por excelência, da dúvida, quer se refira à coisa caracterizada ou à inadequação da caracterização. Em linhas gerais, “o alvo do enunciado irônico é afirmar tacitamente a negação do que no nível literal é afirmado positivamente, ou o inverso”.¹⁰⁶ É, nesse sentido, “metatropológica” pois se fundamenta na percepção auto-consciente da inadequação das caracterizações. E, por isso, sugere um possível abuso da linguagem figurada. O tropo da ironia transita, pois, no ambiente da autocrítica por via da ascensão do pensamento a um nível de autoconsciência “no qual se torna possível uma conceitualização do mundo e seus processos verdadeiramente ‘esclarecidas’[...]”.¹⁰⁷

Como se dá, contudo, a identificação entre as modalidades tropológicas e os modos de consciência histórica? Antes mesmo de buscar compreender a estrutura das relações estabelecidas entre linguagem figurativa e consciência é necessário destacar que: a) entre as modalidades tropológicas do discurso há a pressuposição de uma “evolução” dos modos de apreensão; e b) esse processo evolutivo é associado às diferentes fases da consciência histórica do século XIX.

Primeiramente, Hayden White sugere que a representação discursiva constituir-se-ia a partir de uma caracterização metafórica de um domínio da experiência, que passa por desconstruções metonímicas de seus elementos, até chegar às representações sinédóquicas das relações entre suas peculiaridades superficiais e sua suposta essência e, por fim, uma representação de qualquer contraste percebido nas

¹⁰⁶ WHITE, Hayden. *op.Cit.* p. 51.

¹⁰⁷ *Idem.* p. 51

totalidades identificadas na fase sinedóquica da representação discursiva. A evolução do processo de apreensão caracteriza-se, pois, pelo desenvolvimento de uma apreensão ingênua (metafórica) dos fenômenos, a uma compreensão autocrítica (irônica) de suas caracterizações, de modo que, a transição de um a outro se dá mediante a compreensão de cada um dos seus elementos essenciais.

Não obstante, a associação estabelecida entre este processo evolutivo e as fases da consciência histórica do século XIX parte da necessidade de se caracterizar os modos dominantes de reflexão histórica percebidos neste período¹⁰⁸. Não nos compete, aqui, uma análise das diferentes fases da consciência histórica estudadas por Hayden White. Conforme nossos fins, basta o reconhecimento do significado por ele atribuído à evolução da filosofia da história – de Hegel a Croce – que, por sua vez, corresponde ao mesmo processo de desenvolvimento da historiografia – de Michelet a Burckhardt. Isto é, a evolução de uma concepção ingênua da reflexão histórica, pretensamente “realista” e “objetivista”, para uma compreensão irônica dela, notadamente “cética” ou “relativista”. Mais do que isso, a exploração dos tropos da linguagem poética como meio de caracterização da “evolução” da consciência histórica, transcorrida no século XIX, sugere uma tendência, por parte de H. White, a considerar como mais elevado o grau de uma compreensão irônica das reflexões históricas, em contraste com uma concepção ingênua e otimista quanto à possibilidade de se produzir um construto pretensamente realista quanto à experiência histórica passada. O mais elevado grau consistiria então da percepção da natureza relativa de todo conhecimento histórico.

Por fim, resta saber de que maneira a prefiguração orienta as “afinidades eletivas” entre as diferentes estratégias explicativas. Como se pretendeu apresentar, a prefiguração constitui-se como o terreno da apreensão prévia do objeto exposto à

¹⁰⁸ Mais precisamente, deve-se crer que “cada um dos modos pode ser visto como uma fase, ou momento, dentro de uma tradição de discurso que evolui das formas de percepção metafórica, metonímica e sinedóquica do mundo histórico para uma apreensão irônica do irreduzível relativismo de todo o conhecimento”. *ibidem*. P. 52

análise, cuja característica fundamental é sua constituição mental como operação *apriorística* no processo de produção do conhecimento histórico. Entendido desta forma, o nível prefigurativo dita, por assim dizer, as condições e possibilidades interpretativas.

Por essa razão, embora não se possa afirmar que a prefiguração determina a escolha das estratégias explicativas, pode-se dizer que esta exclui algumas das possibilidades “disponíveis”. Em outras palavras, a prefiguração do campo histórico impõe um certo número de restrições às variáveis possíveis dentre as estratégias explicativas, de modo tal que sugere uma quantidade reduzida dos meios de combinação entre cada um dos elementos que compõem uma certa “impressão explicativa”.

Assim, por exemplo, uma ideologia conservadora é incompatível com o enredo no modo da sátira. Ao passo que a primeira pressupõe o empenho pela preservação do *status quo*, o segundo constitui-se como o meio, por excelência, de uma representação irônica da realidade, porquanto pressupõe a inadequação das estruturas sociais vigentes. As “afinidades eletivas” constituem-se, pois, dos limites impostos à combinação dos dados em função do modo no qual o campo histórico foi prefigurado. Contudo, somente pela coerência e consistência dos modos combinatórios o historiador pode apreender do campo histórico uma totalidade coerente. Por essa razão, são os fundamentos, especificamente lingüísticos, os responsáveis pela consistência de uma determinada representação. A estrutura poética da obra histórica constitui-se, pois, do elemento construtivo, lingüístico em sua natureza, responsável pela combinação específica de dados no formato de uma narrativa abrangente.

2.2 Construção histórica de sentido: tarefa e função da narrativa histórica

Em resposta ao desafio teórico-metodológico lançado à ciência histórica pela chamada “virada linguística”, Jörn Rüsen empenhou-se na atualização da tradição da *Historik* de acordo com as possibilidades da produção historiográfica contemporânea¹⁰⁹. Pode-se dizer que a obra de Rüsen se ocupa da natureza metodológica do conhecimento histórico e do caráter teórico a ele relacionado como resposta às variantes pós-modernas do narrativismo, cuja ênfase demasiada no elemento lingüístico excluiu a possibilidade de se considerar as categorias da narratividade e objetividade como elementos conjuntos e indispensáveis ao processo de produção do conhecimento histórico.

Contudo, não se trata meramente de ressuscitar uma tradição de pensamento, mas de buscar nela os elementos constitutivos da história como ciência e, sobretudo, de se interrogar sobre o sentido e origem de seus fundamentos e operações. De um modo geral, o conteúdo experiencial, amplamente negligenciado numa análise formalista da narrativa histórica, conduziu Rüsen a uma reflexão sobre a especificidade da narrativa histórica como procedimento caracterizadamente retrospectivo. Entendidas dessa maneira, pode-se dizer que suas reflexões são orientadas por uma preocupação primária, isto é, as sérias e amplas conseqüências das críticas à racionalidade e à ciência da história, no campo da teoria da história, empreendidas sob influência do pós-modernismo.

Contra tais perspectivas, parte da crença na possibilidade de um conhecimento histórico capaz de agregar procedimentos tanto objetivos quanto não objetivos sem, no

¹⁰⁹ A *Historik* compreende a matriz de reflexão sobre o pensamento histórico cujo resultado é a reunião dos componentes reflexivos atuantes em todas suas formas de manifestação. Na segunda metade do século XIX a *Historik* foi sistematizada por Johann Gustav Droysen sendo a ela atribuído o sentido de uma “teoria da história” com a qual pretendia-se investigar os fundamentos, implicações e significado do ofício dos historiadores¹⁰⁹. Atua, pois, como o terreno auto-reflexivo da ciência histórica. Para mais ver Luiz Sérgio Duarte da Silva, “Droysen: a fundamentação da ciência da história pela via da produção de uma antropologia histórica”. Ver também: Arthur Assis O. Alfaix *O que fazem os historiadores quando fazem história? A teoria da história de Jörn Rüsen e Do Império à República, de Sérgio Buarque de Holanda*. 2004, 130 p. Mestrado em História, Instituto de Ciências Humanas, UnB, Brasília.

entanto, perder sua aptidão à construção (narrativa) de sentido sobre a experiência, sujeita à regulação e controle. Mais do que isso, pretende demonstrar que uma certa objetividade não somente pode como deve ser pretendida pelo conhecimento histórico. Como veremos, a objetividade à qual Rüsen se refere assume um contorno específico, em contraste com sua acepção tradicional. De todo modo, deve-se ter em mente que a base de sua reação às perspectivas pós-modernas da teoria da história é o ponto de vista segundo o qual o conteúdo experiencial próprio à narrativa histórica a caracteriza como um procedimento narrativo peculiar. Esta peculiaridade se define, pois, pela manifestação de uma racionalidade especificamente histórica que lhe é inerente.

Uma vez que “sentido” e racionalidade são categorias que se fundem no processo de interpretação do tempo, apresentar seu vínculo com a experiência implica evidenciar as diversas instâncias de controle e autenticação às quais a narrativa histórica pode ser submetida. Sendo assim, se as discussões decorrentes do “linguistic turn”, na teoria da história, expulsaram da narrativa o sentido fornecido pela relação com a experiência, ao contrário, Rüsen busca destacar que o processo de produção de sentido sobre a experiência se dá e sempre se dará através dela.

O conteúdo de tais reflexões foi publicado em 1983 e traduzido para o português com o título *Razão Histórica-Teoria da História: os fundamentos da ciência histórica*. Nesta obra tem-se uma cuidadosa reflexão sobre os elementos constitutivos do conhecimento histórico em sua versão científica. Mas, para além da apresentação sistemática do processo de metodização do conhecimento histórico Rüsen se interroga, sobretudo, sobre o sentido por ele produzido. Assim, a apresentação do processo de cientificação do pensamento histórico é precedida pela análise minuciosa das práticas “genéricas e elementares” de interpretação humana do tempo, das quais a ciência da história participa como apenas um dos modos possíveis. Para Rüsen, identificar os

fundamentos do conhecimento produzido pela ciência histórica exige, antes de tudo, percebê-los inseridos na vida prática corrente¹¹⁰.

Em linhas gerais, a perspectiva segundo a qual a origem, tarefa e função do conhecimento histórico-científico transcendem a relação entre teoria e práxis é reveladora quanto aos princípios teóricos essenciais apresentados em *Razão Histórica*. Mais precisamente, Rüsen admite que o sentido produzido pela narrativa histórica, em formato científico, extrai da própria vida prática seus princípios, do mesmo modo que a ela retorna. Assim, a disposição dos cinco elementos constitutivos do conhecimento histórico científico em sua matriz disciplinar obedece a um princípio elementar, qual seja, o da confluência dos pontos de “partida” e “chegada” no campo da vida prática. A pragmática do conhecimento histórico extrapola, por conseguinte, a separação estanque e inoperante entre teoria e práxis e evidencia as relações de continuidade e afinidade com a vida corrente, uma vez que é dela que extrai suas fontes de sentido e a ela retorna na forma de “reflexão adicional”. Nesse sentido, o ofício dos historiadores não pode ser pensado como uma instituição autônoma de sentido, uma vez que opera com base numa *instituição originária de sentido*, como algo que sempre esteve disposto num quadro de orientação prévia.

Como são, no entanto, definidos os princípios genéricos e elementares de interpretação da experiência humana no tempo? Ou ainda, do que exatamente se fala quando se refere ao sentido produzido pela narrativa histórica? Um esboço de resposta é dado pelo pressuposto fundamental de sua teoria, isto é, o ponto de vista segundo o qual o indivíduo somente pode viver no mundo se interpretá-lo em função de suas intenções,

¹¹⁰ “Esse tipo de problematização vai além da distinção entre teoria e práxis, entre conhecimento no âmbito da ciência da história e aplicação desse conhecimento fora da ciência, e busca a conexão íntima entre o pensamento e a vida, na qual as operações da consciência histórica são reconhecidas como produtos da vida prática concreta”. In: RÜSEN, Jörn. *Razão Histórica- Teoria da História: os fundamentos da ciência histórica*. . Trad. Estevão C. De Rezende Martins, Brasília, UnB, 2001.p. 55.

que vão sempre além das condições dadas da vida prática contemporânea. Este princípio da intencionalidade do sujeito assenta-se na tese de que o homem sofre de uma carência estrutural que faz com que tenha de ir sempre além daquilo que é a cada momento. Fala-se, pois, de um *superávit intencional* humano como propulsor de suas ações efetivas. Mais precisamente, essa carência estrutural da qual sofrem todos os homens é entendida como o resultado da experiência do agir e sofrer humano no tempo, que se processa com base em dois modos de consciência do tempo, isto é, tempo como experiência e tempo como intenção. Como se pretende apresentar, “sentido” é entendido na obra de Rūsen como o resultado de uma operação mental, essencialmente histórica, responsável por promover a síntese temporal entre estes dois modos de consciência.

Sentido para a história significa que o processo histórico possui um vínculo subjetivo com a experiência contemporânea ao participar dela como elemento de orientação para a ação. Ao se estabelecer como elemento de orientação para o presente o sentido forja uma relação de continuidade entre as três dimensões temporais, determinante para o auto-entendimento do sujeito¹¹¹. Esta síntese temporal promove uma conexão entre passado e futuro, que se processa no presente, e resulta num modo peculiar de relação com o tempo, uma vez que estende a experiência do passado às expectativas de futuro. Assim, o “sentido” estabelece uma ponte entre experiência no tempo e intenção quanto ao tempo, construída no interior do sujeito que se projeta no futuro e, por conseguinte, se sente senhor da contingência. Mediante tal operação o sujeito se vê em condições de maior segurança de trânsito no fluxo do tempo.

¹¹¹ O processo de constituição de sentido efetivado pela narrativa histórica pode sumariamente ser apresentado a partir de quatro princípios fundamentais. O primeiro deles refere-se à percepção do caráter contingente do tempo. O segundo ponto constitui-se da interpretação, por intermédio da articulação narrativa, daquilo que se percebeu, no tempo presente, como carente de sentido. O terceiro diz respeito ao plano de orientação da vida prática atual, que se efetiva com base em modelos de interpretação das transformações temporais, constituídos ao longo da experiência. Por fim, há o plano da motivação do agir resultante do processo anterior da orientação. Com isso, a narrativa histórica elabora um “sentido” que articula percepção, interpretação, orientação e motivação, de modo que o homem possa refletir sobre sua relação consigo mesmo, com o mundo, e com os demais, e, por isso, realizar intenções no decurso do tempo.

Além disso, os dois modos de consciência do tempo (experiência e intenção) constituem o terreno da historicidade própria à ação intencional e à prática racional humanas. Na medida em que o campo social se constitui, em grande medida, como terreno de disputa de subjetividades o sujeito tem de fazer valer a si próprio se pretende lograr reconhecimento. Com outras palavras, na busca e fundamentação da sua própria identidade, o sujeito reage à ameaça constante de *desorientação* resultante da ação de um tempo que lhe é externo e contingente.

A contingência é a experiência de ameaça de perda momentânea de si, no fluxo do tempo, que se apresenta como obstáculo à ação e que, por essa razão, tem de ser “resolvida”, isto é, compreendida e dominada. Na medida em que sofremos a ação de um tempo contingente, um tempo que se apresenta como obstáculo à ação, ainda que não desejado por nós, somos forçados a dar conta das transformações (internas e externas) dele resultantes se pretendemos continuar a realizar nossas intenções. A contingência é, pois, experimentada pelo sujeito como uma espécie de desamparo circunstancial do qual deve-se sair. Dito de outra forma, o tempo exterior, ou natural, imediatamente apresentado como ameaça ao sujeito, somente pode ser por ele assenhoreado se transformado em intenção, ou expectativa. Nesse sentido, a ponte que liga a experiência do homem no tempo e sua intenção quanto ao tempo é o resultado de uma peculiar constituição do indivíduo com base num auto-reconhecimento que se efetua e fundamenta pelo reconhecimento dos demais.

Pode-se dizer, ainda, que a ação deste tempo exterior força o sujeito a ir sempre além do que é dado na vida prática atual porque um tal tempo impiedante pode se apresentar ao sujeito como experiências críticas ou traumáticas, de modo que o impulsiona a renovar, ressignificar ou recriar as fontes de sentido disponíveis pela experiência acumulada. Na medida em que o sujeito sofre a ação do tempo e nele age,

experimenta um processo ininterrupto de perda e atribuição de sentido. Por essa razão, o homem sofre de uma certa “carência estrutural” assim caracterizada pelo fato de que a satisfação de determinadas carências resulta sempre na produção de novas outras carências.

Sendo assim, com as transformações decorrentes da contingência interpretadas à luz de suas próprias intenções, o sujeito se vê em condições de extrapolar, também em perspectiva temporal, o que é o caso para si e para seu mundo naquele momento. Ao se projetar no futuro o sujeito o transforma em expectativa e, com isso, se percebe como resultado e continuação de suas experiências anteriores. Uma vez percebido dessa maneira o sujeito se vê em condições de agir relacionando suas ações uma vez efetivadas com aquelas por realizar, e estas com aquelas.

Contudo, deve-se perguntar de que modo *sofremos* a ação da contingência. Afora a manifestação mais radical da contingência –isto é, a morte – haveria modos mais “amenos” de experimentação da contingência? Certamente que sim e podem, de um modo geral, ser classificados em três diferentes formas de vivência. São elas: normal, crítica ou traumática. Trata-se, pois, de “distúrbios” de orientação que comprometem um agir seguro no fluxo do tempo. Distúrbios de orientação são considerados normais na medida em que podem ser solucionados pela aplicação de estratégias já configuradas, ou seja, extraídas de uma fonte de sentido cuja plausibilidade assenta-se em sua eficácia como instrumento de orientação previamente dado. Em contrapartida, quando se trata de uma experiência a partir da qual as estratégias interpretativas disponíveis são questionadas e, por conseguinte, passam por um processo de *ressignificação*, tem-se uma experiência contingente crítica. Contudo, se as mesmas estratégias são radicalmente questionadas e se os critérios de sentido disponíveis mostram-se inteiramente ineficazes trata-se da exigência de se produzir

novos outros sentidos e, por essa razão, a experiência de *desorientação* é classificada como traumática¹¹². As experiências críticas e traumáticas não podem, por conseguinte, ser sanadas pela “ativação e aplicação dos modelos de interpretação histórica da vivência do tempo” dominantes até então¹¹³. Isso equivale dizer que em algum momento da experiência os critérios de sentido disponíveis na “tradição” não são suficientes para se compreender uma dada situação contemporânea¹¹⁴.

Quando isso ocorre o sujeito é forçado a refletir sobre sua condição atual, com vistas à superação de determinadas carências vivenciadas como impedimento ou distúrbio de orientação. Um tal procedimento subjetivo se dá mediante articulação narrativa empreendida pela consciência histórica. A consciência histórica promove, por assim dizer, a *desnaturalização* dos valores, meio pelo qual o sujeito se vê apto a transformar aquilo que é experimentado como incômodo. Uma vez percebidos em sua própria historicidade, normas e valores são temporalizados pelo sujeito que se vê em condições de questioná-los, reformulá-los ou, ainda, simplesmente refutá-los¹¹⁵.

A consciência histórica não é, todavia, algo que pode ou não se desenvolver. Ao contrário, constitui-se como uma operação universalmente humana. Com outras

¹¹² A classificação entre distúrbios de orientação normais, críticos e traumáticos não aparece em *Razão Histórica*. Sobre isso ver: RÜSEN, Jörn. “Perda de sentido e construção de sentido no pensamento histórico na virada do milênio”. *História: debates e tendências*. Passo Fundo. V. 2. n.1, dezembro de 2001

¹¹³ *op. Cit.* p. 20

¹¹⁴ “Tradição”, para Rösen, não se constitui daquilo que é preservado como tal, ao contrário, tradição assume o sentido de “pré-história do agir”. A tradição é assim entendida como um pressuposto do agir, imediatamente presente como critério de orientação, isto é, trata-se de um quadro de referências previamente dado como pré-compreensão do mundo.

¹¹⁵ De um modo geral, toda forma de interpretação da experiência humana no tempo constitui um tipo específico de pensamento histórico, cuja especificidade traduz a circunscrição em um tempo e espaço determinados. Há, no entanto, na teoria de Rösen, uma diferenciação entre “pensamento histórico” e “consciência histórica” que não deve ser esquecida. Em linhas gerais, a distinção opera entre dois diferentes modos de orientação no tempo, mais precisamente, entre duas diferentes formas de compreensão do passado, do modo como este subsiste no presente. A distinção entre “pensamento histórico” e “consciência histórica” constitui o processo de transição de uma ação “pré-historicamente” orientada a uma outra conscientemente orientada. Trata-se da percepção, ou não, da historicidade dos valores dispostos num quadro de sentidos, o qual constitui o ambiente da pré-compreensão. Assim, por exemplo, a expressão “tudo sempre foi assim e sempre será do mesmo jeito” indica a não percepção da historicidade dos valores, apreendidos como naturais e, portanto, não-históricos. O termo “sempre” deve ser entendido, na verdade, como uma redução à experiência única do sujeito - neste caso, o que pronunciou a frase. Tem-se constituída a consciência histórica no momento em que as três dimensões temporais são percebidas como partes do decurso temporal como um todo. Isto conduz à percepção da historicidade dos valores. Assim, pode-se dizer que o universo da tradição é temporalizado mediante operação da consciência histórica podendo, por conseguinte, ser intencionalmente questionado e transformado com base na percepção de sua própria historicidade.

palavras, por sofrer de uma carência estrutural o sujeito é constantemente forçado a refletir sobre sua condição e existência, o que se dá mediante operação da consciência histórica. Uma tal inquietude, quintessencialmente humana, impulsiona o sujeito sempre para além do que é a cada momento. Por essa razão, exige-se sempre uma espécie de atribuição adicional de sentido sobre aqueles fornecidos pela tradição. A consciência histórica constitui-se, pois, como resultado de uma carência estrutural propriamente humana que exige sempre e de forma ininterrupta que se vá além daquilo que se é a cada momento. É por essa razão que os critérios de sentido oferecidos na tradição são, em algum momento, insuficientes. Nesse sentido, somente mediante constituição de uma consciência especificamente histórica o sujeito pode perceber a historicidade mesma dos valores e, não obstante, agir a partir deles e para além deles.

A síntese narrativa processada pela consciência histórica consiste na percepção diferenciada das três dimensões temporais. Com a consciência histórica o passado passa a ser visto como passado ao se perceber a relação de continuidade deste com o presente, de modo tal que o sujeito se entenda e perceba como o resultado de uma seqüência de acontecimentos, aos quais é reportado pela memória e, ao mesmo tempo, se percebe como sua continuação. Este vínculo com a experiência passada, mediante ativação de lembranças, constitui a base da diferenciação entre narrativa histórica e demais formas narrativas.

Uma vez entendido o processo “genérico e elementar” de interpretação humana do tempo Rüsen acredita dispor do conteúdo de sentido produzido por toda narrativa histórica. Acredita, assim, poder destacar do conhecimento histórico-científico aqueles princípios de interpretação do tempo que se manifestam em toda forma narrativa propriamente histórica. Dessa forma, vê constituído o terreno sobre o qual a história como ciência se constitui e justifica sua existência como campo especializado.

O que está em jogo na produção de sentido pela narrativa histórica?

Na medida em que um agir com sentido significa um agir de forma orientada, deve-se perguntar o que está em jogo na produção de sentido pela narrativa histórica. Como se pretendeu apresentar, o universo social constitui-se como campo de disputa de subjetividades e, por essa razão, o sujeito deve fazer valer a si próprio na relação com os demais. Por que isso é assim e o modo como isto se dá resulta de uma tendência à busca pela permanência de si, sempre pretendida pelo sujeito. Esta promoção do auto-entendimento e auto-reconhecimento dos sujeitos se dá, contudo, às custas da fundamentação de seu posicionamento frente aos demais, mediante o discurso argumentativo.

O que está em jogo e pode, portanto, ser ameaçado pela contingência é, numa palavra, a *identidade*. Uma vez que a contingência do tempo se apresenta sempre como perda iminente de identidade, porquanto coloca o sujeito em situação de risco de perda de si no fluxo do tempo, a interpretação das transformações internas e externas por ela provocadas torna-se imperativa ao sujeito. Sendo assim, é sempre em busca da estabilização de sua própria identidade que o sujeito é impulsionado e, mais do que isso, motivado a agir. Definida como auto-entendimento e auto-afirmação do sujeito na relação com os demais, a identidade promove, por assim dizer, a sensação de estabilidade e segurança decorrente do controle (intelectual) da contingência. Uma vez posta em situação de risco, o desafio lançado ao sujeito é, sempre, a busca pelo restabelecimento de sua identidade. Neste processo, a narrativa

histórica constitui-se como via indispensável na medida em que somente através dela pode-se realizar uma síntese entre passado, presente e futuro numa relação de continuidade. A plausibilidade e consistência de uma narrativa histórica são medidas, portanto, pela capacidade de promover a permanência de si mesmo na evolução temporal¹¹⁶.

Num nível latente, poder-se-ia mesmo dizer que a relação de continuidade entre experiência e intenção, raiz da produção de expectativas quanto ao futuro, resulta da crença na possibilidade de mudança de uma situação presentemente incômoda que somente se dá pelo ato de rememorar situações “confortáveis” anteriormente vividas. Com outras palavras, a crença na transformação e/ou superação de uma situação de desamparo somente se dá em função da lembrança de uma situação qualquer uma vez experimentada como permanência. A identidade constitui-se, pois, de um mínimo de “consistência do eu” alcançada pela interpretação da seqüência de acontecimentos dos quais o sujeito se percebe como seu resultado e continuação.

Entendido deste modo, o processo de interpretação da experiência humana no tempo imprime à narrativa histórica um tipo de racionalidade específica. Pois, na medida em que age diretamente como elemento constituidor e estabilizador de identidades, a narrativa histórica não costuma ser aceita sem controle. Sempre há na narrativa de uma história a necessidade e, conseqüentemente, a exigência de fundamentação e solução de possíveis dúvidas acerca de seu conteúdo para que possa oferecer razões de credibilidade. Trata-se, pois, da validade pretendida pela narrativa. Isto assim se dá porque toda enunciação narrativa dita ou escrita de forma bem intencionada pretende que os relatos, argumentos e explicações articulados

¹¹⁶ “Mediante a narrativa histórica são formuladas representações da continuidade da evolução temporal dos homens e de seu mundo, instituidoras de identidade, por meio da memória, e inseridas, como determinação de sentido, no quadro de orientação da vida prática humana”. *Idem. p. 67.*

narrativamente sejam tidos como verdadeiros, em realidade. Ao mesmo tempo, qualquer pessoa que se dispõe a aceitar uma determinada representação como verdadeira somente o faz em função de justificativas julgadas plausíveis e, portanto, aceitáveis. Por conseguinte, quando se fala em pretensão de validade reivindicada pela narrativa, fala-se da necessidade de ter ou apresentar motivos para crer na verdade de uma determinada representação.

Pode-se perguntar, contudo, quais são os critérios de avaliação da plausibilidade das narrativas históricas. Tem-se, pois, que o critério que define a razoabilidade das justificativas esteia-se na avaliação de sua consistência ou inconsistência. Isto é, justificativas são consistentes à medida que as razões para se acreditar nelas são infinitamente maiores do que as razões que sugerem dúvidas quanto a elas.¹¹⁷ Contudo, na medida em que é inserida nessa relação entre justificativa e aceitabilidade, a representação estará sempre situada no plano do provável, e não do certo ou inquestionável. Assim, as justificativas apresentadas para se crer ou não em uma determinada representação permitem avaliar o grau de racionalidade de uma crença. No caso específico da narrativa histórica o grau de racionalidade é medido pela capacidade de se convencer o ouvinte ou leitor de que aquilo que se diz ter ocorrido no passado ocorreu da forma como está sendo dito.

Todavia, em que consiste exatamente a especificidade da narrativa histórica, tal como analisado por Rüsen? Sabe-se que a narrativa histórica não constitui o único meio de orientação da ação. Contudo, embora se considere o elemento ficcional presente em toda narrativa histórica e, ao mesmo tempo, se possa falar em romances históricos, o sentido produzido pela narrativa histórica se difere daquele produzido por outras formas narrativas por se referir ao passado representando-o e

¹¹⁷ O mesmo se dá quando a relação é inversa, isto é, justificativas são tanto mais inconsistentes quanto menos razões oferecerem para se acreditar nelas.

interpretando-o. Pode-se dizer que a narrativa histórica se ocupa daquilo que efetivamente aconteceu, ou que se julga ter acontecido no passado¹¹⁸. A natureza especificamente histórica do conteúdo da narrativa histórica a torna um tipo particular de prática narrativa, que promove a compreensão da experiência do tempo mediante ativação de lembranças que são extrapoladas, temporalmente, ao serem inseridas na perspectiva do futuro.

Conforme analisada por Rüsen, a distinção entre narrativa ficcional e narrativa histórica tem origem numa “tríplice especificação da operação intelectual da narrativa no mundo da vida concreta, determinante do que se pode chamar de narrativa *histórica* como constitutiva da consciência histórica”.¹¹⁹ Primeiramente, a narrativa constitui a consciência histórica por recorrer a lembranças para interpretar a experiência no tempo. Segundo, a narrativa constitui a consciência histórica porque representa as mudanças temporais do passado, rememoradas no presente, como um processo contínuo. Por fim, a narrativa constitui a consciência histórica por ser marcada pela intenção básica, do narrador e do seu público, de garantir a permanência de si no fluxo do tempo.

A evocação das lembranças mantém, na constituição da consciência histórica, uma relação determinante com a experiência do tempo e constitui-se como aquilo que está na base da distinção entre narrativa histórica e narrativa ficcional. No entanto, a constituição da consciência histórica não se resume à recuperação do passado pela ativação de lembranças. Consciência histórica e lembrança não são a mesma coisa uma vez que a mera subsistência do passado na memória não constitui a

¹¹⁸ O ato narrativo abarca diferentes formas de manifestação e pode ser expresso por um ato de fala, na forma de texto ou, ainda, como operação mental. Seja como for, a especificidade da narrativa histórica ancora-se na sua relação com a experiência por via da *memória*, que se constitui pela dinâmica da lembrança e do esquecimento.

¹¹⁹ RÜSEN, Jörn. *Razão Histórica – Teoria da História: os fundamentos da ciência histórica*. Tradução de Estevão de Rezende Martins. Brasília: Editora Universidade de Brasília. 2001. p. 62

consciência histórica. É condição imperativa para a constituição de uma consciência especificamente histórica que o impulso ao resgate do passado seja dado pelas experiências do tempo presente. Para além deste impulso é não menos imperativa para a constituição da consciência histórica a representação das mudanças temporais do passado rememoradas no presente como processos contínuos, de modo que o passado é inserido interpretativamente no presente e, não obstante, é extrapolado em uma perspectiva de futuro¹²⁰. Este processo e não outro constitui a base da transformação dos feitos em “história”. “História” é, pois, a transformação da experiência passada em algo significativo para o presente.

Pretensões de validade e metodização do pensamento histórico

Entendida como uma prática comum a toda narrativa histórica, a pretensão de validade se desenrola de modo específico em formato científico. A diferença está não em reivindicar a verdade sobre o que é narrado, mas sim pelo modo como esta verdade é reivindicada. Significativamente, a matriz disciplinar da ciência histórica, elaborada por Rüsen, apresenta como elemento adicional às demais formas de narrativa histórica o fator *método*. Como ciência, a história constitui-se a partir de dois princípios básicos: colocar em evidência sua especificidade como um ramo do saber que se distingue dos demais; explicitar aquilo que o pensamento histórico tem em comum com aquele que em geral é denominado científico.

¹²⁰ “Essa mediação deve ser pensada como especificamente histórica por operar a inclusão da interpretação do presente e do futuro na memória do passado”. *ibidem*.p. 65

O pensamento histórico é científico à medida que procede por via metódica. O procedimento metódico caracteriza-se pela fundamentação sistemática das pretensões de validade apresentadas como partes integrantes da própria história.¹²¹ Tem-se, pois, como especificidade da história como disciplina especializada a exigência de uma narrativa sistematicamente fundamentada. Em formato científico, a narrativa histórica é submetida a instâncias de autenticação e controle, as quais se processam no interior de uma comunidade especializada. Vale dizer que as narrativas históricas, nas suas mais diversas manifestações, sempre são submetidas ao controle (de uma pessoa, grupo, instituição), no entanto, dentre os historiadores profissionais a narrativa histórica é submetida a critérios rígidos de regulação e controle aos quais não é normalmente submetida. A regulação metódica é aplicada mediante critérios instituídos, previamente aceitos e, não obstante, constantemente revisados, por um grupo de especialistas. Não se deve, contudo, depreender que o método de pesquisa histórica seja, simultaneamente, infalível e concluído. Fala-se, na verdade, de um método que se consagra pelo acúmulo de experiência e por demonstrações sucessivas de sua eficácia. Tais critérios, desenvolvidos ao longo da história da própria ciência da história, constituem-se, pois, como um cânone científico cuja plausibilidade não deixa (ou não deve nunca deixar) de ser testada.

A validade das histórias é garantida pela fundamentação contínua de seu conteúdo, e as regras de proceder da pesquisa histórica são sumariadas num “método histórico” através do qual acredita-se produzir um conhecimento válido, isto é, plausível em decorrência do controle e sustentabilidade de seus elementos e processos interpretativos. Há, contudo, momentos específicos onde deve-se proceder metodicamente. Que momentos são estes? Conforme apresentado em *Razão*

¹²¹ “As histórias são especificamente científicas, por conseguinte, quando a fundamentação sistemática de sua pretensão de validade é parte essencial delas mesmas, ou seja, quando são *narradas de forma continuamente fundamentada*”. *Idem*. p. 99

Histórica, são três as perspectivas com as quais a validade das histórias pode ser garantida pela fundamentação. Cada uma delas é avaliada em função do seu grau de pertinência. Trata-se da pertinência empírica, da pertinência normativa e da pertinência narrativa.

A pertinência empírica das histórias é alcançada quando os enunciados sobre o que foi o caso no passado são garantidos pelo que dele subsiste no presente, isto é, aquilo que dele oferece testemunho (e que vai do “ouvir dizer” ao registro documental preciso). Trata-se de uma instância de autenticação à qual a narrativa é submetida, porquanto dela se exige a apresentação de algo que dê testemunho do passado como uma espécie de contemporaneidade factual¹²². Narrar o conteúdo factual de forma fundamentada significa que os conteúdos empíricos são garantidos pela experiência (na forma de “fontes”) e, do mesmo modo, são por ela controlados. Contudo, a metodização da relação com a experiência transforma os elementos extraídos da tradição em vestígios e, assim, torna-se possível não somente controlar seu conteúdo, mas, igualmente, ampliá-lo e superá-lo tornando o saber atual sobre o passado corrigível¹²³. Afora a relação de dependência dos testemunhos, a metodização da relação com a experiência exige, antes de tudo, que sejam aceitas como verdadeiras também por aqueles que não compartilham de sua pretensão de sentido e significado. Dessa forma, a fundamentação do conteúdo empírico das histórias deve prever um isolamento (artificial) deste com relação às normas e idéias de modo tal que seja concebido como pertinentes empiricamente também para aqueles que discordam de seu conteúdo significativo. Vale dizer, como objeto de

¹²² “Como ciência, a história baseia-se no fato de que a operação basilar do testemunho pela experiência é metodizada. Uma vez metodizada de maneira especificamente científica, essa operação basilar assume a forma de *pesquisa histórica*. O pensamento histórico faz-se científico ao se submeter, por princípio, à regra de tornar o conteúdo empírico das histórias controlável, ampliável e *garantível* pela experiência”. *Idem*.p. 101

¹²³ “As histórias que se baseiam em pesquisa apresentam o passado humano como um constructo de fatos que pode ser superado, a todo instante, por novas pesquisas, que trazem novos resultados e que tornam necessárias novas histórias”. *Idem* p. 103.

pesquisa histórica regulada metodicamente o conteúdo experiencial das histórias converte-se em um saber que não se esgota nas narrativas produzidas em resposta a carências de orientação atuais. Com outras palavras, embora seja indispensável pensá-lo como impulsionado por carências de orientação específicas, o conteúdo experiencial metodizado produz resultados que extrapolam suas intenções originárias¹²⁴. Os fatos controlados e garantidos pela experiência podem, pois, “ser inseridos em constelações historiográficas diferentes, a que conferem pertinência empírica, com (relativa) independência quanto às diversas pretensões de validade normativa e narrativa daquelas”¹²⁵.

Para além do conteúdo empírico, é mediante o conteúdo significativo que as histórias buscam determinados objetivos com relação ao futuro. Estes objetivos (intenções) têm de ser formulados de modo a serem compatíveis com a experiência das mudanças experimentadas como transformação de si e do mundo. Assim, o significado das histórias é atribuído mediante estabelecimento de normas através das quais se estabelece o que deve suceder. As normas transformam “a intencionalidade do agir humano em intenções determinantes da ação”¹²⁶. A fundamentação do significado das histórias se dá, pois, pela necessidade de justificar por que razão aquilo que do passado trazem para o presente é importante para a orientação prática de seus destinatários¹²⁷.

Normas não são entendidas, aqui, como princípios morais de comportamento, mas sim como pontos de vista, ou perspectivas. O modo especificamente científico da relação com as normas no pensamento histórico é dado pela “reflexão sobre o

¹²⁴ “Como ciência, a história fornece sempre mais saber histórico do que é estritamente necessário à orientação temporal da vida prática atual”. *Idem*.p. 105.

¹²⁵ *Idem*. p. 105.

¹²⁶ *Idem*. p.108.

¹²⁷ “Se as histórias forem postas em dúvida quanto à importância do passado por elas trazido para o presente, para a orientação futura do agir atual, tais dúvidas somente podem ser resolvidas se e quando forem explicitadas e fundamentadas as normas que tornam o presente aberto ao passado e o passado articulável com o presente”. *Ibidem*, p. 109.

referencial”. Além de polemizar determinadas asserções sobre o que foi ou não o caso no passado, os historiadores questionam também se este foi posto na perspectiva correta. A correção das perspectivas históricas deve ser, pois, realizada com base em estritos critérios científicos. Quais são eles? Conforme analisa Rüsen a pertinência normativa das histórias é garantida com base em alguns procedimentos específicos.

Em primeiro lugar, trata-se do reconhecimento de que toda história tem uma perspectiva, isto é, os fatos somente podem ser trazidos ao presente por meio de uma organização de perspectivas denominada “história”. Assim, o passado pode “por princípio, aparecer como história em diferentes perspectivas, malgrado o mesmo conjunto de fatos”.¹²⁸ A reflexão sobre o referencial consiste do ato de evidenciar a perspectiva em que os acontecimentos foram postos. Uma vez realizada, as pretensões de exclusividade normativa desaparecem. Com outras palavras, todas as histórias que fundamentam seu teor normativo admitem previamente que o significado que atribuem ao passado e apresentam aos contemporâneos sempre pode ser avaliado de outra maneira. A fundamentação do conteúdo normativo das histórias implica, pois, na superação do dogmatismo sem, no entanto, desembocar no relativismo.

A relatividade das perspectivas históricas deve ser entendida como “uma oportunidade para o pensamento histórico promover o aperfeiçoamento constante de seu conteúdo significativo[...]”.¹²⁹ Com isso pretende dizer que uma reflexão sobre o referencial tende a uma “ampliação de perspectivas”. Não se deve entender, contudo, que uma tal ampliação se processe pelo mero empilhamento de perspectivas diversas. Para que se obtenha uma imagem abrangente é necessário um elemento normativo capaz de abrigar diversos referenciais. Trata-se da possibilidade de identificar

¹²⁸ *Idem* p. 110.

¹²⁹ *Idem*. p. 115.

determinados pontos de vista nos quais perspectivas divergentes possam integrar uma perspectiva abrangente. A metodização normativa, como etapa de cientificação do pensamento histórico significa, por conseguinte, que as perspectivas das histórias podem ser ampliadas quando partirem de referenciais refletidos de acordo com pontos de vista abrangentes.¹³⁰ Com isso tem-se uma “universalização das normas” como critério regulativo que conduz ao controle, ampliação e garantia dos significados oferecidos pelas histórias.

Como terceiro e último momento onde o pensamento histórico exige fundamentação, a metodização com relação às idéias surge da necessidade de atribuição de sentido pelas histórias. A mera articulação entre experiência e norma não é capaz de produzir uma história. Necessita-se de um “fio condutor” que nos indique o início, meio e fim da narrativa e, do mesmo modo, como se dá a passagem do começo ao fim. Apresentar o fio condutor de um narrativa implica explicitar e fundamentar os critérios (idéias) que determinam a instituição de sentido, a seleção dos acontecimentos e significados a ele atribuídos e, contudo, a síntese entre ambos.¹³¹ A metodização da relação com as idéias consiste em uma “teorização construtiva” através da qual o sentido de determinada história pode ser “explicitado, controlável pela explicação, e ampliado, aprofundado e garantido pelo controle”.¹³²

Proceder por cientificação com relação às idéias faz com que estas tenham de ser fundamentadas para que se tornem legítimas, ao contrário do que acontece normalmente, onde são pressupostas. Com isso deixam de ser critérios naturais de orientação e se convertem em critérios de orientação fundamentados mediante

¹³⁰ “Assim, por exemplo, no conflito social entre gêneros, considerando-se a norma da humanidade como igualdade, pode-se criticar de maneira plausível a desigualdade de oportunidades de vida e fundamentar uma redistribuição dos papéis sociais do homem e da mulher”. *Idem* p. 116

¹³¹ “Tais fios condutores determinam o que é representado como continuidades no processo do tempo e estipulam quais orientações as histórias podem oferecer ou não”. *Idem*. p. 121

¹³² *Idem* p. 120.

argumentação. Assim, a metodização das idéias significa que o sentido empregado na narrativa tem de ser teorizado, o que não quer dizer que os historiadores tenham que inventar critérios de sentido. Ao contrário, tais critérios “já estão presentes no horizonte de sua formação, dados previamente como realidades culturais de primeira ordem”¹³³. As diretrizes de sentido encontram-se, portanto, na origem do pensamento histórico e, dessa forma, o sentido de uma história é medido pelo grau de seu êxito como elemento estabilizador de identidades frente à experiência de mudança. Como resultado de um tal nível de fundamentação tem-se que os fatores de constituição de sentido do conhecimento histórico-científico podem ser testados e, eventualmente, aperfeiçoados. Para além disso, a estabilização de identidades, promovida pelo sentido das histórias permite aos agentes um trânsito seguro no terreno de sua própria historicidade.

Como se pode perceber, as abordagens de Rüsen e Hayden White, com relação ao conteúdo das narrativas históricas, apresentam enfoques diferenciados os quais pretende-se examinar mais de perto. Por essa razão, no capítulo que se segue buscaremos confrontar os argumentos apresentados por ambos os autores, visando uma análise das implicações epistemológicas e pragmáticas depreendidas de suas respectivas teses.

¹³³ *Idem.* p. 124.

CAPÍTULO III

POR QUE A HISTÓRIA *PODE E DEVE* SER OBJETIVA?

O “produto” da história é sempre e necessariamente uma narrativa. Afora alguns mal-entendidos, a história não pretende fazer reviver os acontecimentos tal como aconteceram e como se estivéssemos lá. Busca senão reconstruí-los retrospectivamente, compondo um encadeamento de eventos num quadro inteligível que faça “sentido”. Assim por exemplo, um leitor de história, ao estudar a chegada dos portugueses ao Brasil não será transportado ao ano de 1500 e ao litoral nordeste do Brasil. Certamente o que terá diante de si é uma *narrativa* deste evento.

Embora pareça uma afirmação trivial, o caráter narrativo do conhecimento histórico-científico nada tem de óbvio. Por um lado, por se tratar *materialmente* de uma construção verbal, a escrita da história abriga uma série de elementos lingüísticos, poéticos e retóricos os quais, muitas das vezes, são interpretados como incompatíveis com o princípio da “racionalidade moderna”, indispensável à autolegitimação do saber científico. Sobretudo quando se trata das metáforas explicativas da história, o conhecimento histórico parece pouco “objetivo”. E, para além disso, o simples ato de narrar a alguém uma história envolve um certo número de operações mentais extremamente complexas das quais resulta a transformação da experiência do passado em algo significativo para o presente. Ao se transformar em “história” para o presente, o passado é dotado de uma qualidade específica: é *interpretado* como passado. Isto vale para toda forma especificamente histórica de elaboração narrativa. Nesse sentido, pode-

se perceber que o caráter narrativo do conhecimento histórico e as operações mentais a ele inerentes extrapolam a percepção de sua estrutura textual.

A pretensão de verdade do conhecimento histórico é o terreno onde se evidencia de modo mais claro a complexidade do paradigma narrativista e as diferentes e desencontradas reações que tem provocado entre os teóricos da história. São inúmeros os argumentos que buscam fundamentar a incompatibilidade entre as categorias “narratividade” e “objetividade”. A suma de todos eles é a idéia segundo a qual a historiografia seria responsável por construir seu próprio objeto investigativo. Uma vez que o historiador *escreve* sobre acontecimentos ocorridos num certo tempo e espaço e, além disso, está ele mesmo inserido no seu próprio tempo e espaço, as narrativas históricas seriam não mais que o resultado das perspectivas dos historiadores e, por conseguinte, cada presente reescreveria a história. Nessa perspectiva pode-se ir mais além e afirmar que, em cada presente, a história é escrita de diferentes maneiras por vários historiadores com histórias de vida e perspectivas absolutamente particulares, excluindo qualquer pretensão de cientificidade do conhecimento histórico fundada no princípio do consenso.

Entretanto, partilhamos da perspectiva segundo a qual é possível tratar as categorias “narratividade” e “objetividade” como elementos conjuntos no processo de produção do conhecimento histórico em versão científica. Mais do que isso, argumentamos a favor da idéia de que ambas as categorias não somente *podem* como *devem* ser pensadas em conjunto quando se trata da produção de conhecimento sobre a experiência humana passada. Para tanto, no que se segue, realizar-se-á um “confronto” entre os argumentos apresentados por Hayden White e Jörn Rüsen, entendidos como mutuamente excludentes quando se trata da pretensão à objetividade do conhecimento histórico.

Deve-se admitir, ainda, que consideramos a análise formalista proposta por H. White precária, pois unilateral, no que se refere aos resultados da pesquisa histórica apresentados narrativamente. Além disso, acreditamos dispor, na teoria da história de Jörn Rüsen, dos argumentos necessários para fundamentar a afirmação de que a análise formalista de Hayden White sofre de uma precariedade irremediável.

Tomada, num primeiro momento, como suficientemente plausível, a teoria da história de Rüsen parece dar conta das lacunas apresentadas na análise de Hayden White mediante apresentação, sistematização e fundamentação dos cinco elementos dispostos em sua matriz disciplinar da ciência histórica, erguida a partir da vida humana prática. De acordo com esta teoria, uma análise dos processos envolvidos na produção da obra historiográfica que privilegie apenas um ou alguns dos elementos dispostos na matriz disciplinar tenderá, inevitavelmente, a ser incompleta.

Mais precisamente, o que se pretende fazer é testar, em alguma medida, a plausibilidade da teoria da história de Jörn Rüsen a partir de dois caminhos: a) analisando, primeiramente, a pertinência do seu conteúdo teórico-filosófico; b) e, por fim, submetendo-a “à prova” no que diz respeito à aplicabilidade da matriz disciplinar isto é, suas chances de sucesso. O primeiro caminho iremos percorrer neste capítulo, restando ao último capítulo o exercício final. A via, ou eixo condutor é a reflexão sobre a objetividade na ciência da história.

Entretanto, “objetividade” é um conceito equívoco e, por essa razão, buscar-se-á apresentar de forma minuciosa o sentido de objetividade a partir do qual, acredita-se, o conhecimento histórico-científico pode reclamar legitimidade. Admitimos, desde já, que se trata de uma idéia de objetividade possível e compatível com o princípio de existência de uma racionalidade especificamente histórica, a partir da qual – e somente a partir da qual – o conhecimento histórico é possível.

3.1 O que se entende por objetividade?

Como primeira aproximação poderíamos definir como “objetivo” aquele conhecimento (histórico) capaz de fornecer verdade sobre o passado. Ou, ainda, poderia ser definido como objetivo todo conhecimento produzido cientificamente, isto é, por via metódica. É certo, porém, que tais definições oferecem, na melhor das hipóteses, um contorno àquilo que se entende por objetividade. Para além delas, é preciso esclarecer o que significa proceder de modo científico e, mais ainda, o que se entende por verdade. Com esse intuito, partiremos da acepção tradicional de “objetividade”, no que diz respeito especificamente à produção do conhecimento histórico-científico, posto que dela resulta uma série de equívocos os quais não podem ser ignorados se se pretende argumentar a favor da cientificidade do conhecimento histórico.

De acordo com sua acepção tradicional, é objetivo aquele conhecimento histórico do qual resulta uma reprodução fiel dos acontecimentos, mediante supressão de toda e qualquer forma de juízo sobre o passado. Entretanto, somos levados a crer que, neste caso, não se trata da “objetividade” do conhecimento histórico, mas sim do “objetivismo” na história. Isto porque, de acordo com este princípio, a experiência do passado estaria simplesmente à espera de sua revelação pelos historiadores, aos quais caberia tão somente dela tomar conhecimento.

No entanto, a pretensão cientificista de neutralidade axiológica dos historiadores é, como se sabe, insustentável. O historiador está sempre vinculado às suas perspectivas. Resultaria disso a impossibilidade de se produzir um conhecimento histórico “objetivo”? Acreditamos que não. Partilhamos da idéia de que é possível produzir um conhecimento histórico objetivo se se entender por objetividade não um fato, mas uma norma (não num sentido moral, mas ideal-típico). Para melhor

compreender o que isso significa talvez seja interessante começar pelos argumentos que buscam afirmar que a história “não” pode ser objetiva.

Estes foram apresentados por Thomas Nipperdey da seguinte forma¹³⁴: a) a história está inelutavelmente vinculada à perspectiva do historiador e, por isso, é sempre *subjetiva*; b) entendido como uma totalidade de incontáveis momentos, o passado como objeto de conhecimento não pode ser conhecido em sua totalidade, assim como não pode ser esgotado pelo nosso saber, nem tampouco está sujeito a reproduções fiéis e, nesse sentido, a história não o reproduz, mas somente se refere a ele; c) não existe um objeto histórico “puro” frente ao qual o “eu” do historiador desapareceria, o que ocorre, em verdade, é a produção de um conhecimento orientada por interesses e escolhas particulares (do tema, do que pertence ou não ao tema, das significações atribuídas aos eventos, das relações causais estabelecidas entre eventos); d) a estrutura da narrativa, isto é, o modo como se passa do início ao fim das histórias, depende, em última instância, daquilo que o historiador julga importante conhecer; e) o passado nunca é relatado de forma neutra e apartidária e, se assim o fosse, resultaria em um conhecimento estéril e irrelevante para o presente; f) a objetividade nada mais é que a manifestação partidária dos historiadores (assim por exemplo, ao identificar a vitória do comunismo como a lei, ou o fim, da história universal seria objetivo aquele que tomasse partido pela teoria marxista ortodoxa)¹³⁵; g) finalmente, na falta de uma “realidade pura” o passado somente forneceria o material sobre o qual os historiadores se ocupariam atribuindo-lhe diferentes formas.

¹³⁴ NIPPERDEY, Thomas. “Pode a História ser objetiva?”. (Manuscrito inédito, 1986. Trad. De Estevão C. de Rezende Martins) p.8

¹³⁵ Além disso, pode-se deduzir, do vínculo dos historiadores a perspectivas, um princípio moral, isto é, os historiadores deveriam tomar partido pelo bem e pela justiça, sobretudo de forma consciente, “mesmo quando haja polêmica sobre o que é objetivamente bom e justo”. NIPPERDEY, Thomas. *Ibidem*.

Diante de tais restrições a história seria inelutável e exclusivamente subjetiva e partidária, exigindo o reconhecimento de sua natureza relativa. Tem-se, neste caso, uma perspectiva diametralmente oposta àquela definida como objetivista, isto é, a história seria senão o resultado das perspectivas dos historiadores, aos quais e somente aos quais caberia decidir o que, do passado, dever-se-ia conhecer. Contudo, se, por um lado, a interpretação objetivista da história tende ao *dogmatismo*, a resposta “subjetivista” tende, inversamente, ao *decisionismo*¹³⁶.

Consideramos insuficientes ambas as formas de interpretação do processo de transformação dos “feitos” em “história”. “Objetivismo” e “subjetivismo” são, por assim dizer, perspectivas unilaterais e, por conseguinte, incapazes de oferecer um sentido satisfatório à prática historiográfica. Se, por um lado, o objetivismo caracteriza-se pela crença ingênua na neutralidade axiológica dos historiadores, por outro, o subjetivismo conduz ao estrito relativismo e, nesse sentido, concordamos com Nipperdey ao sugerir que a redução do conteúdo das histórias às perspectivas do historiador tende a cair na própria armadilha, isto é, pretender validade absoluta¹³⁷. Em contrapartida, acreditamos que o conteúdo subjetivo presente em todas as histórias não exclui destas a possibilidade de serem objetivas, sendo, em verdade, condição indispensável à sua produção.

Mais precisamente, acreditamos que a história pode ser objetiva, assim como fornecer “verdade objetiva” sobre o passado, desde que se entenda por “objetividade” o critério de verdade de toda sentença histórica. Tal critério pressupõe a condição de serem os acontecimentos *reconstruíveis, verificáveis e comunicáveis*. E, nesse sentido, o termo “objetivo” possui duplo significado: é objetivo por decorrer do objeto e a ele se

¹³⁶ RÜSEN, Jörn. *Razão Histórica*. p 67-72.

¹³⁷ “[...] o relativismo quer ser absoluto: isto é um raciocínio circular.” NIPERDEY, Thomas. *Idem*. p 9.

referir; é objetivo por estar submetido a exigências de controle e validade intersubjetiva. Vejamos, pois, cada um desses sentidos em pormenor.

Dizer que o conhecimento histórico é objetivo por decorrer do objeto significa afirmar que a experiência do passado é “tematizada” como história e, por essa razão, *transformada* em “objeto” do conhecimento histórico. A experiência do passado somente é tematizada como “história” quando são formuladas perguntas sobre ela. Como mera experiência o passado ainda não é, propriamente, “história”. Tais perguntas nada mais são que formalizações de carências de orientação vivenciadas no presente, as quais impulsionam o sujeito a ir além do que é o caso naquele momento. As carências de orientação se convertem em perguntas quando são orientadas, organizadas e refletidas à luz da experiência acumulada. Por essa razão, as interrogações direcionadas ao passado são orientadas por um quadro de referências previamente dado, de modo que, somente através das perspectivas (suma de pontos de vista) o passado é levado a falar. A tematização do passado como “objeto” responde, portanto, a determinadas carências que se configuram em interesse pelo conhecimento do passado.

No entanto, não se deve depreender disso que o conhecimento histórico esteja reduzido às perspectivas dos historiadores. Antes de tudo, a especificidade da narrativa histórica está em pretender se referir àquilo que ocorreu no passado, ou que se julga ter ocorrido. Além disso, a escolha do objeto de pesquisa histórica, assim como os procedimentos através dos quais o conhecimento histórico foi produzido e, ainda, os conteúdos de sentido e significado a ele atribuídos não resultam (ou não devem resultar) de operações arbitrárias. É necessário, no momento mesmo de produção da narrativa, fundamentar o conteúdo das histórias. Em vez de ser pressuposto, o conteúdo das narrativas tem de ser sistematicamente fundamentado, buscando responder as possíveis dúvidas acerca das asserções históricas pronunciadas. Mais precisamente, os pontos de

vista têm de ser explicitados para, a partir disso, poderem ser criticados e controlados. Por essa razão, há no processo de produção do conhecimento histórico-científico determinadas exigências de regulação e controle metódicos os quais impedem os historiadores de agir da forma como bem entenderem.

Os critérios de validade e legitimidade são estabelecidos e reconhecidos intersubjetivamente pela comunidade dos historiadores profissionais. Tais critérios dizem respeito, simultaneamente, às “ferramentas” e ao instrumental teórico utilizados como parâmetros de pesquisa. A existência da comunidade científica depende, em última instância, de critérios consensuais a partir dos quais o conhecimento produzido torna-se comunicável e controlável. A situação é a mesma para todo saber que se pretende científico. No que se refere à objetividade histórica, deve-se buscar extrair da multiplicidade de interpretações uma espécie de “mínimo denominador comum”, ou seja, critérios minimamente consensuais a respeito dos procedimentos metódicos essenciais à produção do conhecimento histórico em versão científica.

Entretanto, ao contrário do que se poderia supor, critérios consensuais não atuam de modo exclusivo no campo científico de produção do conhecimento. De um modo geral, princípios consensuais são indispensáveis à prática comunicativa. Basta, por exemplo, uma reflexão sobre a prática lingüística. Numa primeira aproximação poder-se-ia perceber a condição de necessidade de consenso entre significados atribuídos a palavras, nomes, conceitos, categorias etc. Embora se considere a dinâmica própria à prática lingüística há necessidade de mínimo acordo entre os falantes (no que se refere, por exemplo, à estrutura pragmática da fala), sob pena de tornar a comunicação impossível ou demasiadamente prejudicada.

Nesse sentido, a prática científica de produção de conhecimento parece se “desmistificar” na medida em que é reconhecida como apenas *um* modo possível de

produção de saber, fundado, assim como a prática comunicativa em geral, em princípios consensuais. Mais precisamente, como bem nos diz Rüsen, “[...] o pensamento é um processo genérico e habitual da vida humana. A ciência é um modo particular de realizar esse processo. O homem não pensa porque a ciência existe, mas ele faz ciência porque pensa.”¹³⁸

Entretanto, no modo científico de construção do conhecimento histórico há determinados critérios de regulação e controle, aos quais, em geral, não são submetidas as narrativas históricas não-científicas. Tal é o elemento diferencial entre o pensamento histórico em geral e o pensamento histórico-científico em particular. Este diz respeito, por conseguinte, à via pela qual a verdade da narrativa é reivindicada. Em síntese, o ambiente de controle do conhecimento produzido cientificamente responde à condição de poder ser testado e aperfeiçoado. Fala-se, pois, do elemento “método” na origem da distinção entre o pensamento histórico genérico e o pensamento histórico-científico. A especificidade do conhecimento científico, em geral, e do conhecimento histórico-científico em particular, resulta deste elemento.

Devemos nos perguntar, ainda, de que modo isso é possível (realizável) na ciência da história. De quais regras de pesquisa dispõe a ciência da história, como unidade metodológica?

Trata-se das regras de pesquisa empírica. São estas regras que permitem que as histórias sejam submetidas ao debate acadêmico. Por outras palavras, é a partir do controle empírico das histórias que estas podem ser criticadas e, eventualmente, aperfeiçoadas (embora não ofereça, isoladamente, garantia de validade). O controle empírico das histórias oferece, portanto, a garantia de facticidade dos acontecimentos

¹³⁸ RÜSEN, Jörn. *Razão Histórica*. p. 54.

(articulados narrativamente), através da qual pode-se mensurar o grau de sustentabilidade das histórias, no tocante à experiência.

Os critérios de objetividade por consenso, na ciência histórica, partem dos seguintes pressupostos: a) a verdade das sentenças históricas é independente das perspectivas dos historiadores, uma vez que “a questão da verdade de uma sentença sobre o passado é distinta, por princípio, da questão como ela surgiu”¹³⁹; b) conforme se acredita, a verdade das sentenças históricas corresponde ao *ideal* de sentenças objetivas sobre o passado. Este ideal é construído teoricamente e comungado pelos historiadores de ofício como princípio de verdade.

Em primeiro lugar, o critério de verdade das sentenças históricas reside na possibilidade destas serem testadas, o que se dá pela verificação se se confirmam ou não pelas “fontes”. Sem este ideal as sentenças históricas não poderiam ser submetidas à crítica e ao debate e, nesse sentido, não se poderia argumentar sobre opiniões divergentes, mas simplesmente resignar-se em declará-las todas igualmente válidas¹⁴⁰.

Além disso, o debate e a crítica pressupõem que também as teorias e perspectivas históricas podem ser corrigidas, ampliadas ou superadas pela evolução do pensamento histórico, caminhando para o progresso cognitivo (caso contrário, não se levantaria objeções). Nesse sentido, não há simplesmente diferentes histórias, mas também histórias “melhores” ou “menos boas” e, do mesmo modo, trata-se não somente de novas perspectivas ao lado de perspectivas antigas, mas de eventuais aperfeiçoamentos do conhecimento disponível¹⁴¹.

¹³⁹ NIPPERDEY, Thomas. *Idem*, p. 9.

¹⁴⁰ “Uma sentença histórica é melhor do que outra se for corroborada por fontes mais numerosas e diversas, se puder resolver contradições entre as fontes, se possibilitar descobrir novas fontes. A relação às fontes preserva a história do relativismo subjetivo e torna possível a distinção entre maior e menor objetividade”. *Idem*.p. 13

¹⁴¹ *Idem*, p. 10

Perspectivas podem, portanto, ser refutadas ou corroboradas com base nesse princípio de verificação e controle, de modo que, uma sentença histórica tanto mais se aproxima do critério ideal de objetividade quanto mais se aproximar do que foi o caso no passado. Contudo, embora sempre buscado tal ideal de objetividade não é nunca alcançado em absoluto. Por essa razão, conclui Nipperdey, o que se produz não é nunca a “história objetiva”, mas sim “histórias mais objetivas”¹⁴². Nesse sentido, o historiador pretende se referir à realidade dos acontecimentos passados sem, no entanto, “inventar imagens nem tampouco construir seu objeto”, cabendo-lhe, pois, aproximar-se dessa realidade¹⁴³.

De que modo, contudo, pode-se chegar às “histórias mais objetivas”? Mais precisamente, a partir de quais procedimentos o conhecimento histórico objetivo é possível? Quais caminhos devem ser percorridos pelos historiadores profissionais com vistas à garantia de verdade de suas histórias? É o que se pretende apresentar no que se segue.

Como pode a história ser objetiva?

A objetividade histórica depende, em última instância, da existência de um princípio metódico consensual o qual imprime à ciência da história o contorno de sua especialidade. Em que consiste a unidade do método histórico como princípio de objetividade por consenso? Em linhas gerais, fala-se de um princípio comum capaz de abarcar a multiplicidade de procedimentos metódicos, de perspectivas e interpretações.

¹⁴² *Idem.* p. 12

¹⁴³ *Idem.* p. 15

Porém, por “método histórico” entende-se, simultaneamente, o conjunto das regras envolvidas na produção do conhecimento histórico-científico, e a “pesquisa histórica” propriamente dita, isto é, o trato com as fontes. De modo que seria equivocado entender por objetividade do conhecimento histórico unicamente a regulação do conteúdo empírico das histórias. Para além do controle empírico das narrativas, a metodização do pensamento histórico exige a fundamentação e garantia dos conteúdos de sentido e significado das histórias. Estes são medidos pelo grau de pertinência normativa e narrativa – se se apresentam ou não como construtos capazes de fornecer elementos de orientação para o agir.

O processo de metodização do pensamento histórico tal como analisado por Rüsen -no que diz respeito a todos os âmbitos de regulação e controle das narrativas historiográficas - fora apresentado no capítulo anterior. Interessa-nos agora analisar o que se entende por unidade do “método histórico” como princípio consensual capaz de agregar perspectivas históricas conflitantes e, por conseguinte, como aquele elemento responsável por inserir a história no debate e crítica acadêmicos. Destaca-se, pois, a “pesquisa empírica” como princípio de uniformidade do trato científico do conhecimento histórico.

Com a pesquisa empírica pode-se obter, das informações extraídas das fontes, um conhecimento controlável. Tal instância de controle é efetivada pelo recurso às fontes como ambiente de verificação, de modo que aquilo que se afirma ter ocorrido no passado deve ser confirmado pelas fontes. Com isso a facticidade dos eventos é garantida por elementos que deles dão testemunho.

Isto é possível com base numa tríplice operação metódica: a) heurística; b) crítica; c) interpretação¹⁴⁴. Em conjunto, estas três “fases” da produção do conhecimento histórico-científico, conduzem das perguntas originalmente lançadas à formulação de respostas históricas empiricamente controláveis. Mais precisamente, as três fases que correspondem ao modo como é organizado e regulado o processo de pesquisa empírica se situam “[...] entre a formulação da hipótese de trabalho, que dá a partida à pesquisa propriamente dita, e leva até a formulação das modificações, que a hipótese de trabalho sofre ao passar pelas fontes.”¹⁴⁵

Como operação metódica, a heurística relaciona as perguntas históricas aos testemunhos empíricos disponíveis, ou seja, corresponde à estimativa daquilo que as fontes podem dizer. Antes de tudo, as perguntas históricas são controladas a partir de seu grau de pertinência. Neste caso cabe sempre perguntar se os questionamentos históricos levantados são, por assim dizer, “respondíveis” ou se, ao contrário, não podem ser sustentados - quer pela ausência de testemunhos, quer pelo fato de não serem corroborados pelos testemunhos disponíveis.

Como procedimento metódico atua pela reunião, exame, classificação e avaliação do conteúdo informativo das fontes com base no seu grau de relevância - medido pela capacidade de oferecer respostas às perguntas originalmente lançadas -, regulando metodicamente as hipóteses históricas. Além disso, a fecundidade heurística depende do “efeito instigador” da pergunta histórica, isto é, da relação de correspondência que estabelece com as carências de orientação (das quais se originou), por um lado, e, por outro, do vínculo que mantém com o conhecimento disponível. O

¹⁴⁴ RÜSEN, Jörn. *Reconstrução do passado – Teoria da História 2: Os Princípios da Pesquisa Histórica*. (Trad. De Estevão C. de Rezende Martins) O mesmo princípio pode ser observado em trabalho anterior empreendido por Marc Bloch, embora utilize terminologias diferentes. Neste caso as fases são classificadas como *observação, crítica e análise*. BLOCH, Marc. *Apologie pour l'histoire ou Métier d'historien*.

¹⁴⁵ RÜSEN, Jörn. *Idem*, p. 96

efeito instigador dos questionamentos históricos tende a ir além do conhecimento acumulado. Nesse sentido, pode-se dizer que as perguntas históricas tornam-se heurísticamente produtivas na medida em que dirigem o olhar “[...] para novas áreas de experiências do passado [permitindo] superar sua limitação aos campos de experiência já apreendidos e liberá-lo pela sensibilidade às carências atuais de orientação e pelo fascínio por tudo o que é historicamente estranho.”¹⁴⁶ Nesse sentido, uma pergunta histórica é relevante também na medida em que age de modo crítico em relação ao conhecimento disponível, ou seja, na medida em que é capaz de extrapolá-lo.

Para além do controle das perguntas históricas, a segunda “fase” do processo de pesquisa constitui-se da crítica das fontes. Nesse momento, “[...] a pesquisa histórica pisa o chão seguro da facticidade do conhecimento histórico.”¹⁴⁷ “Quando”, “onde”, “porque” foi (ou não) o caso no passado são perguntas que estabelecem o que se sabe ou o que se ignora “da facticidade de estados de coisas históricos, com base no material obtido das fontes heurísticamente.”¹⁴⁸ A crítica das fontes constitui-se como “núcleo” da objetividade histórica - como princípio de fundamentação -, uma vez que conduz a proposições históricas válidas empírica e intersubjetivamente. Isto é, por força de sua referência à experiência histórica, a “base de dados históricos” é garantida pelo material empírico extraído das fontes e regulados heurísticamente. Ao extrair das fontes manifestações do passado humano acerca do que foi o caso num determinado tempo e espaço, a operação de crítica das fontes responde pela objetividade histórica. A crítica histórica tem, por conseguinte, “função recursal”¹⁴⁹, a qual permite que as informações extraídas das fontes sejam filtradas, dentre as mais ou menos corretas e incorretas. Nesse sentido, permite, por um lado, a correção dos fatos que relata e, por outro, dispõe

¹⁴⁶ *Idem*, p. 103

¹⁴⁷ *Idem*, p.106

¹⁴⁸ *Ibidem*.

¹⁴⁹ *Idem*, p. 109

de direito de veto das fontes. Concordamos com Rüsen ao dizer que “este juízo é inapelável, pois nenhuma história pode se manter cientificamente se seu conteúdo factual é duvidoso.”¹⁵⁰ Nesse momento se estabelece, portanto, o conteúdo informativo (factual) da pesquisa¹⁵¹. Com isso, a história é inserida no movimento do progresso cognitivo, uma vez que estabelece

*o conteúdo informativo (ou factual) da pesquisa, de acordo com o padrão geralmente utilizado para dizer que algo se deu ‘de fato’ tanto por comparação com o conhecimento empírico acumulado acerca do estado de coisas estudado quanto com relação a seu valor empírico, à medida de sua correção.*¹⁵²

Entretanto, embora ofereça o terreno seguro da facticidade do conhecimento histórico, o caráter *histórico* de um acontecimento não é garantido pela crítica histórica. Isto porque um determinado evento mantém relação com um conjunto de outros fatos não documentáveis pelas fontes como ocorre com sua facticidade. A objetividade histórica obtida com a garantia de facticidade (mediante crítica das fontes) não é ainda “história”. A dimensão de sentido e significado das histórias ainda lhe é extrínseca.¹⁵³

Aquilo que é “propriamente histórico” é instituído na fase interpretativa do processo de produção do conhecimento histórico. Nesse momento se completa a pesquisa por meio da organização formal do conhecimento obtido. Mediante interpretação, as informações extraídas das fontes, garantidas pela heurística e crítica histórica, são organizadas em histórias. Trata-se de um procedimento especificamente

¹⁵⁰ *Ibidem*.

¹⁵¹ Rüsen apresenta duas “naturezas” de fontes, divididas em “fontes tradicionais” e “fontes residuais”. As primeiras consistem em testemunhos do passado intencionalmente preservado (como por exemplo, as obras historiográficas e os monumentos históricos), já as segundas dizem respeito ao registro não intencional do passado. Do mesmo modo, a operação crítica se dá de modo diferenciado entre ambas as categorias de fontes. *Idem*, p. 105-106.

¹⁵² *Idem*, p. 109

¹⁵³ *Ibidem*

histórico na medida em que resulta do direcionamento dado aos questionamentos históricos por meio de “conjecturas de sentido”¹⁵⁴.

Depreende-se desse processo uma “função comunicativa” a qual corresponde à exigência de justificativa da plausibilidade das perguntas históricas para o presente. Cabe, nesse momento, questionar em que medida as perguntas históricas, originalmente lançadas, são relevantes para o presente. Mais precisamente, “trata-se de critérios da formação do conhecimento histórico que garantem que este cumpre as funções por causa das quais [foram] postas as questões que lançam a pesquisa.”¹⁵⁵ Dessa determinação, por objetivos, extrai-se dos questionamentos históricos “um núcleo capaz de teoria, ou seja, a ‘idéia’, instituidora de sentido, da narrativa histórica.”¹⁵⁶ Em verdade, a interpretação lida com a singularidade das mudanças temporais. Nesse processo, as carências de orientação vividas no presente são concretizadas como teorias históricas. Por meio das teorias históricas atribui-se *sentido* às mudanças temporais, empiricamente garantidas pelas duas fases anteriores¹⁵⁷.

A tríplice operação metódica da pesquisa histórica constitui, pois, a unidade metodológica como critério de objetividade por consenso. Com isso, acredita-se, pode-se chegar ao conhecimento histórico “objetivo” ou, como dito por Nipperdey, às “histórias mais objetivas”. Contudo, como pretendemos dizer, o conhecimento histórico não somente *pode* como *deve* ser objetivo. Vejamos, no que se segue, o que se pretende dizer com isso.

¹⁵⁴ *Idem*, p. 112

¹⁵⁵ *Ibidem*.

¹⁵⁶ *Ibidem*.

¹⁵⁷ Por sentido entende-se, aqui, não uma determinação teleológica do processo histórico, mas sim o controle intelectual da contingência. Tal como definido por Rûsen, por sentido entende-se a união entre experiência no tempo e intenção quanto ao tempo, da qual resulta a transformação do futuro em expectativa. Sobre isso ver, RÛSEN, Jörn. *Razão Histórica*.

3.2 Por que a história *deve* ser objetiva?

Antes de tentar responder à pergunta “por que a história *deve* ser objetiva?”, deve-se alertar para o fato de que a defesa da cientificidade do conhecimento histórico, que aqui pretendemos realizar, parte, antes de tudo, da constatação de seu potencial ótimo de racionalidade. Não se trata de uma pretensão de monopólio da razão, nem tampouco da verdade, pela ciência da história. Ao contrário, fala-se em uma racionalidade especificamente histórica como condição de toda narrativa histórica e, por conseguinte, não restrita à sua forma científica.

Na medida em que atuam como fator de orientação para o agir, as narrativas históricas participam diretamente do processo de constituição e estabilização de identidades e, por essa razão, não costumam ser aceitas sem controle. As histórias devem, pois, apresentar “razões” de credibilidade. Essa condição de necessidade de ter ou apresentar razões de credibilidade das histórias é o que entende por racionalidade histórica.

Contudo, na ciência da história essa racionalidade é institucionalizada. As perspectivas prévias de rememoração histórica são extrapoladas pela ciência histórica com base em suas próprias possibilidades cognitivas. Mais precisamente, “o pensamento histórico fornece, no âmbito de suas potencialidades racionais institucionalizadas como ciência, mais orientações no tempo que os processos concretos da vida prática social conseguem absorver”¹⁵⁸. O conhecimento histórico produzido cientificamente se apresenta como um estímulo e possibilidade de utilizar e extrapolar “as potencialidades racionais presentes na vida prática dos historiadores e de seu

¹⁵⁸ *Ibidem*.

público.”¹⁵⁹A fecundidade do conhecimento histórico-científico está, pois, no seu enraizamento na vida prática.

Nesse sentido, ao localizar os pontos de partida e chegada da matriz disciplinar no campo da vida prática, Rüsen destaca os elementos comuns a toda prática “genérica e elementar” de interpretação e atribuição de sentido à experiência humana no tempo. Ao fazer isso Rüsen evidencia, no que se refere à prática historiográfica, as relações de afinidade, oposição e superação das informações disponíveis na tradição. Tais potencialidades não podem, pois, ser ignoradas. Caso contrário pagar-se-ia o preço de perder, em profundidade, boas chances de conhecimento do passado. Entendido dessa forma, o que distingue o pensamento histórico, em geral, e o pensamento histórico-científico em particular não é, portanto, o fato de pretender verdade, mas sim o *modo* como é reivindicada verdade. A cientificidade do conhecimento histórico resulta, em última instância, do trato especializado com a experiência (articulada narrativamente). De um modo geral, a especialidade do saber científico tem assentadas suas bases nos procedimentos metódicos.

É importante, contudo, deixar claro em que consiste a plausibilidade e legitimidade do “método histórico”. Dito de outra forma, com base em quê as regras e técnicas de pesquisa histórica garantem sustentabilidade ao conhecimento histórico? Um esboço de resposta pode ser dado com base na seguinte observação: por meio de sucessivas demonstrações de êxito, as regras e técnicas de pesquisa histórica conformaram-se, ao longo da história da disciplina histórica, num corpo denso e encrostado. Obviamente, não se trata de uma composição canônica encerrada e concluída. Em verdade, pode-se dizer que a disciplina histórica é duplamente tributária da tradição. É tributária da tradição como horizonte de pré-compreensão do qual partem

¹⁵⁹ *Ibidem.*

todos os historiadores e, não obstante, é tributária da própria tradição do pensamento histórico-científico. Nesse sentido, pelo acúmulo de regularidades e demonstrações de êxito, o método histórico constituiu-se como parâmetro para a pesquisa sem, no entanto, ser entendido como algo pronto e acabado.

Os riscos de uma análise formalista da obra histórica

Para responder à pergunta “por que *deve* a história ser objetiva” tomaremos como evidência os riscos inerentes à análise formalista da obra histórica, proposta por Hayden White. Estamos certos de que a ênfase dada à estrutura textual da obra histórica, em detrimento dos conteúdos empírico, de significado e sentido, conduzem, inevitavelmente, a conseqüências de dupla natureza (epistemológica e pragmática). As conseqüências de natureza epistemológica estão circunscritas ao *status* conferido ao conhecimento histórico. Já as conseqüências pragmáticas, decorrentes das primeiras, dizem respeito a uma equivocada e “perigosa” noção de verdade da narrativa historiográfica, depreendida de sua teoria. De um modo geral, ambas as categorias de implicações conduzem a uma deturpação do “sentido” ou “função” que o conhecimento histórico-científico assume (ou pretende assumir) para com o público em geral. Trata-se de uma deturpação com conseqüências de longo alcance, às quais não podemos fechar os olhos.

É certo que Hayden White não questiona a natureza distinta dos eventos históricos em relação aos eventos ficcionais. A facticidade dos eventos históricos não é,

como se sabe, negada pelo autor de *Meta-História*.¹⁶⁰ O problema parece estar no valor que White atribui às informações extraídas das fontes como “elementos de estória”. Mais precisamente, isto se constitui como o “núcleo” do problema. Como veremos, aí está a origem da unilateralidade de sua análise, marcada pela negligência com relação ao conteúdo experiencial das histórias. A esse respeito, Hayden White sustém o seguinte argumento:

*Considerados como elementos potenciais de uma estória, os acontecimentos históricos são de **valor neutro** [grifo meu]. Se acabam encontrando o seu lugar numa estória que é trágica, cômica, romântica ou irônica [...] isso vai depender da **decisão do historiador** [grifo meu] em configurá-los de acordo com os imperativos de uma estrutura de enredo ou ‘mythos’, em vez de outra.¹⁶¹*

Reside nesta afirmativa um dos argumentos centrais à sua teoria, quiçá o mais importante. Este diz respeito à indistinção quanto aos modos histórico e ficcional de elaboração narrativa¹⁶². Ora, consideradas as informações extraídas das fontes todas de “valor neutro” os eventos históricos serviriam à livre interpretação dos historiadores, do mesmo modo que assim se apresentam aos romancistas os eventos ficcionais. Como resultado de tais considerações, a indistinção quanto aos processos histórico e ficcional

¹⁶⁰“No intuito de antecipar algumas das objeções que os historiadores opõem mitas vezes ao argumento que se segue, quero admitir desde já que os *eventos históricos* diferem dos *eventos ficcionais* nos modos pelos quais se convencionou caracterizar as suas diferenças desde Aristóteles. Os historiadores ocupam-se de eventos que podem ser atribuídos a situações específicas de tempo e espaço, eventos que são (ou foram) em princípio observáveis ou perceptíveis, ao passo que os escritores imaginativos – poetas, romancistas, dramaturgos – se ocupam tanto desses tipos de eventos quanto dos imaginados, hipotéticos ou inventados.” WHITE, Hayden. “As ficções da representação factual”. In: *Trópicos do discurso*. p. 137.

¹⁶¹ WHITE, Hayden. “O texto histórico como artefato literário”. In: *Trópicos do discurso*, p. 101.

¹⁶² “O problema não é a natureza dos tipos de eventos com que se ocupam historiadores e escritores imaginativos. O que nos deveria interessar na discussão da ‘literatura do fato’ ou, como preferi chamar, das ‘ficções da representação factual’, é o grau em que o discurso do historiador e o do escritor imaginativo se sobrepõem, se assemelham ou se correspondem mutuamente. Embora os historiadores e os escritores de ficção possam interessar-se por tipos diferentes de eventos, tanto as formas dos seus respectivos discursos como os seus objetivos na escrita são amiúde os mesmos. Além disso, a meu ver, pode-se mostrar que as técnicas ou estratégias de que se valem na composição dos seus discursos são substancialmente as mesmas, por diferentes que possam parecer num nível puramente superficial, ou diccional, dos seus textos.” WHITE, Hayden. “As ficções da representação factual”. In: *Trópicos do discurso*. p. 137.

de produção narrativa se sobrepõe à distinção quanto a natureza dos eventos. Nesse sentido, pouco importa a natureza dos eventos, dadas as estratégias discursivas serem absolutamente idênticas. Por essa razão, vistos como meros artefatos verbais, histórias e romances são indistinguíveis¹⁶³.

Disso resulta a primeira categoria de conseqüências às quais nos referimos. Como conseqüência epistemológica, a afirmada indistinção quanto às estratégias discursivas utilizadas em ambos os modos de produção narrativa vetaria ao conhecimento histórico qualquer pretensão de cientificidade. Em função disso, os relatos históricos não poderiam reclamar autoridade como conhecimento seguro da realidade passada. Nesse sentido, as narrativas históricas são entendidas como meras ficções verbais “[...] cujas formas têm mais em comum com os seus equivalentes na literatura do que com os seus correspondentes nas ciências.”¹⁶⁴

É certo, contudo, que tais considerações têm origem na idéia de *prefiguração* do campo histórico. Pode-se dizer que a neutralidade valorativa atribuída por Hyden White às informações extraídas do campo histórico responde àquele processo de apreensão prévia, do qual resulta a impossibilidade de verificar se os eventos foram ou não reproduzidos com propriedade. Dito de outra forma, os eventos históricos têm “valor neutro” porque, em síntese, respondem sempre àquele “nível latente” ou “consciência profunda” dos historiadores, através da qual as informações das fontes, imediatamente estranhas, são apreendidas por analogia. Isto implica dizer que, como “estado de coisas”, o passado não dispõe de qualquer valor ou sentido. Por essa razão, não haveria

¹⁶³ “[...] os historiadores devem utilizar exatamente as mesmas estratégias tropológicas, as mesmas modalidades de representação das relações em palavras, que o poeta ou romancista utiliza. No registro histórico não processado e na crônica dos eventos que o historiador extrai do registro, os fatos existem apenas como um amálgama de fragmentos contiguamente relacionados. Estes fragmentos têm de ser agrupados para formar uma totalidade de um tipo particular [...] E são agrupados da mesma forma que os romancistas costumam agrupar as fantasias produzidas pela sua imaginação para revelar um mundo ordenado, um cosmo, onde só poderia existir a desordem e o caos”. *Idem*, p. 141.

¹⁶⁴ *Idem*, p.98.

na documentação histórica qualquer elemento que induzisse à construção de um sentido em vez de outro.

Além disso, ao afirmar que as informações extraídas do campo histórico são todas de valor neutro, Hayden White deixa entender que os historiadores gozam de ampla - para não dizer absoluta - liberdade criativa. Disso resultam conseqüências pragmáticas sérias. Pressuposta tamanha liberdade de interpretação as narrativas historiográficas seriam não mais que o resultado da livre manipulação do conteúdo das fontes pelos historiadores. E, nesse sentido, a prática historiográfica resultaria, ao que parece, de uma espécie de malabarismo subjetivo.

Descartada qualquer possibilidade de controle e verificação do conteúdo empírico das narrativas, haveria algum critério a partir do qual poder-se-ia julgar a validade de interpretações históricas conflitantes? Ao observar as conseqüências pragmáticas decorrentes de perspectivas céticas ou relativistas, a questão torna-se premente.

Essa ausência de critérios de controle e regulação do conhecimento histórico, depreendida da teoria de Hayden White, parece resultar da disjunção entre “pesquisa empírica” propriamente dita e a produção da narrativa. O hiato entre a documentação histórica e a elaboração narrativa é o que pressupõe, portanto, a ausência de critérios regulativos mediante os quais poder-se-ia impor limites à interpretação dos historiadores. Como resultado tem-se que o princípio da realidade – que fornece um contorno à experiência – é desconsiderado como elemento regulador e, por conseguinte, a distinção entre “verdade” e “mentira”, “realidade” e “ficção”, “história” e “mito”, desaparece por inteiro. Mais do que isso, tais distinções são absolutamente dissolvidas. Nesse sentido, o ceticismo de Hayden White, no que diz respeito à possibilidade de referencia à experiência do passado, conduz ao estrito relativismo.

A relação entre ceticismo, relativismo e tolerância, no pensamento de H. White, foi analisada pelo historiador italiano Carlo Ginzburg em artigo recentemente publicado. Com o título “O extermínio dos judeus e o princípio da realidade” Ginzburg parece não deixar dúvidas para “o que veio”. Se, na teoria de H. White, a diferença entre *verdade* e *mentira* parece dissolver-se pelo relativismo, o retorno à questão do Holocausto dos judeus e da solução final, empreendido por Ginzburg, sugere a necessidade de reconsiderar o princípio da realidade, ou da “coisa em si”, como parâmetro de verdade.¹⁶⁵

Desde a tese de Faurisson - segundo a qual jamais existiram campos de extermínio nazistas, durante a Segunda Guerra Mundial¹⁶⁶ - as discussões em torno da questão da verdade e da falsificação em história foram reativadas com toda a força. No que diz respeito ao autor de *Meta-História*, embora afirmasse ser a pretensão de Faurisson “[...] moralmente ofensiva e intelectualmente desconcertante”, posicionou-se ainda titubeante frente à noção de “mentira”.¹⁶⁷ Isto porque a identificação da mentira como contraponto da verdade exige, antes de tudo, o reconhecimento de noções como “realidade” e “prova”, incompatíveis com sua análise formalista da narrativa historiográfica.

Contudo, conforme analisa Ginzburg, Hayden White afirma que ceticismo e relativismo podem fornecer os princípios epistemológicos e morais da tolerância¹⁶⁸. Entretanto, ainda segundo Ginzburg,

¹⁶⁵GINZBURG, Carlo. “O extermínio dos judeus e o princípio da realidade” In: MALERBA, Jurandir. *A História Escrita: teoria e história da historiografia*.

¹⁶⁶Faurisson reconhece que existiram campos de concentração. Em contrapartida, os campos de extermínio, baseados no assassinio pela câmara de gás, jamais teriam existido segundo o autor. In: FAURISSON, R. *Mémoire en défense contre ceux qui m'accusent de falsifier l'histoire*. La Vieille Taupe, 1980.

¹⁶⁷ Citação extraída de GINZBURG, Carlo. *op.Cit.* p. 223.

¹⁶⁸ *Idem*, p. 224.

[...] *essa tese é insustentável, seja do ponto de vista histórico seja do lógico. Do ponto de vista histórico, porque a tolerância foi teorizada por indivíduos que tinham fortes convicções intelectuais e morais (o mote de Voltaire ‘Lutarei para defender a liberdade de palavra daquele com quem me encontro em desacordo’ é típico). Do ponto de vista lógico, porque o ceticismo absoluto entraria em contradição consigo mesmo se se estendesse também à tolerância como princípio regulador. Não só: quando as divergências intelectuais e morais não são coligadas em última análise à verdade, não há nada a tolerar.*”¹⁶⁹

A citação de Ginzburg é reveladora. O princípio de tolerância sustentado por Hayden White encobre – e quanto a isso não há dúvidas – uma noção equivocada de verdade. Para este autor, a verdade de uma interpretação histórica depende não de seu grau de plausibilidade como elemento de orientação (em estrita relação de dependência dos testemunhos como elemento de prova). Outrossim, verdade é associada à sua *eficácia* em justificar determinados comportamentos políticos, ainda que ilegítimos. Assim, a historiografia serviria tão somente à sustentação de anseios políticos, de modo absolutamente descompromissado e, por conseguinte, desvinculado de qualquer princípio ético e moral. Nesse sentido, a prática historiográfica estaria reduzida ao caráter de “munição”, a ser empregada sempre que se mostrar necessária e “eficaz”, nos jogos políticos de dominação¹⁷⁰.

Diante de tais evidências, a análise formalista de White apresenta-se, ao nosso ver, indiscutivelmente precária. Como pretendemos mostrar, a ausência de critérios de controle das narrativas historiográficas tende, inevitavelmente, ao estrito relativismo e, por conseguinte, à livre manipulação do conhecimento histórico. Não estamos de acordo com tal perspectiva, dada a evidente insustentabilidade de seu conteúdo. Seja por omissão, negligência, ou displicência com relação ao conteúdo factual das histórias, a

¹⁶⁹ *Ibidem*.

¹⁷⁰ “Podemos concluir [disso] que se a narração de Faurisson tivesse de algum modo resultado *eficaz*, White não hesitaria em considerá-la verdadeira.” *Idem*, p. 223.

falsificação em história pode e deve ser evitada, o que somente é possível mediante critérios rígidos de controle e regulação metódicos. Não se pode abrir mão de tais critérios, dadas as claras demonstrações dos riscos inerentes à ação descompromissada ou, em alguns casos, “mal intencionada”, em relação à experiência humana passada.

Contra o argumento de White segundo o qual as informações extraídas das fontes são todas de valor neutro, somos tentados a concordar com Rüsen ao dizer que o passado possui, em si, a propriedade de estar dotado de sentido. Considerada a historicidade própria à práxis humana, a experiência do passado significaria, portanto, mais que a matéria-prima bruta das histórias. Nesse sentido, a documentação histórica se apresenta como um fato da experiência (por alguma razão registrada), de modo que a constituição de sentido engendrada pela narrativa histórica se refere a ela, ao mesmo tempo em que lhe dá continuação. Isto implica dizer que as informações extraídas dos registros históricos impõem, em larga medida, limites à interpretação dos historiadores. As noções de “verdade” e “mentira” não podem, portanto, ser facilmente descartadas. Isto é, há que se levar em consideração o princípio da realidade como parâmetro de verdade, caso contrário, correr-se-ia o risco de cometer uma espécie de crime contra a memória.

Além disso, gostaríamos de sugerir uma outra inconsistência percebida na teoria de Hayden White. Esta diz respeito àquilo que o próprio autor afirma ser (ou dever ser) “função” do conhecimento histórico. Segundo H. White,

*O historiador não presta nenhum bom serviço quando elabora uma continuidade especiosa entre o mundo atual e o mundo que o antecedeu. Ao contrário, precisamos de uma história que nos eduque para a descontinuidade de um modo como nunca se fez antes; pois a descontinuidade, a ruptura e o caos são o nosso destino.*¹⁷¹

¹⁷¹ WHITE, Hayden. “O fardo da história”. In: *Trópicos do discurso*. p. 63.

Mais uma vez discordamos de Hayden White. Acreditamos ser função não somente da história científica, mas das narrativas históricas em geral, não só a percepção das descontinuidades, do caos que nos reserva o futuro – como dimensão temporal desconhecida e, portanto, imprevisível – mas, antes de tudo, o domínio intelectual da contingência.

Sofremos todos a ação de um tempo natural, externo, e por isso somente podemos lidar com ele mediante intenções. A percepção da contingência do tempo é apenas um primeiro passo, no processo de interpretação da experiência do agir e sofrer humano no tempo. Somente quando extrapolamos, em perspectiva temporal, aquilo que somos a cada momento somos capazes de nos orientar nas relações que estabelecemos com o mundo, com os outros e com nós mesmos, em constante processo de transformação.

Essa orientação não é dada, oferecida naturalmente é, ao contrário, elaborada mentalmente. A impossibilidade de compreender o tempo em sua totalidade resulta do fato de uma das dimensões que o integra consistir sempre no que ainda está por acontecer. Essa dimensão (futura) existe apenas como horizonte de expectativa, ainda não existe objetivamente, ainda está *por vir*. A orientação humana no tempo é, pois, construída, elaborada intelectualmente e tornada possível (como motivação do agir), com vistas a promover um certo ordenamento do mundo (interno e externo), indispensável à sensação de permanência e estabilidade no fluxo do tempo.

Esse tempo exterior (natural) nos é dado, pré-existe e perpassa nossa própria existência. Ele é radicalizado pela consciência da finitude da vida. É o tempo através do qual somos transportados a um fim certo, do qual tentamos nos afastar. A morte é a essência e condição da finitude. E é a ameaça e iminência da morte, isto é, a

radicalização das carências de orientação, que nos força a dar conta das transformações internas e externas provocadas pela ação do tempo. A percepção da finitude da experiência humana não é, destarte, conscientemente sentida e refletida em todos os momentos em que se exige do sujeito ir além do que é o caso. Seja como for, a necessidade de atribuir sentido à experiência no tempo se apresenta como uma constante antropológica.

Por fim, estes instrumentos são caracterizadamente intelectuais na medida em que resultam de operações mentais que sintetizam as três dimensões temporais. Com essa operação o sujeito se percebe como resultado e continuação de ações anteriores e, por essa razão, extrapola em perspectiva temporal aquilo que é no tempo presente. “Sentido” significa, portanto, contingência sob controle. É, pois, somente pela construção histórica de sentido que o futuro deixa de ser temido e passa a ser esperado. Disso resulta um mínimo de consistência do “eu”, indispensável ao auto-reconhecimento do sujeito.¹⁷²

¹⁷² Apesar disso, não estamos absolutamente certos de que o mesmo valha para todas as formas de interpretação humana do tempo. Por um lado, a evidência de que as sociedades, invariavelmente, interpretam de alguma maneira o “tempo” é indício de uma prática “antropologicamente universal”. Entretanto, as particularidades de interpretações da experiência no tempo parecem não oferecer solo seguro capaz de sustentar o peso de tal universalização. Parece ser o caso quando se trata da percepção do tempo em sentido unicamente circular. O tempo disposto num calendário, ao mesmo tempo, linear e circular, pode ser experimentado e percebido em três diferentes dimensões. A linearidade, neste tipo de “medição” do tempo, abre-o ao futuro, à contingência. Em contrapartida, o tempo interpretado de modo unicamente circular (previsível), parece sugerir a supressão da contingência.

CAPÍTULO IV

O ÍNDIO BRASILEIRO E A REVOLUÇÃO FRANCESA À LUZ DA TEORIA DE JÖRN RÜSEN

No capítulo anterior buscamos apresentar ao leitor os riscos de uma análise formalista da obra historiográfica. Sugerimos, ainda, dispor, na teoria da história de Rüsen, dos argumentos necessários para fundamentar tal afirmativa. Os argumentos aos quais nos referimos giram em torno do seguinte pressuposto filosófico: sofremos todos de uma carência estrutural, o que nos obriga sempre ir além do que somos a cada momento. Trata-se da experiência do agir e sofrer humano no tempo, na qual sofremos a ação de um tempo externo e, ao mesmo tempo, agimos nele e em relação a ele, interpretando-o. Disso resulta a transformação do tempo natural (contingente) em tempo humano (histórico).

Nesse pressuposto reside o argumento central de Rüsen no que se refere à especificidade da narrativa histórica como operação mental efetuada pela consciência histórica. De acordo com esse argumento, por possibilitarem a síntese entre experiência no tempo e intenção quanto ao tempo, as narrativas históricas participam diretamente do processo de constituição e estabilização de identidades, do qual resulta a transformação do futuro em expectativa. Essa operação promove a sensação de segurança e permanência do sujeito no fluxo do tempo resultando num “mínimo de consistência do eu”. Esta sensação de segurança é resultado do domínio (intelectual) da contingência, o qual Rüsen denomina “sentido”. Dessa forma, ao construir “sentido” sobre a

experiência, a narrativa histórica permite ao sujeito que este se perceba como resultado e continuação de ações anteriores de modo que o futuro passa a ser “realisticamente” esperado, ou, se preferir, fundamentado.

Quanto à especificidade da narrativa histórica em versão científica, a esse processo “genérico e elementar” de interpretação da experiência é acrescido o elemento “método” como princípio regulador, assentado numa racionalidade especificamente histórica, comum a toda manifestação do pensamento histórico. Como pretendemos argumentar, o trato metódico do conhecimento histórico conduz ao conhecimento histórico objetivo, não somente possível como necessário.

Contudo, esta abordagem do processo de produção do conhecimento histórico-científico fora formalizada por Rüsen em uma “matriz disciplinar” da ciência da histórica, composta de cinco elementos. Interessa-nos, neste momento, analisar a plausibilidade desta formalização colocando-a “à prova” no que diz respeito ao seu potencial de aplicabilidade. O que pretendemos nesse momento é, portanto, “aplicar” a matriz disciplinar de Rüsen.

Segundo o autor, esta formalização permite-nos não somente compreender os caminhos e processos que conduzem das perguntas históricas originalmente lançadas às hipóteses de trabalho empiricamente controláveis e capazes de fornecer “sentido”, como também a possibilidade de realizarmos o “caminho inverso”, isto é, reconstituir o trajeto realizado por um determinado historiador a partir de sua obra em estado “concluído”. Assim posto, nos dedicaremos, no que se segue, à realização deste caminho inverso. Pretendemos, especificamente, analisar a obra de Afonso Arinos de Melo Franco *O Índio Brasileiro e a Revolução Francesa – As origens brasileiras da teoria da bondade natural*. Mais precisamente, tentaremos identificar, na obra de Afonso Arinos, cada um dos cinco elementos dispostos na matriz disciplinar de Rüsen.

As razões pelas quais optou-se por analisar esta obra, e não outra, podem ser sintetizadas com base nos seguintes argumentos: a) por se tratar de um estudo significativo e, sobretudo, original sobre a cultura brasileira; b) por se tratar de uma obra escrita por um pensador com uma trajetória política e intelectual de destaque na história do Brasil, seja no plano das idéias, seja no da prática política e social efetivas; c) por ser, ainda, uma obra pouco estudada e conhecida do público brasileiro, especializado ou não.

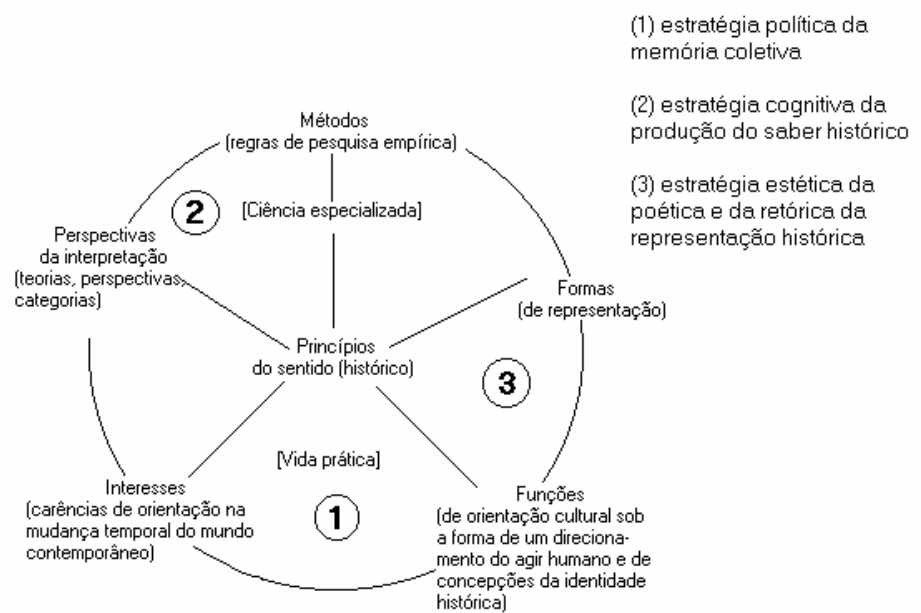
4.1 A “Matriz disciplinar” de Jörn Rüsen

Conforme aparece no capítulo 4 da *Razão Histórica*, em apêndice à edição brasileira, a matriz disciplinar da ciência histórica é constituída de cinco elementos: a) *Interesses*; b) *Perspectivas*; c) *Métodos*; c) *Formas*; d) *Funções*¹⁷³. O primeiro diz respeito às carências de orientação decorrentes da ação da contingência, as quais se configuram em interesse pelo conhecimento histórico; o segundo constitui-se de diretrizes de interpretação que se referem à experiência do passado e são fornecidas por um quadro de referências previamente dado (um horizonte de pré-compreensão); o terceiro elemento se refere às técnicas de pesquisa empírica por meio das quais a história assume o caráter de cientificidade, mediante controle e regulação de seu conteúdo empírico; o quarto elemento diz respeito às formas de representação e apresentação dos resultados da pesquisa; o quinto e último elemento assume a forma de uma direção temporal do agir humano e age diretamente na formação de identidades históricas.

Além disso, estão contidas na “rede relacional dos fatores” da matriz três dimensões da constituição histórica de sentido, a saber: 1) *estratégia política da memória coletiva*; 2) *estratégia cognitiva da produção de saber histórico*; 3) *estratégia*

¹⁷³ RÜSEN, Jörn. *Razão Histórica*, p. 164.

*estética da poética e da retórica da representação histórica*¹⁷⁴. A primeira dimensão da constituição histórica de sentido se refere à inter-relação entre as carências de orientação e as funções orientativas a serem fornecidas, como reflexão adicional, à práxis cultural; a segunda se refere à inter-relação entre as diretrizes interpretativas e os métodos de elaboração da experiência, nas formas da “pesquisa empírica” propriamente dita e das “teorias históricas”; a terceira e última dimensão diz respeito à inter-relação entre as formas de representação e as funções de orientação (estratégias poéticas e retóricas de convencimento e adesão). Todos estes elementos foram formalizados no seguinte esquema¹⁷⁵:



É, pois, a partir desta formalização que pretendemos analisar a obra *O Índio Brasileiro e a Revolução Francesa*.

¹⁷⁴ *Ibidem*.

¹⁷⁵ *Ibidem*.

4.2 Por uma “aplicação” da matriz disciplinar de Rüsen:

A realização deste “caminho inverso” do processo de produção historiográfica se apresenta tarefa difícil. Sobretudo quando se trata da pretensão de reconstituir aquele elemento configurado como “interesses”, uma vez que outros conteúdos (conscientes ou não) constituem, ao lado das carências formalizadas em perguntas intencionalmente lançadas, em interesse pelo conhecimento do passado. Nesse sentido, ao buscar reconstituir o que, no pensamento de Arinos, se apresenta como questionamentos históricos, daremos ênfase às perguntas conscientemente formuladas pelo autor em formato tipicamente intencional. Todavia, àquelas motivações intencionalmente admitidas buscaremos acrescentar algumas informações não necessariamente percebidas e/ou admitidas pelo autor, com vistas ao enriquecimento e, quiçá, maior aproximação dos fatores os quais, supostamente, impulsionaram Afonso Arinos à produção de *O Índio Brasileiro*. Por essa razão, iniciaremos pelo elemento “perspectivas” a partir do qual, acredita-se, pode-se oferecer informações de caráter abrangente e, portanto, não restritas à obra em análise, mas anteriores a ela e dela constitutivas (com a quais mantém estrita relação de dependência).

4.2.1 “Perspectivas de interpretação”

Perspectivas significam, antes de tudo, diretrizes de interpretação. Tais diretrizes resultam do direcionamento dado à interpretação, à luz de determinadas “idéias”. As idéias, por sua vez, são entendidas aqui como a suma de valores, normas, concepções e pontos de vista que determinam o agir humano. Conforme analisa Martins, “idéias são a força motriz do processo cultural que dá consistência (ou resistência, ou ambas) à

afirmação de indivíduos ou grupos na realidade histórica das sociedades.”¹⁷⁶ Entendidas como motrizes da ação, as idéias atuam, por assim dizer, como guias para a orientação do sujeito em relação aos seus objetivos de ação. Ainda segundo o autor,

*A orientação promovida por idéias encerra sempre três aspectos fundamentais no modo de lidar com a experiência histórica. Trata-se de uma forma de interpretar o passado, de sorte a explicar plausivelmente a situação presente em que se encontra o agente e a projetar um futuro compatível. Essa compatibilidade da diretriz de ação leva em conta a dupla categorização do tempo vivido: a compreensão do passado e o esclarecimento do presente.*¹⁷⁷

Contudo, pode-se dizer que o cerne ou, se preferir, o núcleo das idéias é constituído de “um fato elementar e genérico da consciência humana, localizado aquém da distinção entre os fatos do passado e as intenções interpretativas do presente voltados para eles.”¹⁷⁸ Trata-se de um ponto em que a experiência do passado e a expectativa do futuro sempre estiveram mescladas. Mais precisamente, fala-se de uma unidade intrínseca entre passado e presente que se expressa na tradição. Entendida como dado prévio do agir, a tradição é o ponto de partida do processo de constituição de sentido pela narrativa histórica. Como uma espécie de “protonarrativa” a tradição é, por conseguinte, um horizonte de pré-compreensão, uma “instituição originária” de sentido, a qual evidencia o fato de que o agir humano jamais se dá sem pressupostos. Como dito por Rösen, “em cada ponto de partida de uma ação se encontram elementos de outras ações, anteriores, de tal modo que cada ação se articula com os efeitos de ações já realizadas.”¹⁷⁹ As perspectivas são, portanto, sempre e em alguma medida resultado de concepções, valores ou pontos de vista previamente fornecidos pela tradição.

¹⁷⁶ MARTINS, Estevão C. de Rezende. *Cultura e Poder*, p.23.

¹⁷⁷ *Ibidem*.

¹⁷⁸ RÜSEN, Jörn. *Razão Histórica*, p. 73.

¹⁷⁹ *Idem*, p. 76.

Este conceito de “tradição” fornece-nos, certamente, boas chances de aproximação das idéias que conformam o pensamento de Afonso Arinos e, mais do que isso, que podem ser identificadas como características predominantes, uma vez que, de um modo ou de outro, acompanham o autor ao longo de sua trajetória como intelectual, político, memorialista e historiador.

Nesse sentido, buscando reconstituir o que poderíamos chamar de “rede de influências” atuantes na formação de Afonso Arinos, partiremos da trajetória da família Melo Franco no Brasil para, em seguida, identificar alguns elementos predominantes no seu pensamento, depreendidos de sua experiência e educação familiar. Num segundo momento, analisaremos os ecos de sua experiência educacional seja em sentido “formal”, como a vivenciada no Colégio Pedro II – onde concluiu o ensino secundário – , seja em sentido “informal”, como o curso livre com o professor Albert Sèchaye. Destacamos, desde já, um duplo “campo de força” atuante em sua formação intelectual. Trata-se dos vieses humanista e liberal predominantes no pensamento do escritor de *O Índio Brasileiro*.

A trajetória da família Melo Franco no Brasil

Tomando como referência o padrão constitutivo das elites políticas brasileiras, tal como proposto na análise de José Murilo de Carvalho, a família Melo Franco é um caso típico. A definição genérica das elites políticas no Brasil imperial como “uma ilha de letrados num mar de analfabetos”, bem como sua definição, em sentido restrito, a partir do critério de ocupação de posições formais de poder, parecem bastante ilustrativas no caso específico desta família de origem mineira, no que diz respeito

àqueles aspectos principais, neste caso¹⁸⁰: a) o considerável número de membros da família Melo Franco que possuía estudos superiores, caso raro entre pessoas não pertencentes às elites; b) a ocupação efetiva de cargos políticos formais por vários integrantes da família Melo Franco durante o Império.

Antes mesmo de proclamada a Independência do Brasil em relação a Portugal, o primeiro caso se verifica entre os Melo Franco. Assim por exemplo, Francisco de Melo Franco¹⁸¹, filho primogênito de João de Melo Franco¹⁸², em 1776 aos 19 anos, estudava Filosofia na Universidade de Coimbra.¹⁸³ Seu irmão, Joaquim de Melo Franco, filho mais novo de João de Melo Franco embora formado militar, tornou-se padre – ainda que não tenha feito os estudos eclesiásticos¹⁸⁴. Justiniano de Melo Franco, filho de

¹⁸⁰ CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem*, p. 65.

¹⁸¹ Caso interessante é o de Francisco de Melo Franco. Em novembro de 1777 estava matriculado no curso de Medicina, da Universidade de Coimbra. No mesmo ano teve os estudos interrompidos pois fora processado e condenado pelo Tribunal do Santo Ofício a quatro anos de recolhimento, acusado de heresia. Em nota importante, Afonso Arinos afirma: “A verdade é que a condenação e a pena cumprida [...] provinham [...] do apego confessado de Francisco às mais avançadas idéias políticas da época. Leitor devoto de Voltaire, Rousseau e outros autores execrados pelos bem-pensantes, admirador apaixonado das doutrinas dos enciclopedistas [...] viu-se preso [...]”. Em 1782, após sua soltura, voltou à Universidade e, em 1785, Francisco de Melo Franco “ousou lançar sobre o austero templo de sabedoria lusitana [a Universidade de Coimbra] um impacto de azedume e escárnio: o poema satírico ‘O Reino da Estupidez’”- fato este também lembrado por José Murilo de Carvalho. Francisco tornou-se médico da Real Câmara e foi secretário da Academia Real das ciências. Era, pois, um “homem de letras” e freqüentava “os melhores meios”. Saiu de Coimbra em 1786 e foi para Lisboa, onde tornou-se o médico mais conceituado da cidade. Em 1817 Dom João VI escrevia a Francisco de Melo Franco pedindo-lhe que acompanhasse ao Brasil a princesa D. Leopoldina da Áustria, noiva de D. Pedro. “Enganado pelas promessas que lhe eram feitas, Melo Franco vendeu tudo que possuía na capital portuguesa, inclusive a suntuosa casa de residência, e foi para Livorno buscar a futura soberana, a quem acompanhou até o Brasil”. Não recebendo indenização alguma “viu-se Melo Franco subitamente às portas da miséria” *Idem*, p. 106-110.

¹⁸² “[...] natural da freguesia de Nossa Senhora da Purificação, lugar de Bucelas, patriarcado de Lisboa [...] João de Melo Franco residia já em 1757 em Paracatu, lugar onde enriqueceu com a mineração e criação de gado. “Foi ‘homem bom’ do distrito, o que significava ter o seu nome inscrito nos ‘livros da nobreza’ da Câmara, com todos os deveres e privilégios que esta situação implicava, inclusive o de participar da governança da terra, através do direito eleitoral ativo e passivo.” *Idem*, p. 103.

¹⁸³ Conforme analisa José Murilo de Carvalho, o ensino superior esteve concentrado, até a Independência, na Universidade de Coimbra, uma vez que foi “política sistemática do governo português nunca permitir a instalação de estabelecimentos de ensino superior nas colônias”. *op.Cit.*, p. 65.

¹⁸⁴ Joaquim era o que antigamente chamava em Olinda, “os padres de rede”, isto é, “os padres que se demoravam no seminário apenas o tempo necessário para dormir na rede” e, ao que tudo indica Joaquim de Melo Franco foi eleito padre por ato administrativo do Bispo de Olinda Vale notar que “com o correr do tempo, tornou-se Joaquim de Melo Franco a maior influência política da região”. *In: FRANCO, Afonso Arinos de Melo, op.Cit.* p. 115-116.

Francisco de Melo Franco formou-se médico¹⁸⁵. Além de Justiniano, Francisco de Melo Franco teve outro filho, o qual levara o mesmo nome do pai. O segundo Francisco fora “cadete de um regimento de linha, na capitania de Minas Gerais” e elegeu-se deputado geral nos anos de 1854-1855 e 1856¹⁸⁶.

Filho de Joaquim, Manuel de Melo Franco realizou seu curso de Medicina na Europa, concluindo-o em 1839 e, em 1842, foi eleito deputado pelo partido liberal¹⁸⁷. Irmão de Manuel, Bernardo de Melo Franco também se formou em Medicina, chegando a concluir seu doutorado, na Itália. Ao retornar para Paracatu, Bernardo tornou-se chefe do Partido Liberal e, entre 1870-1873 e 1877-1880 foi vereador (Câmara Municipal)¹⁸⁸.

Filho do tenente José Martins Ferreira¹⁸⁹ e D. Antônia de Melo Franco – filha única de Joaquim – Virgílio de Melo Franco nasceu em Paracatu em 1839. Avô do escritor de *O Índio Brasileiro e a Revolução Francesa*, Virgílio de Melo Franco fez seus estudos iniciais em Paracatu, já elevada a cidade, seguindo para Ouro Preto onde concluiu seus estudos na Escola de Farmácia (primeiro instituto de ensino superior da província)¹⁹⁰. Em 1867 casou-se com Ana Leopoldina Pinto da Fonseca¹⁹¹. Em 1872

¹⁸⁵ Conforme nos informa Afonso Arinos, Justiniano, ao que parece, “era partidário do príncipe e hostil às cortes de Lisboa. Parecia também um entusiasta de José Bonifácio, o amigo de seu pai” Prova dessa “herança” da tradição liberal de seu pai é, diz-nos Arinos, o fato de em 1830 ter asilado em sua casa o jornalista Líbero Badaró. *Idem*, p. 112.

¹⁸⁶ *Idem*, p. 113.

¹⁸⁷ “De regresso a Paracatu o Dr. Manuel ali exerceu a clínica durante algum tempo, tendo logo se iniciado na vida política, integrando com o pai e os irmãos as hostes do partido liberal [...] Em 1842 foi eleito pelo partido liberal deputado à Assembléia Provincial.” *Idem*, p. 119.

¹⁸⁸ “Verificou-se, assim, com Manuel, Bernardo e Francisco de Melo Franco o fato raro de três irmãos terem assento na Câmara do Império.” *Idem*, p. 127.

¹⁸⁹ José Martins Ferreira “[...] descendia do mineiro José Martins Ferreira que, nos tempos da mineração, fora dos fundadores do arraial da Lagoa de Santo Antônio, a duas léguas de Paracatu. Este arraial setecentista chegou a ser o mais próspero de todos os que brotaram do solo aurífero naquelas léguas em torno. [...] Em Lagoa de Santo Antônio os Martins Ferreira, como outras ricas famílias de mineradores locais, davam grandes festas da igreja, onde o ouro brilhava nos altares e nas gaforinhas das negras.” *Idem*, p. 128.

¹⁹⁰ O fato de Virgílio de Melo Franco não ter realizados seus estudos superiores no exterior parece ser justificado por Afonso Arinos na seguinte passagem: “Os recursos paternos não eram muito grandes. Diminuíra bastante a opulência dos antepassados, não só pelo desaparecimento da mineração, como pelas lutas políticas em que a família da mãe se vinha empenhando no município, desde a Independência, com exceção dos rápidos interregnos de domínio liberal, lutas sempre travadas na oposição. E oposição nunca deixou, no Brasil, de significar sacrifício de posições e perda de dinheiro.” *Idem*, p. 127.

Virgílio foi enviado como juiz municipal para Bagagem, “[...] hoje cidade de Estrela do Sul, nome tirado ao célebre diamante ali encontrado, o qual [...] pertenceu a Manuel de Melo Franco e a dois de seus irmãos[...]

¹⁹². Virgílio foi removido para a comarca de Patrocínio e por decreto de 1876 foi promovido a juiz de direito na comarca de Palma, província de Goiás, onde ficou por pouco tempo¹⁹³. Em 1891, ano no qual “[...] tinha sido realizado no Estado de Minas a eleição para o primeiro Congresso Legislativo republicano”, Virgílio foi eleito senador.

Filhos de Virgílio de Melo Franco, Afrânio e Afonso Arinos de Melo Franco seguiram caminhos diferentes um do outro. O primeiro Afonso Arinos¹⁹⁴ enredou-se pelos caminhos das letras, ao passo que Afrânio¹⁹⁵ seguiu os da política. Afrânio de Melo Franco, a quem Afonso Arinos (seu filho) dedicou uma extensa biografia, completara seus estudos preparatórios em 1886 e em 1887 estava matriculado na Faculdade de Direito de São Paulo. A vida pública de Afrânio de Melo Franco se iniciara com o exercício da promotoria de Ouro Preto, em 1890, ainda estudante de

¹⁹¹ “Ana Leopoldina pertencia a velhas estirpes mineiras, que vinham da era colonial. Seu pai era filho do Dr. João Crisóstomo Pinto da Fonseca, português do Porto, bacharel coimbrão, juiz de fora em Sabará e Pitangui, depois ouvidor em Goiás. Abandonando a toga fixou-se após a Independência como advogado em São João del Rei. Era ele parente do famoso negociante de escravos, Manuel Pinto da Fonseca.” *Idem*, p. 132.

¹⁹² *Idem*, p. 135.

¹⁹³ “De Paracatu seguiu para a pobre vila sertaneja, onde deveria ter jurisdição. Muito pouco se demorou na Palma, pois já a 15 de dezembro do mesmo ano era, por decreto, removido para a comarca do Rio Maranhão, na mesma província de Goiás. [...] Dando-se uma vaga no Tribunal da Relação da capital, Virgílio foi chamado a provê-la, como juiz sediado em comarca mais próxima. E em Goiás serviu cerca de um ano. Encontrava-se na Relação de Goiás quando foi novamente eleito para a Assembléia provincial de Minas, na legislatura de 1878-1879. Serviu nela menos de um ano, pois em fins de 1878 era eleito para a Câmara do Império, como representante do partido Liberal [...]” *Idem*, p. 135-136.

¹⁹⁴ “Naquelas vésperas da República era monarquista, como monarquista continuou a ser, até o fim da vida. Atitude mental bastante romântica, talvez mais sentimental do que racional, e que, se não denotava inteligência política nem compreensão das realidades históricas [...] No momento em que todos os moços naturalmente se voltavam para o futuro, que era a República, aquele jovem tradicionalista, amoroso do sertão colonial e imperial, virava as costas a um destino republicano provavelmente fácil e se firmava numa convicção doutrinária de contra-corrente.” *Idem*, p. 165.

¹⁹⁵ “Afrânio, bem diferente do irmão, era muito mais jurista e político do que escritor. Escreveu, é certo, versos de mocidade e tentou a sério a crítica literária. Mas isto foram aventuras sem conseqüências. Sua orientação mental foi desde cedo confinada exclusivamente pelo espaço compreendido entre estas duas linhas paralelas: o direito e a política. Desde estudante ele se anunciava o futuro estadista republicano, o homem cuja grande lição na vida nacional e internacional será sempre o equilíbrio verdadeiramente clássico que soube manter entre o estudo aprofundado do direito e a atuação ponderada na política.” *Ibidem*.

Direito. Em 1893 casara-se com Sílvia Alvim, filha de Cesário Alvim. Em março de 1895, fora nomeado procurador seccional da República no Estado de Minas Gerais¹⁹⁶. “Tendo sido concedida a exoneração do Ministério Público federal, Afrânio foi nomeado em princípios de 1896 secretário da legação do Brasil no Uruguai.”¹⁹⁷ Importa, ainda, ressaltar um fato importante na vida de Afrânio de Melo Franco que, como veremos mais adiante, mostra-se de extrema importância para a formação de Afonso Arinos. Trata-se da indicação, em 1927, para representante do Brasil na Liga das Nações em Genebra.

Afonso Arinos de Melo Franco: um jovem liberal humanista

A história da família Melo Franco imprimiu, é certo, traços profundos no pensamento e comportamento de Afonso Arinos de Melo Franco. Não pretendemos, com isso, afirmar que a vida do intelectual, político, historiador e memorialista tenha sido determinada por uma origem “nobiliárquica”. Sobre este ponto o próprio Arinos se preocupou em se defender de acusações, a seu ver, injustas¹⁹⁸. Interessa-nos, isto sim, evidenciar o fato de que as origens da família Melo Franco no Brasil obedecem àqueles princípios traçados por José Murilo de Carvalho, no que se refere à formação da elite política no Brasil imperial. Podemos dizer que o pertencimento de Arinos a essa

¹⁹⁶ *Idem*, p. 250.

¹⁹⁷ *Idem*, p. 252.

¹⁹⁸ “A pesquisa genealógica, se feita aqui com preocupação nobiliárquica ou aristocrática, parece-me a mim tão ridícula como àqueles críticos que às vezes me acusam, neste particular, injustamente. Não pode haver orgulho linhagista em quem está certo de que, salvas duas ou três exceções, nenhuma família brasileira, além da imperial, descende comprovadamente de fidalgos europeus. [...] quando escrevo que nasci de um casal de ilustre progênie, sei que estou enunciando uma verdade de genealogia brasileira, verdade relativa, sociológica e não nobiliárquica. Velha gente, povo há mais tempo do que a gente nova.”
In: FRANCO, Afonso Arinos de Melo. Alma do Tempo. p. 7-8.

tradição definiu, é certo, o que poderíamos identificar como o “núcleo” de suas idéias, no sentido mencionado anteriormente.

Exemplo disso, a intelectualidade, as letras e a política apresentaram-se constantes na vida de Arinos, desde a infância. Descendente de gerações de políticos, intelectuais, literatos, Afonso Arinos dará àquelas continuidade. Assim, por exemplo, diz-nos Arinos:

*Nas casas de meu avô e do meu pai, ambas espaçosas [...], uma situada no início, outra no fim da Avenida da Liberdade, habituei-me, desde muito pequeno, a ver transitarem os homens cujos nomes já eram, ou se tornaram, depois, conhecidos em Minas, e vários deles famosos no país. Meus padrinhos de batismo foram o Presidente do Estado, Francisco Sales, e a esposa.*¹⁹⁹

Ainda segundo Arinos:

*[A família Melo Franco] era, autenticamente, uma família senhoril; de senhores mineiros, bem entendido, modestos, sem luxos nem riquezas, mas senhores. Isto é, gente simples mas ativa, incapaz de sofrer qualquer humilhação para subir na vida. O que os diferenciava, talvez, de outros grupos familiares no mesmo gênero, existentes no Estado, era a ininterrupta tradição intelectual que fazia da literatura na nossa casa, uma coisa comum, uma conversa de todo dia. A literatura nos acompanhava desde a Colônia.*²⁰⁰

Além disso, vê-se repetir com Afonso Arinos práticas tão comuns às famílias abastadas do Império. A efeito de exemplo, vejamos o que diz José Murilo acerca de um certo destino comum aos filhos das elites:

Os filhos de famílias de recursos, que podiam aspirar a uma educação superior, iniciavam a formação com tutores particulares, passavam depois por algum liceu, seminário ou, preferencialmente, pelo Pedro II

¹⁹⁹ *Idem*, p. 20.

²⁰⁰ *Idem*, p. 22

*e, afinal iam para a Europa ou escolhiam entre as quatro escolas de Direito e Medicina.*²⁰¹

Fato que se vê ocorrer com Afonso Arinos, “filho da República”. Nascido em 1905, após o período durante o qual, com irmã Amelinha, Arinos foi “discípulo” de Nenen Nogueira da Gama²⁰² - sua “primeira professora, de fato”²⁰³, continuou seus estudos primários em colégios “marcantes”, como é o caso do Colégio Brasileiro²⁰⁴ e do Colégio Melo e Sousa²⁰⁵, no Rio de Janeiro. Concluído o ensino primário, Afonso Arinos ingressou no Colégio Pedro II, em 1917. Neste colégio – que, durante muito tempo, exerceu influência marcante sobre todos os colégios brasileiros de ensino secundário – concluiu seus estudos preparatórios²⁰⁶. A educação de Arinos nesta

²⁰¹ CARVALHO, José Murilo de. *op. Cit.* p. 77

²⁰² “Amelinha e eu, apesar de seus discípulos, não lhe dispensávamos o tratamento de ‘professora’ ou ‘senhora’. Nós lhe dizíamos ‘Nenen’ e ‘você’, imitando, provavelmente, o que ouvíamos de nossa mãe. Este pormenor mostra o grau de tépida e agradável franqueza existente no acolhimento que recebíamos na ‘escola’. Mas não havia, propriamente, intimidade com Nenen, a quem respeitávamos rigorosamente. [...] Era, assim, ao mesmo tempo, mestra e companheira; instruía, educava e orientava.” *Idem*, p. 44.

²⁰³ “Foi com Nenen Nogueira da Gama, entre 1911 e 1912, que aprendi a ler com desembaraço e a traçar as letras da escrita sem maiores dificuldades”. *Idem*, p. 49.

²⁰⁴ “No Colégio Brasileiro tive o meu primeiro choque com a vulgaridade da vida. As conversas obscenas, a sabujice do Correia ‘Coalhada’, a avreza do Perez, sempre discutindo gastos e reclamando contas [...] o padrão reles do ensino ministrado, tudo ali me repugnava. [...] No Colégio Melo e Sousa fiquei até entrar para o Pedro II. Tão boa recordação conservei dos seus métodos de ensino que nele fiz educar os meus dois filhos, desde o curso primário até o clássico, e só tenho a me felicitar por lhes ter proporcionado ambiente semelhante ao que conheci.” *Idem*, p. 52 e 58.

²⁰⁵ “Os Melo e Sousa vinham de São Paulo, da cidade de Querluz [...] O fato é que a família possuía não somente a vocação do ensino, mas preparo pedagógico, o que tornava a atmosfera do Colégio uma fonte perene de satisfação moral e de entusiasmo intelectual para os alunos.” *Idem*, p. 56-57.

²⁰⁶ “Através dos anos, os programas de ensino do Colégio exerceram influência, ainda que de forma indireta, sobre as escolas secundárias existentes nos meados do século XIX e as que surgiram em número crescente até o final do Império e inclusive nos primeiros anos da República. Com a chegada da Corte Portuguesa ao Brasil, foram criados cursos de nível superior nas áreas de Medicina e Engenharia e, posteriormente, na de Direito. A partir de 1838, o Colégio de Pedro II passou a desempenhar o importante papel de preparar os alunos para entrar nessas instituições. O grau de bacharel por ele conferido dava ao aluno o direito de ingressar em qualquer curso superior do Império sem prestar novos exames. O currículo era um mecanismo utilizado na tentativa de conciliar os interesses do ensino superior e os objetivos próprios do ensino secundário. Os demais colégios eram incentivados a adequar os seus currículos e programas aos do Colégio de Pedro II, principalmente a partir de 1854, quando os exames preparatórios passaram a ser realizados em conformidade com os programas daquela instituição. A lógica exigia, portanto, a adoção ou emulação desses programas pelos colégios provinciais ou particulares. No período republicano a influência do Colégio se fazia sentir de forma direta. Através do sistema de equiparação, os colégios públicos ou particulares que desejassem ter os privilégios do Colégio Pedro II deveriam adotar currículos e programas iguais ou semelhantes aos do mesmo e submeter-se à fiscalização do poder central. Pretendia-se, dessa forma, a melhoria da qualidade do ensino secundário pela padronização e

instituição irá imprimir-lhe aquele traço humanista comumente lembrado quando se trata de analisar seu pensamento, produção bibliográfica e atuação política. A este “campo de força” voltaremos mais adiante. Gostaríamos, antes, de mencionar parte da grade curricular sob a qual dera-se a educação ginásial de Arinos.

Compunham o quadro de ensino, ao longo de todo o período em que Afonso Arinos esteve matriculado no Colégio Pedro II, dentre outros, os cursos de Português, Francês, Italiano, Espanhol, Latim, Filosofia, Lógica e História da Filosofia, Psicologia, Estética, Ética, História Natural, História e Geografia, para citar apenas as disciplinas referentes às “humanidades”²⁰⁷. O estudo de autores clássicos do pensamento ocidental foi uma constante em sua educação naquela instituição. Assim, por exemplo, destacam-se Tales, Anaximandro, Anaxímenes, Heráclito, Parmênides, Demócrito, Sócrates, Aristóteles, Platão, Sêneca, Marco Aurélio, dentre os filósofos antigos; São Boaventura e Santo Tomás de Aquino, dentre os maiores representantes da filosofia escolástica; Bacon, Hume, Descartes, Spinoza, Leibniz, Spencer, Nietzsche, Kant, Fichte, Hegel, Schopenhauer, dentre os filósofos modernos²⁰⁸.

Quanto à qualidade do ensino e dos professores Afonso Arinos escreveu:

*Revendo o curso que fiz, do princípio ao fim, posso oferecer um punhado de notáveis professores, alguns pelo seu alto saber, outros pelas qualidades pedagógicas, ainda outros pelas duas coisas. Foram meus mestres: Badaró, de Latim; Silva Ramos, de Português; João Ribeiro, de História; Floriano de Brito, de Francês; Lafayette Rodrigues Pereira, de História Natural; Antenor Nascentes, de Espanhol; Honório Silvestre, de Geografia; Filadelfo Azevedo, de Lógica e Psicologia.*²⁰⁹

funcionamento dos colégios em todo o país”. In: *Programa de Ensino da Escola Secundária Brasileira: 1850-1951*, (Introdução).

²⁰⁷ De 1841 a 1951 o Colégio Pedro II assistiu, em média, a dez processos de reforma educacional. Afonso Arinos foi educado com base no programa de 1915, o qual permanecera o mesmo até 1925. *Ibidem*.

²⁰⁸ *Ibidem*.

²⁰⁹ FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *Alma do Tempo*. p. 64

Em 1922, aos dezesseis anos, Arinos prestava exames vestibulares para a Faculdade de Direito. Neste mesmo ano, após concluir que naquele tempo “não havia quase direito nas Faculdades de Direito, e ainda não havia comunismo nem fascismo, de maneira perceptiva [restando, pois,] a literatura”, a ela Afonso Arinos se entregou²¹⁰. Nesse momento Arinos se entrega, mais precisamente, embora “sem atuação marcante”, ao Movimento Modernista²¹¹. Aos dezenove anos, em 1924, Afonso Arinos integrava o grupo de escritores e organizadores da revista modernista e carioca *Estética*, que surgira após o desaparecimento da *Klaxon*. Resultado de “um sonho da adolescência, longamente acariciado na imaginação [e que] começou a concretizar-se muito burguesamente por uma decisão de poupança” a revista *Estética* contava com Prudente de Moraes, neto e Sérgio Buarque de Holanda na direção e administração²¹². Afonso Arinos publicara, em dois dos três únicos volumes da revista – números 1 e 3, os poemas “Paisagem de Brinquedo” e “Copacabana”.

Deste processo de formação intelectual de Afonso Arinos, anterior à sua inserção na vida política, não podemos nos esquecer do período em que estivera internado num sanatório em Genebra. Data de 1927 a indicação de Afrânio de Melo Franco como representante do Brasil na Liga das Nações. Neste momento, com a saúde fragilizada, Arinos interrompeu seus estudos no Brasil e, acompanhando seu pai, permaneceu por cerca de dois anos na Suíça. Não interessado em “seguir, ali, nenhum curso profissional, [procurou] ampliar a base [de sua] formação literária, realizando, com um professor da Universidade local, estudos críticos de certos autores clássicos

²¹⁰ *Idem*, p.80.

²¹¹ “Depois da Semana, já na Faculdade, onde reencontrei Prudente e travei relações [...] com Sérgio Buarque de Holanda e Maurício Wellisch, é que comecei a me informar melhor sobre a agitação que vinha ocorrendo nos meios intelectuais. Logo me vinculei a ela, de corpo e alma.” *Idem*, p. 94.

²¹² “Vida da Estética e não estética da vida” *In: Estética: 1924/1925*, edição facsimilada; apresentação por Pedro Dantas. Rio de Janeiro, Gernasa, 1974, p. VII. Seção de periódicos da Biblioteca Nacional/RJ.

franceses [...].”²¹³ Sob orientação do Professor Sèchaye, Afonso Arinos participou de uma série de aulas sobre os moralistas. Este curso “livre” “começou com Epitecto, passou por Esopo, veio depois a Montaigne, Pascal, La Fontaine” ²¹⁴. Este curso, conforme afirma o próprio Arinos, fora de extrema importância para sua formação intelectual. ²¹⁵ Contudo, “as reflexões surgidas por ocasião das aulas do professor Sèchaye só vieram a frutificar mais tarde em trabalho lento de coleta de material, em princípios de 1931 [...]”²¹⁶ Fora justamente durante este curso que Afonso Arinos vira despertado “seu antigo gosto pelo estudo das humanidades, que se iniciara no Colégio Pedro II.” ²¹⁷

Com base em tais experiências podemos, agora, compreender aquele duplo “campo de força” atuante em sua formação, o qual sugerimos anteriormente. Referimo-nos aos vieses humanista e liberal presentes em seu pensamento. O traço humanista do pensamento de Arinos pode ser identificado a partir de duas evidências. Em primeiro lugar, trata-se da redescoberta de pensadores humanistas a partir dos quais “Arinos cultivou a admiração pelos antigos e o consequente respeito pelo legado do passado.”

²¹⁸ Traço característico do humanismo renascentista, o interesse pelo estudo de autores clássicos manifesta-se em Afonso Arinos. E, ao lado deste interesse, a preocupação em transformar a teoria em praxe de vida, isto é, em extrapolar os limites da contemplação do mundo, visando, em verdade, sua transformação, mostram-se traços não menos

²¹³ FRANCO, Afonso Arinos de Melo, “Prefácio à primeira Edição” *In: O Índio Brasileiro e a Revolução Francesa – A Origem Brasileira da Teoria da Bondade Natural*. Topbooks, 2000, p. 17.

²¹⁴ FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *Alma do Tempo*, p. 126.

²¹⁵ “[...] fizemos uma estação demorada em um livro que se abriu, de repente, para mim, como um novo mundo: *Os Ensaíos*, de Miguel, Senhor de Montaigne. O livro e o autor passaram, desde então, a figurar, com interesse capital, em toda a posterior evolução do meu espírito e da minha cultura”. *Ibidem*.

²¹⁶ FILHO, Alberto Venâncio. “Introdução” *In: O Índio Brasileiro e a Revolução Francesa – As Origens Brasileiras da Teoria da Bondade Natural*, 2000.

²¹⁷CAVALCANTE, Berenice, *Passaporte para o Futuro: Afonso Arinos de Melo Franco, um ensaísta da República*, p. 51.

²¹⁸ *Idem*, p. 55.

marcantes do comportamento de Arinos.²¹⁹ Em verdade, tal posicionamento é uma característica marcante de sua trajetória. Talvez isso explique o, ao menos aparente, conflito entre a prática literária e a atuação política, sugerido por Afonso Arinos. Talvez tenhamos, assim, uma explicação para o fato de, embora sentir-se mais à vontade em sua escrivania do que no plenário, Afonso Arinos ter insistido na carreira política. Este argumento foi bem desenvolvido por Berenice Cavalcante em obra já citada. Segundo a autora,

*Em seus pronunciamentos no Parlamento e nos pareceres que redigiu nas várias comissões das quais participou, Arinos aliava a precisão técnica à beleza do texto. A esta preocupação estética soma-se a inclusão, integral ou parcial, de seus pronunciamentos políticos no corpo do texto de suas memórias. Estas são observações iniciais que já indicam que o literato e o político compunham faces de uma mesma moeda e que, **mal gré lui**, nele vocação e missão tornavam-se indissociáveis.*²²⁰

Em outra ocasião, afirma Cavalcante ser o “apego aos valores da tradição clássica [...] vértice e inspiração constante do intelectual e político Afonso Arinos”²²¹. Ainda segundo a autora, esta característica deve-se ao fato de Arinos seguir o ensinamento dos escritores humanistas do Renascimento e do neo-classicismo francês.²²² Influência que se verifica pelo entendimento de Arinos de um tempo no qual presente e futuro poderiam ser pensados “com o olhar voltado para um passado exemplar.”²²³

Entretanto, como bem nos mostra Berenice Cavalcante, a forte inclinação de Afonso Arinos à cultura clássica não se apresenta como mera cópia de um modelo de

²¹⁹ NOGARE, Pedro Dalle. *Humanismos e Anti-Humanismos: Introdução à Antropologia Filosófica*, p. 16.

²²⁰ CAVALCANTE, Berenice, *op. Cit.*, p. 57.

²²¹ CAVALCANTE, Berenice. *A retórica de um liberal: em torno dos escritos de Afonso Arinos de Melo Franco*, p. 423.

²²² *Ibidem*.

²²³ *Ibidem*.

pensamento, mas sim “como uma inspiração em busca de um aperfeiçoamento.”²²⁴ Tal característica imprime em Arinos, usando a expressão da autora, uma tendência “moderna de molde clássica”²²⁵. O que há, contudo, de “moderno” no pensamento de Afonso Arinos? A resposta a essa pergunta parece ser encontrada naquele traço liberal, ao qual nos referimos como um desses “campos de força”.

Esse traço moderno de Arinos resulta, em verdade, do deslocamento do paradigma da antiguidade clássica e aproximação do ideário liberal setecentista. Entretanto, este ideário se apresenta em Arinos de um modo específico. Como afirma Cavalcante,

*Para sua argumentação, a importância do liberalismo do século XVIII adquire outro significado por permitir-lhe reafirmar o ponto de vista que reconhece o primado das idéias – e não dos movimentos sociais – na promoção das mudanças históricas. Para Arinos, é no plano do pensamento e da formulação de novas idéias que se realiza o progresso e surgem as inovações.*²²⁶

A supremacia das idéias, como elementos de transformação histórica, apresenta-se como chave para a compreensão do pensamento de Afonso Arinos de Melo Franco. O traço liberal em seu pensamento condiz, pois, com o ideal de uma sociedade harmonizada pela Lei, “pelos princípios constitucionais, escudo e arma contra tiranos, déspotas e radicais”²²⁷. Por essa razão Arinos tanto se encantara pelo método de ensino da Universidade de Genebra onde se dispunha de disciplinas não aplicadas diretamente à profissão profissional. E, do mesmo modo, tão nobre parece ser o caráter “senhoril” da

²²⁴ CAVALCANTE, Berenice. *Passaporte para o futuro: Afonso Arinos de Melo Franco, um ensaísta da República*, p. 55.

²²⁵ *Ibidem*.

²²⁶ CAVALCANTE, Berenice. *A retórica de um liberal: em torno dos escritos de Afonso Arinos de Melo Franco*, p. 426.

²²⁷ *Idem*, p. 427.

Família Melo Franco, justificado, dentre outras razões, pela presença ininterrupta das letras naquele círculo familiar.

O índio brasileiro entre a Revolução Francesa e a Identidade Nacional

Em 1936 Afonso Arinos assume a cadeira de “Civilização Brasileira” da Universidade do Distrito Federal.²²⁸ Data do mesmo ano a publicação de *Conceito de Civilização Brasileira* e, em ano posterior, é publicado *O Índio Brasileiro e a Revolução Francesa*. Tais acontecimentos estão interligados por um interesse e preocupação comuns, isto é, o estudo de temas históricos e culturais, mais precisamente, o estudo da cultura brasileira. Em contraposição aos estudos de “História do Brasil”, os quais operam por “reunião de factos passados, mas feita sem proposito organico, sem visada synthetica, sem orientação philosophica”, pretendia transformar aquele “deposito de matérias primas” em uma “estrutura lógica” de modo a permitir não só uma explicação do passado, mas, sobretudo uma indicação de futuro, “eis a passagem da História do Brasil para o que chamaremos de Civilização Brasileira.”²²⁹

Em *O Índio Brasileiro* pode-se perceber, com certa clareza, a idéia ou “imagem” que Afonso Arinos tem do “nosso índio brasileiro”, bem como do lugar a ele reservado, pelo autor, na cultura brasileira. Entretanto, devemos buscar em *Conceito de Civilização Brasileira* as idéias e noções mais abrangentes, referentes ao processo de constituição desta cultura, ou melhor, desta “civilização”. Trata-se, em verdade, de (re)compôr o quadro histórico traçado por Arinos, com relação à formação de nossa civilização brasileira.

²²⁸ FILHO, Alberto Venâncio. “Introdução” In: *O Índio Brasileiro e a Revolução Francesa – As Origens Brasileiras da Teoria da Bondade Natural*, 2000.

²²⁹ FANCO, Afonso Arinos de Melo. *Conceito de Civilização Brasileira*, p. 19.

O primeiro indício parece ser encontrado na diferenciação operada por Afonso Arinos entre cultura e civilização. Assenta-se nesta diferença o elemento norteador das reflexões que se verão realizar em ambas as obras mencionadas. Dela resulta a afirmação de que a civilização brasileira é resultado do choque entre duas *culturas* e uma *civilização*.²³⁰

Contrário à idéia de civilização como equivalente a refinamento, civilização significa, “lançando mão da sugestiva expressão [...] marxista”, isto sim, “as super-estruturas aparentes, que resultam da elaboração invisível, profunda e causal das culturas.”²³¹ Trata-se, pois, da apropriação (consciente) e aproveitamento da cultura. Cultura, em contrapartida, significa uma espécie de configuração da vida assentada na crença comum em uma determinada hierarquia de valores. Vê-se delinear, nesse momento, elementos precisos a partir dos quais Afonso Arinos constrói seu “conceito de civilização brasileira”. Trata-se, antes de tudo, da diferenciação entre “valores vitais” e “valores culturais”.

Se, por um lado, no processo cultural a submissão do homem ao mundo é dada pela “revelação e conhecimento” deste, por outro, o processo civilizador opera pelo “aproveitamento do mundo”. A diferença de grau entre ambos os processos se percebe quando são associados, no primeiro caso, *cultura* a *primitivismo* – isto é, a primeira atitude coletiva imposta pelo meio social – e, no segundo caso, *civilização* a *organização* – ou seja, uma espécie de revelação dos fatos da vida psicológica, dispostos de modo “subconsciente” na coletividade.²³² Nesse sentido, a referência de Arinos à cultura remete à compreensão dos processos elementares de domínio subjetivo

²³⁰ “Penso que devemos, no exame da formação brasileira, manter permanentemente na lembrança, formando como que uma base geral do trabalho, a idéia fundamental de que o Brasil foi teatro historico de um grande choque entre *duas culturas* e *uma civilização*.” *Idem*, p. 114.

²³¹ *Idem*, p. 23.

²³² *Idem*, p. 30.

do homem, ao passo que, civilização indica uma espécie de apropriação consciente dos elementos presentes na cultura. Por conseguinte, conclui Arinos,

*A característica diferencial que separa o processo cultural do processo civilizador é que o primeiro tende para aquilo que creio podermos chamar a “naturalização do homem”, enquanto o segundo realisa precisamente o inverso, isto é: a “humanização da natureza”.*²³³

Com base nesta diferenciação dispomos do pressuposto-base de sua argumentação, qual seja: a civilização brasileira é resultado do choque das *culturas* africana e indígena, e da *civilização* europeia. Como cultura é entendida por Arinos como pré-condição para o *desenvolvimento* da civilização, esta segunda localiza-se, necessariamente, em estágio posterior e superior em relação à primeira.²³⁴ Tem-se, assim, no pressuposto de Afonso Arinos, uma idéia de progresso que lhe é inerente.²³⁵ De imediato, portanto, ambas as *culturas* são compreendidas como “primitivas”, no sentido mencionado e, em contrapartida, a *civilização* europeia é associada à capacidade, ou melhor, ao desenvolvimento técnico, próprio às “culturas superiores”.²³⁶

Nada melhor para ilustrar tal concepção que a metáfora do “triângulo retângulo” utilizada por Afonso Arinos para representar a “superfície geométrica” da civilização brasileira. Esta é “cercada por tres linhas de tamanho diferente.”²³⁷ Neste caso, o triângulo retângulo teria “como cateto menor a linha india, como cateto maior a linha

²³³ *Idem*, p. 29.

²³⁴ “Não consigo apprehender bem como se possa conceber a precedência da civilização [...] sobre a cultura [...] A prática não pode preceder a theoria, como a vontade não pode preceder a idea, como a acção voluntaria não pode preceder a consciencia do acto.” *Idem*, p. 38.

²³⁵ “Nas culturas primitivas, a compreensão (experiencia e interpretação) do mundo interior é quasi nenhuma. O homem selvagem não se debruça sobre si mesmo. Não indaga dos seus propios sentimentos, nem das suas necessidades ethicas ou intellectuaes.” *Idem*, p. 58.

²³⁶ “A cada cultura corresponde a sua civilização, porque a segunda é que projeta a consciência espiritual da vida social, elaborada pela primeira, nas realizações materiais exigidas pelas necessidades egoísticas do homem, que vive em sociedade”. *Idem*, p. 37. Ou ainda, “A cada cultura corresponde uma civilização, e esta encontra, sempre, naquella, a sua força propulsora.” *Idem*, p. 42.

²³⁷ *Idem*, p. 72.

africana, e como hypotenusa a linha européa”.²³⁸ Embora não se possa, a partir do conhecimento dos dois catetos, calcular o “nosso triângulo”, parece evidente o lugar ocupado, linha por linha, das três dispostas nesta superfície geométrica. Como afirma Arinos, a influência da cultura indígena na formação da civilização brasileira “não foi tão pequena quanto se chegou a suppor [...] É verdade que ella foi logo suplantada pelo negro, desde o segundo seculo da colonisação, mas isto não significa que não tenha existido, nem se tenha feito sentir nitidamente.”²³⁹ De todo modo, se apresenta, dentre as linhas que formam o “nosso triângulo”, como a de influência menor, seguida da influência negra e, em escala preponderante, da influência européia (sobretudo portuguesa).

Esta escala de influências pode ser percebida de modo mais claro quando são identificadas, respectivamente, as “heranças” da civilização européia e os “resíduos” das culturas africana e índia, na formação da civilização brasileira.²⁴⁰ Ao passo que estas culturas ocupam um estágio primitivo de conhecimento do mundo, a civilização européia representa o elemento técnico (sem ser utilitarista) típico das sociedades superiores. Semelhantemente à análise do uruguaio José Enrique Rodó, a cultura índia representaria a personagem shakesperiana Caliban, ao passo que a civilização lusa representaria a figura de Ariel. Ao contrário do que se poderia supor, a civilização lusa não corresponde à figura de Próspero, o conquistador e colonizador, mas, antes, à figura de Ariel, sinônimo de intelectualidade, cultura, espírito e interpretação.²⁴¹ Assim, índios e negros são entendidos como “agentes étnicos cooperadores” na formação da cultura

²³⁸ *Ibidem*.

²³⁹ *Idem*, p. 73.

²⁴⁰ “A civilização brasileira, nos traços característicos e diferenciados que já, hoje, nella podemos distinguir, é o resultado do encontro dessas forças, no qual, ao mesmo tempo que uma (a civilização lusa), submettia e esmagava as outras duas (as culturas afro-índias), deixava-se influir por ellas, assimilando muitos dos seus elementos, que passaram a figurar como sobrevivências modificadoras. [...] de um modo geral, pode-se admitir que a civilização branca tenha, immediatamente, esmagado e incorporado ao seu rythmo as timidas affirmações das civilizações negra e india.” *Idem*, p. 114-115.

²⁴¹ RODÓ, José Enrique. *Ariel*, p. 10..

brasileira, ao passo que destaca-se, neste processo, a atuação da civilização lusa²⁴². Como veremos, a figura do “índio pelado”, primitivo, incivilizado – determinante para a formulação da teoria da bondade natural, de Rousseau – é, certamente, “o nosso índio brasileiro”, ao qual Arinos se refere, nos mesmos moldes.

4.2.2 “Interesses”

A explicação de determinadas ações por meio da identificação e interpretação de suas motivações, embora incapaz de oferecer, sozinha, uma explicação histórica plausível, nos permite detectar alguns elementos importantes, no quadro geral da interpretação histórica. Neste caso, como se trata de identificar os “interesses” ou “motivações” que impulsionaram Afonso Arinos à pesquisa e realização de *O Índio Brasileiro*, partiremos das intenções explicitadas pelo próprio autor. Entretanto, ao lado de tais intenções conscientemente admitidas, há inúmeros outros elementos (não necessariamente conscientes) que se configuram, do mesmo modo, em interesse pelo conhecimento histórico. É certo, contudo, que tais elementos não podem ser facilmente “detectados”, e, por essa razão, buscaremos, para efeito de análise, articular as intenções admitidas por Afonso Arinos àquelas “perspectivas” traçadas anteriormente.

Vejamos, pois, na seguinte passagem, como Afonso Arinos nos apresenta suas “intenções”, ou melhor, “os dois propósitos” com que realizou a pesquisa. Estes consistem em:

[...] contribuir, com uma obra brasileira, para um certo gênero de pesquisas literárias muito seriamente consideradas na Europa e nos

²⁴² Tais idéias reaparecem em *Desenvolvimento da Civilização Material no Brasil*.²⁴² Obra publicada em 1944, reúne o conteúdo de cinco palestras pronunciadas em 1938 por Afonso Arinos, à pedido de Rodrigo de Melo Franco, criador e diretor do SPHAN. As cinco palestras em conjunto resultam de um curso preparatório, ou de treinamento, ministrado por Arinos no órgão recém-criado. FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *Desenvolvimento da Civilização Material no Brasil*. 3ª edição, 2005.

*Estados Unidos e mostrar aos leitores brasileiros a importância que o nosso país possui no campo da história das idéias.*²⁴³

Este “gênero de pesquisas literárias muito seriamente consideradas na Europa e nos Estados Unidos” é, ao que parece, a própria “história das idéias”. Se assim considerarmos, poderemos constatar que ambos os propósitos apresentados por Afonso Arinos giram em torno de um mesmo eixo de gravitação, a já referida importância atribuída às “idéias”. Ao mesmo tempo, podemos identificar um outro elemento de preocupação de Afonso Arinos, que consiste na dupla reivindicação da participação genuinamente brasileira no cenário “universal” da história das idéias.

A primeira destas reivindicações está circunscrita à participação do indígena brasileiro na formulação “de algumas idéias que correram o mundo” e que, mais do que isso, foram propulsoras de acontecimentos históricos de extrema importância para as conquistas liberais do século XVIII. Também neste caso, nos referimos ao elemento moderno presente no pensamento do autor, caracterizado pela sua inclinação ao ideário liberal setecentista. A segunda reivindicação aparece, pois, como uma consequência da primeira. Nesse sentido, a importância atribuída às “idéias” é acrescida do interesse pela cultura brasileira, à qual dedicara tamanho esforço reflexivo.

4.2.3 “Método”

Referente às regras de pesquisa empírica propriamente dita, método se aproxima, mais precisamente, do que poderíamos chamar “metodologia”. A aplicação da matriz, no que diz respeito ao elemento “método” corresponde, pois, à identificação do suporte empírico sobre o qual construiu-se a narrativa historiográfica. Não é nossa intenção, aqui, avaliar o grau de pertinência empírica fornecido pelo *Índio Brasileiro e a*

²⁴³ FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *O Índio Brasileiro e a Revolução Francesa*. Prefácio à primeira edição, p. 19.

Revolução Francesa. Trata-se, na verdade, de uma pretensão bem mais modesta, qual seja, dar mostras do universo empírico sobre o qual Afonso Arinos construiu sua argumentação.

Assim por exemplo, ao mencionar a importância e atualidade desta obra de Afonso Arinos, Sergio Paulo Rouanet afirma que “a atualidade vem da circunstância de que Arinos trabalhou em grande parte com fontes primárias, e que nesse sentido sua bibliografia não ficou obsoleta.”²⁴⁴ Assim, são referenciados diários, crônicas e cartas de viajantes dentre os quais podemos citar Simão de Vasconcelos, Jean de Léry, Manuel da Nóbrega, André de Thevet, Jean Mocket, Hans Staden, Américo Vesúcio, para lembrar os que são citados com mais frequência ou que, por alguma razão, ocupam lugar de destaque.

Além disso, por se tratar de uma obra de “história das idéias”, Afonso Arinos é extremamente cauteloso ao se referir àqueles autores que compõem o encadeamento de influências detectadas no decurso de aproximadamente três séculos. Assim, para efeito de exemplo, Thomas Morus fora citado, aproximadamente, seis vezes; Montaigne, em torno de dez vezes; e Rousseau, elemento chave, mais ou menos dezoito vezes. A lista de autores referenciados é, certamente, bem maior. Além disso, tais índices não oferecem mais que indicativos e, tomados como dados isolados, são carentes de sentido. De todo modo, ao identificá-los na narrativa, fica claro a preocupação de Afonso Arinos com a (constante e ininterrupta) fundamentação empírica, resultado da prática minuciosa da pesquisa.

4.2.4 “Formas de representação”

²⁴⁴ ROUANET, Sergio Paulo. “O Índio e a Revolução” In: *O Índio Brasileiro e a Revolução Francesa*, p. 14.

No que diz respeito às formas de representação pretendemos reconstituir o que julgamos ser a estrutura argumentativa apresentada por Afonso Arinos em *O Índio Brasileiro e a Revolução Francesa*. Trata-se, em verdade, de reconstituir o “passo a passo” empreendido por Arinos, no processo de construção de seus argumentos. Com isso pretendemos, mais precisamente, identificar o modo como o autor deu forma e sentido à narrativa, isto é, a maneira como organizou a passagem do início ao fim de sua narrativa.

Nesse sentido, identificamos dois “fios condutores” em *O Índio Brasileiro*, embora resultem da mesma constatação. Esta se refere ao reconhecimento da figura do índio brasileiro como elemento de comprovação de mitos que remontam a Antiguidade e o imaginário medieval e que serviram de base para os princípios filosóficos e morais, para as doutrinas jurídicas e teorias políticas desenvolvidas na Europa nos séculos XVI, XVII e XVIII. Àquele longo processo de “desencantamento do mundo”, poder-se-ia mesmo dizer, que o índio brasileiro se apresentava como a manifestação objetiva daquilo que já se conhecia de antemão. Nesse sentido, o que era interpretado, anteriormente, como “lenda” parecia agora encontrar solo seguro no Brasil e nos povos que aqui habitavam.

A partir desta constatação Afonso Arinos nos conduz a uma longa viagem. E, rastreando e reconstituindo as repercussões do contato europeu com o índio brasileiro, o autor traça uma ponte direta entre a descoberta do Brasil e a Revolução Francesa. O período que separa estes dois acontecimentos históricos é caracterizado pela gradativa e ininterrupta disseminação do tema do bom selvagem no imaginário europeu, por intermédio da ampla difusão da imagem do “nosso índio”.

É importante notar que, embora empenhado em demonstrar o vínculo entre a imagem do índio brasileiro - corrente em todo o universo mental da Europa desde o

descobrimto - e a formulação da teoria da bondade natural de Rousseau, Arinos sugere, ainda que timidamente, a não menos influente participação do índio brasileiro na formulação dos princípios do “socialismo utópico”. Deste modo, Afonso Arinos estende o fio da continuidade daquela influência ao século XIX.

Os argumentos

Os argumentos de Afonso Arinos giram em torno de uma afirmação elementar, a qual podemos identificar quando nos perguntamos: “por que o índio brasileiro?”; “por que a convicção de que se vivia uma “Idade de Ouro” no Brasil e não em outro lugar?”.

Elemento decisivo, a nudez dos indígenas brasileiros fora, segundo o autor, rapidamente e sem dificuldades associada à idéia de estado natural do homem, marcado pela ausência da religião, da idéia de propriedade privada e de instituições políticas. Mais precisamente, “o fato dos selvagens andarem despidos [implicou a] certeza do estado de inocência em que se achavam”²⁴⁵. Ao menos em parte, as “origens brasileiras” da teoria da bondade natural são justificadas por Afonso Arinos com base neste princípio.

É certo, contudo, que a nudez não era comportamento exclusivo dos índios do Brasil. Esta imprecisão Arinos pretende resolver, ao que parece, seguindo dois caminhos complementares: primeiramente, somando à nudez o elemento climático como fator determinante do comportamento do índio brasileiro; e, ao mesmo tempo, destacando a abundância de referências ao índio brasileiro nos diários e crônicas de viajantes do século XVI, notadamente os mais citados (direta ou indiretamente) nas obras de pensadores dos dois séculos seguintes. Ainda assim, a nudez do indígena brasileiro é insistentemente lembrada, dando-nos indícios da importância a ela atribuída por Afonso Arinos.

²⁴⁵ FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *O Índio Brasileiro e a Revolução Francesa*, p. 227.

Destacamos também dois argumentos importantes por meio dos quais Afonso Arinos busca explicar o fascínio dos europeus pelo índio brasileiro, elemento determinante na formulação de sua tese. Neste caso, trata-se da passagem, ainda na Idade Média, do mito do homem-monstro ao mito do bom selvagem e, por conseqüência, de uma certa predisposição do europeu, no contexto do Renascimento, em identificar “virtuosismo” e “felicidade” à harmonia depreendida da relação dos índios com a natureza²⁴⁶. Acrescenta-se, a isso, a importância atribuída à presença considerável de índios brasileiros nos portos e cidades européias, sobretudo francesas, dos adornos e utensílios indígenas “frequentemente encontrados nas casas particulares de França, como curiosidades”, do fascínio que os animais brasileiros provocaram nos europeus, e da importância da tradição oral como elemento propagador. Tomados em conjunto, tais elementos evidenciam a ampla difusão da imagem do índio brasileiro o qual, em determinado momento, não precisava mais ser tocado ou visto para ser conhecido, uma vez que, da segunda metade do século dezessete em diante, “já começa a ser considerado menos como objeto de curiosidade do que como modelo.”²⁴⁷ Com isso Arinos evidenciava quão maciçamente a imagem do índio brasileiro ocupara a mente e a preocupação dos europeus, após o descobrimento.

Os dois eixos de análise

Uma vez evidenciada e fundamentada a preocupação do europeu com o índio brasileiro, Arinos deu início ao longo trajeto percorrido, iniciado numa demorada parada nas cartas, nos diários e nas crônicas de descoberta, passando pelos princípios

²⁴⁶ “A concepção do homem mau, quando desceu dos princípios filosóficos ao nível mais baixo da imaginação popular, se corrompeu, tornando-se excessivamente caricatural, e, portanto, muito fácil a ser desmentida. Não era tarefa agradável nem amena demonstrar-se a existência palpável dos temerosos gigantes, homens acéfalos e outras semelhantes avantesmas.” *Idem*, p. 45.

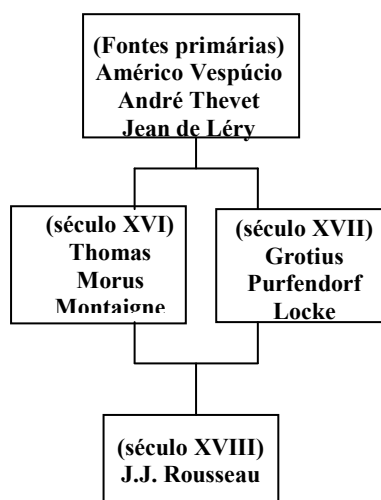
²⁴⁷ *Idem*, p. 104.

filosóficos e morais desenvolvidos no decorrer do século XVI, sobretudo pelos humanistas Erasmo de Roterdã, Thomas Morus, Rabelais e Montaigne, seguindo um “período de transição” no qual se destacam os autores seiscentistas Grotius, Pufendorf, e Locke, chegando aos escritores do século XVIII, dentre os quais destacam-se Lafitau, Raynal, Montesquieu, Voltaire, Diderot e, sobretudo, Rousseau.

No que diz respeito às idéias de J. J. Rousseau, Afonso Arinos identifica uma continuidade de influências engendradas pela leitura de pensadores dos dois séculos anteriores. Mais precisamente, Arinos rastreou e detectou no pensamento de Rousseau informações e idéias sobre o “nosso índio”, extraídas, sobretudo, das obras de Thomas Morus, Montaigne, Grotius, Pufendorf e Locke.

Revelador é o vínculo destes autores com os escritos de Américo Vespúcio, André Thevet e Jean de Léry e, nos casos específicos de Grotius e Pufendorf, a referência a Jean de Laet, autor da história da campanha holandesa em Pernambuco, e um dos diretores da Companhia das Índias Ocidentais. Nesse sentido, poderíamos formalizar a rede de influências detectadas por Arinos, no pensamento de Rousseau, no seguinte organograma:

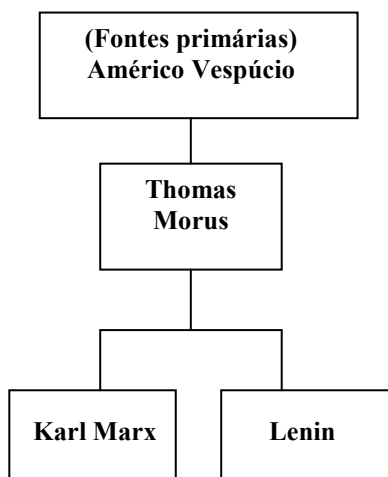
Eixo 1



Contudo, como pretendemos sugerir, Afonso Arinos alerta-nos para o fato de que o índio brasileiro participara de forma decisiva não apenas na formulação da teoria da bondade natural de Rousseau, como também na conformação dos princípios do socialismo utópico. Neste caso, por não se tratar do foco de suas preocupações, a referência à participação do indígena do Brasil é apenas genérica e rapidamente realizada. De todo modo Arinos destaca, dentre outras a questão do ouro e da reação à propriedade latifundiária como um princípio de continuidade, fundamentalmente, entre Thomas Morus, Karl Marx e Lênin. Em *Utopia*, segundo Afonso Arinos, tem-se a descrição do período em que se verificou a transformação da propriedade feudal da terra, em propriedade capitalista. O mesmo tema destacado por Morus é identificado, por Arinos, em Karl Marx.

Quanto à questão do ouro, a confluência entre a *Utopia* de Morus e o artigo de Lênin publicado em 1921, é mais detalhadamente tratada²⁴⁸. Sendo Thomas Morus um leitor das cartas de Américo Vespúcio, a influência do índio brasileiro rastreada pela continuidade entre o autor de *Utopia*, Marx e Lenin, assumiria o seguinte formato:

Eixo 2



²⁴⁸ “Para Thomas Morus o ouro devia ser destinado aos mais sórdidos misteres, como, por exemplo, a confecção de vasos noturnos, a fim de que os homens perdessem a superstição do seu valor intrínseco. Pois bem, Lênin, em artigo publicado no *Pravda*, no mês de novembro de 1921, sobre a política do ouro, declara que, quando a revolução comunista fosse vitoriosa no plano mundial, os bolchevistas, para acabarem com o preconceito do ouro, fariam construir mictórios desse metal nas ruas das maiores cidades do globo.” *Idem*, p. 141.

4.2.5 “Funções de orientação”

Se, por um lado, identificar as funções orientadoras e motivações resultantes da pesquisa e realização da obra em análise, para o próprio autor, parece difícil de realizar. Por outro, o mesmo não acontece se partirmos da repercussão e atualidade de sua obra. É certo que este livro de Afonso Arinos continua a não ser muito conhecido do público brasileiro, se comparado a outras obras clássicas publicadas na mesma época.

Contudo, evidência interessante é o grande número de reedições das obras de Afonso Arinos, nos últimos cinco anos. E, como dito por Wanderley Guilherme dos Santos, em apresentação à 2ª edição de *Evolução da Crise Brasileira*, “livro reeditado é livro contemporâneo”²⁴⁹. Assim, por exemplo, após um intervalo de quase trinta anos (da segunda edição -1978), *O Índio Brasileiro e a Revolução Francesa* foi reeditado em 2000, sintomaticamente, por ocasião das comemorações dos “500 anos do Brasil”. A mesma obra ganhou, ainda, uma edição em francês em 2005, com o título *L’Indien brésilien et la Révolution française: les origines brésiliennes de la théorie de la bonté naturelle*. Ambas as reedições indicam não só a importância deste estudo como, ao mesmo tempo, a atualidade do tema. Esta atualidade diz respeito não somente ao tema como também à diferenciação operada por Afonso Arinos entre *cultura* e *civilização*.

Como bem mostra Afonso Arinos em *O Índio Brasileiro*, no século XVIII os indígenas brasileiros foram interpretados como a manifestação objetiva de uma era primitiva da humanidade, tornando-se objeto de estudo e observação de leis evolucionistas. Acreditava-se que o gentio do Brasil, por habitar florestas fartas, necessitava de pouquíssimo esforço em seu cotidiano, vivendo nestas terras uma “eterna primavera”.

²⁴⁹ SANTOS, Wanderley Guilherme. “Afonso Arinos e a Transcendência do imediato. In: FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *Evolução da Crise Brasileira*, p. 15.

Repousa-se neste mesmo princípio a idéia de que “aprisionados em um tempo longínquo e primitivo, os índios fariam parte desse passado habitado por homens preguiçosos e atrasados”.²⁵⁰ Não é difícil perceber a persistência deste raciocínio ainda nos dias de hoje, sobretudo quando se trata de argumentações que defendem a exploração de recursos em território indígena.²⁵¹

Assim, por exemplo, em texto de Hélio Jaguaribe, publicado na *Folha de São Paulo* em xx de fevereiro de 2007, com o título “A perda da Amazônia”, podemos identificar alguns resquícios da idéia de “primitivismo” da cultura indígena. Vejamos:

*Os indigenistas [...] querem instituir um "jardim zoológico" de indígenas, sob o falacioso pretexto de preservar sua cultura. Algo equivalente ao intento de criar uma área de preservação de **culturas paleolíticas ou mesolíticas** [grifo meu] no âmbito de um país **moderno** [grifo meu]. O resultado final, além de facilitar a penetração estrangeira, é converter a condição indígena em lucrativa profissão, com contas em Nova York e telefone celular.*²⁵²

Trata-se de um texto em “defesa” da Amazônia, quer se trate da ameaça estrangeira, quer da própria ação do Estado brasileiro. Neste caso, o princípio norteador é a oposição à política brasileira, a qual, por meio de “insensatas concessões de áreas gigantescas a uma ínfima população de algo como 200 mil índios” perde, pouco a pouco, o controle da Amazônia²⁵³.

Ainda que não exposto de modo explícito, podemos depreender da perspectiva de Hélio Jaguaribe uma continuidade das idéias percebidas também em Afonso Arinos, no que se refere à imagem idealizada do “índio brasileiro”. Nesse sentido, seja como base de exaltação ou justificativa para a desapropriação de terras indígenas, o argumento do “primitivismo” da cultura indígena é elemento recorrente.

²⁵⁰ PEREIRA, Luís Fernando. “Preguiçosos quem, cara pálida?” *In: Revista de História da Biblioteca Nacional*. Ano 2, nº 17, fevereiro de 2007, p. 25.

²⁵¹ *Ibidem*.

²⁵² JAGUARIBE, Helio. “A perda da Amazônia”. *In: Folha de São Paulo*, 19 de fevereiro de 2007.

²⁵³ *Idem*.

Em artigo apresentado na *Revista de História da Biblioteca Nacional*, Luiz Fernando Pereira apresenta-nos outro caso recente a partir do qual pode-se verificar a permanência da idéia de atraso, atribuída à cultura indígena. Segundo o autor,

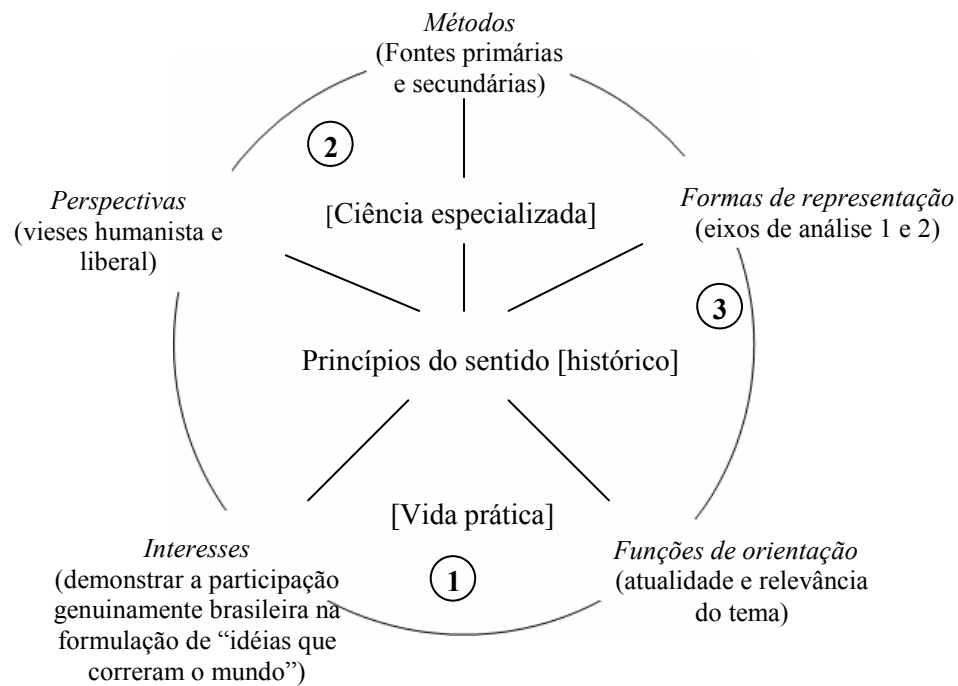
[Trata-se da] *contenda envolvendo os índios autodenominados tupiniquins e a fábrica de celulose Aracruz, no Espírito Santo, onde o aparente 'imobilismo' de uma minoria indígena vem sendo criticado por se contrapor à necessidade inevitável de progresso da maior parte da sociedade.*²⁵⁴

Assim, as contraposições progresso-atraso, modernidade-tradição, cultura-civilização, parecem mais atuais do que nunca. E, nesse sentido, a atualidade das idéias de Arinos parece nos indicar a necessidade de compreender as estratégias de sobrevivência dos mitos em torno do “nosso índio” e, mais do que isso, de investigar as razões de sua permanência no universo brasileiro.

4.3 Uma formalização da matriz disciplinar aplicada em *O Índio Brasileiro*:

A aplicação da matriz disciplinar de Rüsen não obedece, obviamente, a um único caminho possível. Nesse sentido, os caminhos que seguimos, nas páginas anteriores, ilustram apenas um modo de análise dos cinco elementos da matriz disciplinar da ciência histórica. Por fim, de acordo com a estrutura formal da matriz, sua aplicação em *O Índio Brasileiro e a Revolução Francesa* tomaria a seguinte forma:

²⁵⁴ PEREIRA, Luís Fernando. *op. Cit.* p. 25.



Assim, no que diz respeito ao elemento *interesses*, foram identificadas as intenções admitidas por Afonso Arinos, as quais dizem respeito ao interesse em demonstrar a participação do índio brasileiro na formulação da teoria da bondade natural e dos princípios do socialismo utópico. Procuramos, ainda, articular as intenções de Arinos às suas perspectivas.

Com relação ao fator *perspectivas* partimos da influência dos princípios humanista e liberal em seu pensamento, a partir de suas formações familiar e educacional. Neste momento buscamos estudar o papel destes dois universos de socialização no processo de formação de Afonso Arinos, a partir da idéia de “tradição”.

Com relação ao terceiro elemento, *método*, indicamos as fontes utilizadas por Afonso Arinos, as quais se dividem em fontes primárias e secundárias.

No que diz respeito ao elemento *formas de representação* buscamos apresentar a estrutura da narrativa de *O Índio Brasileiro*, refazendo o caminho traçado por Arinos,

por meio da formalização da estrutura de continuidade estabelecida pelo autor entre as idéias de J. J. Rousseau e o índio brasileiro, e deste com as idéias de Marx e Lênin.

Por fim, quanto ao elemento *funções de orientação* buscamos apresentar evidências da atualidade das idéias apresentadas por Afonso Arinos em *O Índio Brasileiro e a Revolução Francesa*, no que diz respeito à imagem idealizada do indígena brasileiro, entendido como uma unidade cultural homogênea e primitiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O percurso traçado até aqui poderia sugerir, à primeira vista, uma obstinada defesa da objetividade e cientificidade da história. E, neste caso, poder-se-ia perguntar: “por que defendê-la?” ou, defendê-la do quê? Mas, não se trata disso. Talvez se este fosse o caso daríamos outro título ao trabalho e poderia mesmo ser “Em defesa da objetividade”. Diferente disso, ao atribuir ao título o caráter de pergunta fomos orientados por uma dupla reflexão, expressas nos seguintes questionamentos: o que se entende por objetividade? Como pode e por que deve a história ser objetiva? Com isso pretendemos sugerir a plausibilidade de uma outra acepção para esta categoria, proposta pelo historiador Jörn Rüsen, a qual, conforme buscamos argumentar, oferece boas chances de aplicabilidade.

Ainda assim, sugerimos em outro momento que a *defesa* da objetividade histórica, na contemporaneidade, apresenta-se tarefa, simultaneamente, necessária e mal-vista. Antes de tudo, um primeiro indício deste “mal-estar” ou desta “mal-visão” nos é dado quando percebemos que a categoria “objetividade” está intimamente relacionada a categorias tão severamente desacreditadas como “sentido”, “razão” e “verdade”. Em grande medida e, tomadas em conjunto, tais categorias –e inúmeras outras- tornaram-se foco de constantes ataques, empreendidos por diferentes frentes.

A razão de ser de tamanho descrédito está associada à crise irremediável da idéia de “Progresso”, cujo golpe final foram os acontecimentos traumáticos do século XX.²⁵⁵

²⁵⁵ Sobre isso ver: RÜSEN, Jörn. *Perda de sentido e construção de sentido no pensamento histórico na virada do milênio*. 2001.

E, por estarem geneticamente a ela vinculadas, as concepções modernas de “história” e “método” foram, da mesma forma, desestabilizadas.

Neste contexto, uma defesa da objetividade poderia mesmo parecer caduca e descabida, caso fosse empreendida com os olhos fechados para as inúmeras evidências históricas capazes de comprovar (e de modo bastante “objetivo”) a insustentabilidade da idéia de “Progresso”, e os riscos a ela inerentes. No entanto, buscamos argumentar à favor da idéia segundo a qual tais categorias são erroneamente restringidas à categoria do “Progresso”. Por isso acreditamos que categorias como “verdade”, “racionalidade”, “sentido” e “objetividade” não podem ser facilmente abandonadas, embora, isto é certo, exijam reformulações.

Nesse sentido, fortes são os indícios de plausibilidade da teoria da história de Jörn Rüsen, na qual podemos identificar uma reformulação sistemática das categorias anteriormente citadas. Com base no princípio de existência de uma racionalidade especificamente histórica, Rüsen tende a uma resignificação das acepções tradicionais de “sentido”, “racionalidade” e “verdade”.

Extraindo das práticas genéricas e elementares de interpretação da experiência humana no tempo os pressupostos fundamentais do conhecimento histórico-científico, Rüsen evidencia a circularidade da relação entre prática científica e práxis humana, que extrapola a diferenciação entre *teoria* e *práxis*.

Assim, um “sentido da história”, de forte conotação teleológica, é reinterpretado e, ganhando novo significado, é entendido por Rüsen como resultado de uma prática elementar de interpretação da experiência no tempo e ordenamento do mundo. “Sentido” significa, portanto, a ponte que liga experiência no tempo e intenção quanto ao tempo, indispensáveis ao auto-reconhecimento dos sujeitos.

Do mesmo modo, “racionalidade” assume em sua teoria uma nova conotação. Longe de ser interpretada como mero instrumento de poder e dominação, Rüsen a amplia identificando-a como um atributo da espécie humana indispensável à autoafirmação e posicionamento dos sujeitos no mundo. Por fim, “verdade” é entendida por Rüsen como o critério de validade comum a toda narrativa histórica, fundada no princípio de adesão por boas justificativas. Nesse sentido, “verdade” é associada à necessidade de ter ou apresentar “razões” de credibilidade. E dessa forma, são verdadeiras as histórias que apresentarem justificativas julgadas razoáveis.

Quanto a categoria “objetividade”, bem diferente de sua acepção tradicional, objetividade histórica não significa a reprodução fiel de acontecimentos passados, alheia a quaisquer juízo ou perspectivas. Ao contrário, “objetividade histórica” significa, antes de tudo, a constituição de um terreno comum de debate, sem o qual o conhecimento histórico-científico não seria possível. É, por conseguinte, resultado do reconhecimento de um “mínimo denominador comum” capaz de agregar a multiplicidade de interpretações históricas. Por essa razão, objetividade significa, por um lado, as boas chances de conhecimento do passado, por meio de um método específico de pesquisa empírica -o qual envolve três operações no trato com as fontes (heurística, crítica e interpretação), e, por outro, objetividade se refere à própria subjetividade dos historiadores, expressa não somente em suas perspectivas, mas, ao mesmo tempo, na formulação dos critérios de controle e regulação metódicos compartilhados “intersubjetivamente” pela comunidade dos historiadores. Nesse sentido, “subjetividade” não é entendida como aquele elemento que “incomoda” a objetividade do conhecimento histórico e que, por conseguinte, deveria ser combatida e evitada. Ao contrário, subjetividade é entendida, simultaneamente, como a instância criadora e cerceadora da prática historiográfica.

Assim, considerados os indícios de plausibilidade da teoria da história de Rüsen, pretendemos argumentar à favor da idéia de que uma análise da prática historiográfica e do estatuto do texto histórico que contemple apenas um ou alguns dos elementos da matriz tende a ser incompleta. Para isso, partimos da análise formalista da obra histórica proposta por Hayden White, a qual, conforme pretendemos argumentar, sofre de uma precariedade irremediável. Tal precariedade resulta da ênfase dada à estrutura da narrativa, isto é, ao *modo* como são organizadas as informações extraídas das fontes, em detrimento de seu conteúdo experiencial.

Ainda segundo nosso argumento, apoiado nas considerações de Carlo Ginzburg, a análise de Hayden White parece ser responsável por desencadear sérias conseqüências e de dupla natureza: epistemológica e pragmática. Como pretendemos dizer, as conseqüências epistemológicas dizem respeito ao *status* conferido ao conhecimento histórico, considerado muito mais próximo das artes e da literatura, do que “dos seus correspondentes na ciência”. Quanto as conseqüências pragmáticas, decorrentes da primeira, o risco está em associar verdade do conhecimento histórico à *eficácia* em justificar determinados comportamentos políticos, ainda que estes sejam ilegítimos, dando a entender que o conhecimento histórico seria não mais que um instrumento no jogo de manipulações políticas.

Tendo em vista nossos esforços em argumentar à favor da idéia de “objetividade” proposta por Rüsen, buscamos realizar um “teste” de sua matriz disciplinar da ciência histórica. A partir dela apresentamos uma leitura da obra de Afonso Arinos de Melo Franco, *O Índio Brasileiro e a Revolução Francesa*. Assim, por meio dos cinco elementos dispostos nesta formalização buscamos reconstituir os possíveis caminhos seguidos por Afonso Arinos na produção deste estudo tão original sobre a cultura brasileira. E, no decorrer da análise pudemos perceber o potencial ótimo

de aplicabilidade da matriz, ao nos permitir identificar diferentes elementos atuantes no pensamento de Afonso Arinos.

Contudo, para além do exercício de aplicabilidade, a análise do *Índio Brasileiro*, com base na matriz de Rüsen, nos permitiu perceber a permanência de mitos em torno da figura do índio brasileiro, podendo ser facilmente identificados na atualidade. Mais do que isso, o estudo da obra de Arinos nos conduziu à conclusão de que é indispensável identificar as razões pelas quais tais mitos se apresentam ainda tão atuais.

Por fim, gostaríamos de mencionar uma suposta problematização depreendida da teoria da história de Rüsen.

Conforme sugerimos em nota de rodapé, no capítulo terceiro²⁵⁶, não estamos absolutamente certos de que a matriz de interpretação histórica do tempo obedeça a uma única formulação, tal como proposto por Rüsen. Caso isso se verifique, em realidade, seríamos tentados a identificar esta formulação como pertencente ao quadro de “variáveis históricas” sendo, em si, *um* modo de compreensão e percepção do tempo pertencendo, por conseguinte, ao quadro da historicidade mesma da interpretação do tempo.

De todo modo, estamos certos de que, no que diz respeito ao conhecimento histórico cientificamente orientado, os critérios de verdade e validade do conhecimento histórico, tal como formulados por Rüsen em sua matriz disciplinar da ciência histórica, constituem uma arma poderosa contra posturas arbitrárias, falaciosas, descompromissadas ou “simplesmente” omissas no trato com a experiência humana passada, as quais tendem, em maior ou menor grau, a resultados desastrosos para a memória individual e/ou coletiva das culturas históricas.

²⁵⁶ Ver nota 39, p. 107.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1) Fontes

FRANCO. Afonso Arinos de Melo. *O Índio Brasileiro e a Revolução Francesa: as origens brasileiras da teoria da bondade natural*. Rio de Janeiro, Topbooks, 2000.

_____. *A alma do Tempo*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1961.

_____. *Afonso Arinos de Melo Franco: Um Estadista da República (Afrânio de Melo Franco e seu tempo)*, Rio de Janeiro, Editora Nova Aguilar, 1976.

_____. *Conceito de Civilização Brasileira*, São Paulo, Companhia Editora Nacional 1936.

_____. *Desenvolvimento da Civilização Material no Brasil*, Rio de Janeiro, Topbooks, 2005.

_____. *Evolução da Crise Brasileira*, Rio de Janeiro, Topbooks, 2005.

_____. *Amor a Roma*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1982.

Política e Direito. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1981. 149p. (Cadernos UnB).

_____. Afonso Arinos na UnB: conferências, comentários e debates de um seminário realizado de 07 a 09 de abril de 1981. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1981.

RÜSEN, Jörn. *Razão Histórica – Teoria da História: os fundamentos da ciência da história*; tradução de Estevão C. de Rezende Martins, Brasília, Editora Universidade de Brasília, 2001.

_____. “Narratividade e Objetividade nas Ciências Históricas”. *In: Textos e de Revista de Pós-Graduação em História da UnB*, Brasília, v. 4 n. 1, 1996.

_____. “A História entre a Modernidade e a Pós-Modernidade”. *In: História, questões e debates*, Curitiba, v.14, n. 26/27, 1997.

_____. “¿Puede mejorar el ayer? Sobre la transformación del pasado em historia” *In: Política, identidad y narración*, Biblioteca de signos.

_____. “Perda de sentido e Construção de Sentido no Pensamento Histórico na Virada do Milênio”, *In: História: debates e tendências*, tradução de René E. Gertz, Passo Fundo, dez./2001.

_____. *Reconstrução do passado – Teoria da História 2: Os Princípios da Pesquisa Histórica*, (Trad. De Estevão C. de Rezende Martins, no prelo)

WHITE, Hayden. *Meta-história: A Imaginação Histórica do Século XIX*. 2ª Edição. São Paulo: EDUSP, 1995.

_____. *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. Tradução: Alípio Correa de Franca Neto. São Paulo: EDUSP, 1994.

Estética: 1924/1925, edição facsimilada; apresentação por Pedro Dantas. Rio de Janeiro, Gernasa, 1974, p. VII. Seção de periódicos da Biblioteca Nacional/RJ.

VECHIA, Arichê; **LORENA**, Mivhael (orgs) *Programa de Ensino da Escola Secundária Brasileira: 1850-1951*.

2) Bibliografia Geral

ASSIS, Arthur O. Alfaix. *O que fazem os historiadores quando fazem história? A teoria da história de Jörn Rüsen e Do Império à República, de Sérgio Buarque de Holanda*. 2004, 130 p. Mestrado em História, Instituto de Ciências Humanas, UnB, Brasília

ARISTÓTELES. *Arte Poética*. Capítulo XXI “Das formas do nome; das figuras”. Ediouro 17ª Edição. Rio de Janeiro/RJ. p. 274.

BLOCH, Marc. *Apologie pour l’histoire ou Métier d’historien*, Paris, 1967.

_____. *Introdução à História*, 2 ed. Publicações Europa-América, 1974.

CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

CAVALCANTE, Berenice, *Passaporte para o Futuro: Afonso Arinos de Melo Franco, um ensaísta da República*, p. 51.

_____. *A retórica de um liberal: em torno dos escritos de Afonso Arinos de Melo Franco*, p. 423.

_____. “Roteiro Lírico de Ouro Preto: Memórias de Viagens e Metáforas da Nação” *In: Litterature D’America*, Revista Trimestrale, Anno XVII-XVIII, nn. 75-76, 1997-98.

CHERUBIN, Sebastião. *Dicionário de Figuras de Linguagem*. São Paulo: Pioneira, 1989.

DANTO, Arthur C. “Introduction to the Morningside Edition” *In: Narration and Knowledge*.

- DILTHEY**, Wilhelm. “A Compreensão dos Outros e das suas Manifestações de Vida”
In: GARDINER, Patrick. Teorias da História. Lisboa, 1974.
- DOSSE**, François. *A História.* Trad. Maria Elena Ortiz Assumpção. Bauru/SP. EDUSC, 2003.
- FAURISSON**, R. *Mémoire en défense contre ceux qui m'accusent de falsifier l'histoire.* La Vieille Taupe, 1980.
- GINZBURG**, Carlo. “O extermínio dos judeus e o princípio da realidade” *In: MALERBA, Jurandir. A História Escrita: teoria e história da historiografia.*
- GRANDSDEN**, K. W. “Homero e a epopéia” *In: FINLEY, M. I. (organizador) O Legado da Grécia: uma nova avaliação.* Brasília: UnB, 1998.
- GRESPLAN**, Jorge. “Hegel e o Historicismo”. *In: História Revista: Revista do Departamento de História e do Programa de Mestrado em História.* Goiânia, 7 (1/2), jan./dez. 2002.
- HARTOG**, François. *Os antigos, o passado e o presente.* Brasília: UnB. 2003, p. 14.
- HEGEL**, G. W. F. “História Filosófica” *In: : GARDINER, Patrick. Teorias da História.* Lisboa, 1974.
- HEMPEL**, Carl. “A Função de Leis Gerais em História”. *In: GARDINER, Patrick. Teorias da História.* Lisboa: 1974. p. 422
- JAGUARIBE**, Helio. “A perda da Amazônia”. *In: Folha de São Paulo*, 19 de fevereiro de 2007.
- MALERBA**, Jurandir. *A História Escrita: teoria e história da Historiografia.* São Paulo: Contexto, 2006.
- MARTINS**, Estevão C. de Rezende. *Cultura e Poder*, Brasília, IBRI, 2002.
- _____. “Filosofia analítica da história”. *In: Maria Cecília M. de Carvalho (org.): Paradigmas filosóficos da atualidade.* Campinas: Papyrus, 1989, 83-98.
- _____. “Compreender, explicar e narrar em ciência histórica” *In: Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica (SBPH), Anais da V Reunião*, São Paulo, 1986p. 85
- _____. “Historicismo: tese, legado, fragilidade”. *In: História Revista: Revista do Departamento de História e do Programa de Mestrado em História.* Goiânia, 7 (1/2), jan./dez. 2002. p. 2
- _____. “O caráter relacional do conhecimento histórico, *In: COSTA, Cléria Botelho da. Um passeio com Clio*, Brasília, Paralelo, 15, 2002.

_____. “Consciência histórica, práxis cultural e identidade nacional. *Escritos de História: Intelectuais e Poder*, Goiânia, UCG, 2004.

_____. “Consciência histórica, práxis e cultura. A propósito da teoria da história de Jörn Rüsen. *Síntese Nova Fase* v.19, n. 56, 1992:59-73.

_____. “Que sentido para a história e a historiografia? Propostas quanto à razão, ao contra-senso, à narrativa e à cultura. *In: Memória, Identidade e Historiografia. Textos de História – Revista de Pós-Graduação em História da UnB*, v. 10, n. 1/2, 2002.

_____. “O problema da objetividade nas ciências humanas. *Revista brasileira de filosofia*, v. XXXIV, 1984.

MINK, Louis O. “Narrative form as a cognitive instrument”, em Canary, r. e Kozicki, H. (orgs). *The Writing of History*. The University of Wisconsin Press, 1978, p. 129-149.

MOMIGLIANO, Arnaldo. “História e biografia” *In: FINLEY, M. I. (organizador) O Legado da Grécia: uma nova avaliação*. Brasília: UnB, 1998

MOTA, Lourenço Dantas (org.) *Introdução ao Brasil: Um Banquete no Trópico*, 2. ed. São Paulo, Editora SENAC São Paulo, 1999.

_____. *Introdução ao Brasil: Um Banquete no Trópico 2*, São Paulo, Editora SENAC São Paulo, 1999.

NIPPERDEY, Thomas. *Pode a história ser objetiva?* (Manuscrito inédito, 1986. Trad. de E. de Rezende Martins).

NOGARE, Pedro Dalle. *Humanismos e Anti-Humanismos: Introdução à Antropologia Filosófica*, p. 16.

PEREIRA, Luís Fernando. “Preguiçosos quem, cara pálida?” *In: Revista de História da Biblioteca Nacional*. Ano 2, nº 17, fevereiro de 2007, p. 25.

RAGO, Margareth. “Pensar diferentemente a História, viver femininamente o presente” *In: Questões de Teoria e Metodologia da História*. Org. GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcelos; PETERSEN, Silvia Regina Ferraz; SCHMIDT, Benito Bisso e XAVIER, Regina Célia Lima. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.

REIS, José Carlos. *História & Teoria: Historicismo, Modernidade, Temporalidade e Verdade*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

_____. *História & Teoria: Historicismo, Modernidade, Temporalidade e Verdade*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

_____. “Da ‘história global’ à ‘história em migalhas’: o que se ganha, o que se perde?” *In: Questões de Teoria e Metodologia da História*. Org. GUAZZELLI, Cesar

Augusto Barcelos; PETERSEN, Silvia Regina Ferraz; SCHMIDT, Benito Bisso e XAVIER, Regina Célia Lima. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.

RICOEUR, Paul. *História e Verdade*, São Paulo, Companhia Editora Forense, 1964.

RODÓ, José Enrique. *Ariel*, Campinas/SP, Editora da UNICAMP, 1991.

SCHAFF, Adam. *História e Verdade*, tradução Maria Paula Duarte, 2 ed. São Paulo, Martins Fontes, 1983.

SILVA, Luiz Sérgio Duarte da. *A Construção de Brasília: modernidade e periferia*, Goiânia, Editora UFG, 1997.

_____. *O enigma dos anéis e dos dedos: discurso e prática liberal nos anos 30*, Goiânia, Editora UFG, 2006.

_____. “Droysen: a fundamentação da ciência da história pela via da produção de uma antropologia histórica”.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a história; Foucault revoluciona a história*. Tradução de Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. Brasília: UnB. 1998

WEBER, Max. “A ‘Objetividade do Conhecimento na Ciência Social e na Ciência Política. In: *Metodologia das Ciências Sociais*. Trad. Augustin Wernet, Campinas/SP, 1992.